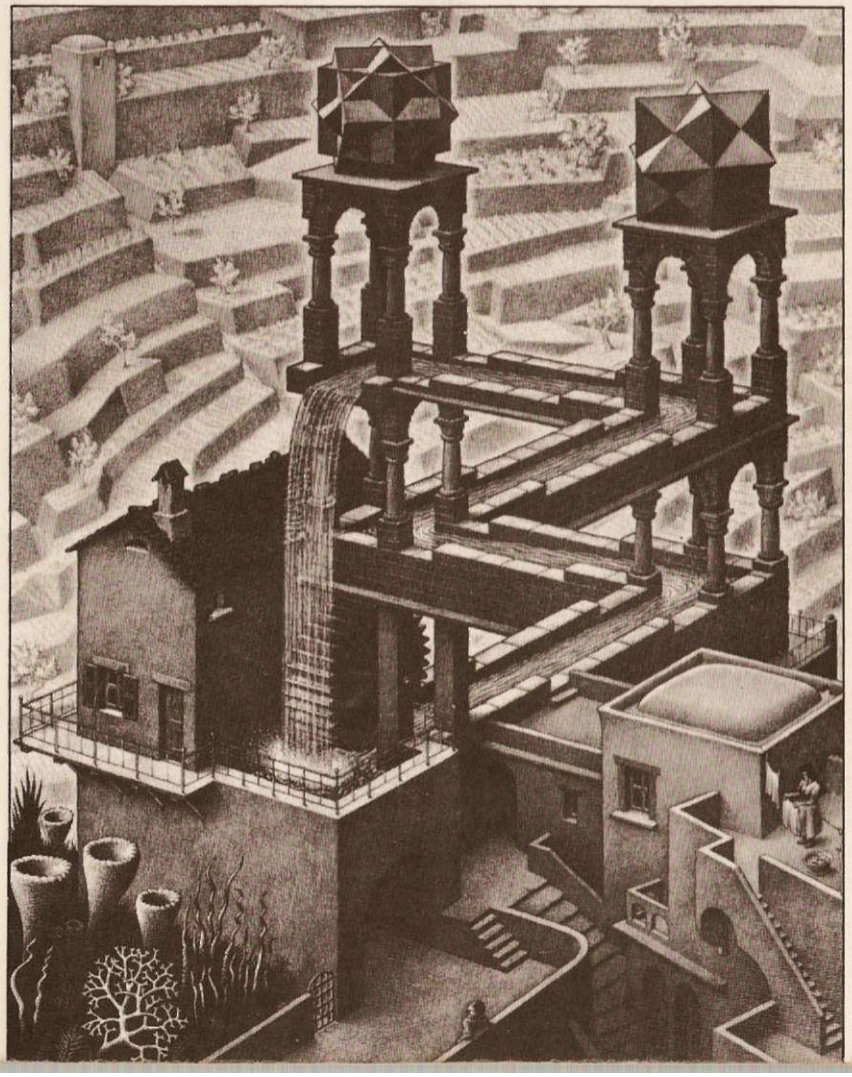
5

TERRA LIVRE

O ESPAÇO EM QUESTÃO



MARCO ZERO

O ESPAÇO EM QUESTÃO

Capa de Jorge Cassol

Copyright © 1988 by AGB

Terra Livre é uma publicação semestral da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros, em co-edição com a Editora Marco Zero Ltda., Rua Inácio Pereira da Rocha, 273 - Pinheiros - São Paulo, CEP 05432, tel.: 815-0093.

Terra Livre conta com auxílio do CNPq/FINEP.

TERRA LIVRE **5**

O espaço em questão

Milton Santos
Marcelo José Lopes de Souza
Rogério Haesbaert da Costa
Paulo Cezar da Cosia Gomes
Mário Cezar Tompes da Silva
Marcos José Nogueira de Souza

Editora Marco Zero
Associação dos Geógrafos Brasileiros

Terra Livre 5
ISSN 0102-8030

TERRA LIVRE é uma publicação semestral da AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros.

Qualquer correspondência pode ser enviada para a AGB - Nacional (a/c Coordenação de Publicação):
Avenida Professor Lineu Prestes, 338 - Edifício Geografia e História - Caixa Postal 64.525 - Cidade Universitária - CEP 05497 - São Paulo - SP - Brasil. Telefone: (011) 210-2122 - ramal 637.

Editor responsável:
Bernardo Mançano Fernandes

Conselho Editorial:
Aldo Paviani
Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Armen Mamigonian
Aziz Nacib Ab'Sáber
Beatriz Soares Pontes
Carlos Walter P. Gonçalves
Gil Sodero de Toledo
Heinz Dieter Heidemann
Horieste Gomes
José Pereira de Queiroz Neto
José Borba Quiello da Silva
José Willian Vesentini
Lylian Coltrinari
Manoel F. G. Seabra
Manuel Correia de Andrade
Maria Lúcia Estrada
Márcia Spyer Resende
Milton Santos
Nelson Rego
Pasquale Petrone
Ruy Moreira
Samuel do Carmo Lima
Sílvio Bray
Tomoko Iyda Paganelli

SUMÁRIO

Apresentação 7

O Espaço Geográfico como Categoria Filosófica. 9
Milton Santos

"Espaciologia": Urna Objeção (Crítica aos Prestigiamentos Pseudo-Críticos do Espaço Social). 21
Marcelo José Lopes de Souza

O Espaço na Modernidade. 47
Paulo César da Costa Gomes
Rogério Haesbaert da Costa

O Papel do Político na Construção do Espaço dos Homens. 69
Mário Cezar Tompes da Silva

Subsídios para uma Política Conservacionista dos Recursos Naturais Renováveis do Ceará. 83
Marcos José Nogueira de Souza

Resenha 103

Anexo:
Estatuto da Associação dos Geógrafos Brasileiros. 105

Endereços das Seções Sociais. 121

Apresentação

Em seu curto período de existência, TERRA LIVRE está sendo conhecida pela múltipla contribuição de professores, estudantes e pesquisadores. TERRA LIVRE é um espaço dentro da Geografia brasileira que publica artigos de diversas tendências teórico-metodológicas da geografia. Na seqüência deste trabalho, trazemos neste número a discussão de um tema de grande importância: O ESPAÇO, com artigos de geógrafos para um embate crítico e que certamente irá colaborar para o desenvolvimento desta questão.

O espaço como categoria filosófica para se pensar o espaço a partir de uma filosofia da Geografia. A crítica à espaciologia, a importância desta reflexão teórica a partir da contestação crítica. O espaço na modernidade, um estudo sobre esta relação, buscando referências cm outras áreas para se rever a espacialidade nas transformações do espaço urbano e do espaço rural. O papel do político na construção do espaço dos homens, uma reflexão de interesse para o entendimento da ação estratégica e do poder no espaço de todos. E como é próprio da revista TERRA LIVRE, não necessariamente abordamos um único tema, apresentamos tambem um artigo de suma importância para o conhecimento da morfodinâmica do espaço cearense c a expansão da degradação ambiental.

E para continuar pensando a AGB, estamos publicando o seu estatuto para que os **associados** tenham acesso direto a este documento que rege o funcionamento da Associação dos Geógrafos Brasileiros, c assim possam melhor participar ativamente da vida política da AGB, no sentido de **fortalecer o** objetivo de se fazer uma geografia voltada para a realidade da sociedade brasileira.

Bernardo Mançano Fernandes

O Espaço Geográfico Como Categoria Filosófica*

Milton Santos**

Desde que se escreveram as primeiras filosofias, a noção de espaço e a noção de tempo constituíram uma preocupação dominante.[1] Não foi Aristóteles quem escreveu que "aquilo que não está em nenhuma parte não existe?" Bem mais próximo de nós, Ernst Cassirer (1957, vol. **3,** p. 150) considera que "não há uma só criação do espírito humano que não esteja, de alguma forma, relacionada com o mundo do espaço e que não busque, de alguma maneira, sentir-se à vontade dentro dele. Tentar conhecer este mundo e dar o primeiro passo no sentido da objetivação, através da apreensão e da determinação do ser".

Os primeiros geógrafos, isto é, aqueles que se ocupavam do espaço geográfico, antes de a geografia ser inventada como ciência, eram igualmente filósofos[2], tal como Estrabão, para quem, aliás, "a utilidade

---

lista e uma versão parcialmente diferente da comunicação apresentada ao 5º Encontro Nacional de Geógrafos, Porto Alegre, 1982.

** Professor Titular de Geografia Humana, F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo.

[1] "Não há nenhum campo da filosofia geral ou do conhecimento teórico em geral no qual o problema do espaço não entre, de uma maneira ou de outra e com o qual, de uma forma ou de outra, não esteja entrelaçado." li. Cassirer, 1957, 1973, p. 143.

2 "O conceito dc espaço e muito elaborado pela filosofia. Se eu desejo elucidar o espaço social sem cair nos defeitos da sociologia e do empirismo sociológico, estou obrigado a apelar para o conceito filosófico dc espaço, mas apenas para verificar seus limites, desenvolvê-lo e atingir mesmo o que a filosofia não previu, uma vez que ela se colocava do ponto de vista de um espaço matemático, lógico, abstraio, É preciso abrir esse conceito, assim como o conceito dc tempo, sobre a realidade social, prática, sobre o espaço e

da geografia pressupõe que o geógrafo seja também um filósofo, o homem que se preocupa com a investigação da arte da vida, isto é, com a felicidade". Segundo Hegel (Enciclopédia, 246) "o que hoje se chama Física chamava-se antigamente Filosofia da Natureza". E Bertrand Russel no seu *ABC da Relatividade* (1974, p. 209) lembra que a geografia fora incluída como uma parte da física. Para o filósofo inglês, "pode-se dizer, falando de uma forma geral, que a física tradicional se divide em duas partes: verdades evidentes c geografia".

Desde, porém, que a natureza é uma natureza humanizada, a explicação não é física, mas social. A geografia deixa de ser urna parte da física, uma filosofia da natureza, para ser uma filosofia das técnicas. As técnicas são aqui consideradas como o conjunto dc meios de toda espécie dc que o homem dispõe, cm um dado momento, c dentro dc uma organização social, econômica e política, para modificar a natureza, seja a natureza virgem, seja a natureza já alterada pelas gerações anteriores.

Cada coisa é um modo de produção e os modos dc produção se realizam por intermédio das técnicas, cujo número é grande: técnicas produtivas, técnicas sociais, técnicas políticas, etc. Mas, nenhuma sociedade utiliza técnicas que sejam exclusivamente originárias de um só momento histórico. Não vemos, a cada dia, em nossas ruas, o transporte dc mercadorias no lombo dc burros ou utilizando caminhões do último modelo? Não utilizamos meninos de recado paralelamente ao telex? Não se fabricam ainda hoje - e felizmente - de forma artesanal, alimentos que datam dos princípios dc nossa história como povo, c ao mesmo tempo nos utilizamos dc enlatados cujo preparo c cujo gosto são semelhantes aos dos países mais avançados neste assunto?

As técnicas devem ser estudadas na sua coabitação em um lugar, mas também na sua sucessão. Aqui, uma vez mais, as noções de espaço e de tempo se conjugam. Isto é fundamental para podermos interpretar a seqüência das relações entre o homem e a natureza, as formas de sucessão das forças produtivas e das relações de produção ligadas à história de uma determinada área: esse método é o único que nos permite definir corretamente uma sociedade c um espaço.

Uma leitura "geográfica" dc certas obras filosóficas (não apenas marxistas) seria rica dc ensinamentos: por exemplo, certos textos de Cassirer, mas também d'Arcy-Thompson, Jakubowsky, Lukáes, Kuber etc. Damos um lugar a parte a Lefébvre. Para ajudar-nos na formulação teórica e epistemológica do espaço humano, a quase tudo o que ele

---

o tempo produzidos pela sociedade capitalista, a fim dc chegar a compreendê-los e a elucidá-los." Lefébvre, *Le Temps des Méprises,* 1975, p. 132.

escreveu recentemente com referencia explícita ao espaço, preferimos sua *Critique de la Vie Quotidienne,* escrita há quase trinta anos. Este trabalho, de resto, aproxima-se do estudo de Sartre sobre a *Crítica da Razão Dialética* ou mesmo sobre *O Ser e o Nada. É* difícil dizer (e aliás desnecessário) qual dos dois poderá contribuir mais de perto para a elaboração de uma filosofia e uma epistemologia do espaço humano. Não se trata, de fato, de esperar que os filósofos profissionais digam o que é preciso fazer em filosofia da geografia. Como Sartre nos lembra, é chegado o tempo cm que cada disciplina constrói sua própria filosofia. Esta será talvez menos uma filosofia espontânea dos sábios, na concepção de Althusser, do que uma epistemologia-filosofia, segundo Piaget.

Mas a geografia deve ser pensada de dentro, isto e, a partir do espaço. Por isso, a aplicação de conceitos filosóficos exteriores ao fato que se quer pensar não pode ajudar-nos. Um exemplo dessa utilização dc conceitos buscados no discurso filosófico, mas cuja aplicação ao real deixa a desejar, é dado por Amadeo e Golledge (1975) no capítulo consagrado aos objetivos da pesquisa geográfica. O correto e partir da própria realidade e não buscar legitimar conceitos empírico-abstratos, cujo uso, aliás, e já antigo em geografia, trazendo-lhes a ajuda de conceitos filosóficos claramente expressos pelos seus autores, mas criados para situações diferentes c enunciados em um contexto diverso. A teoria geográfica tem de ser buscada nó seu domínio próprio: o espaço. A filosofia pode ser um guia, mas os filósofos não nos oferecem respostas *a priori,* como aqueles dois autores erroneamente pensaram.

A falta dc "prática" das disciplinas particulares é, tal como Foucault escreveu no número inaugural de *Hérodote,* um obstáculo a que os filósofos **"generalistas"** possam verdadeiramente guiar os geógrafos em suas análises do espaço. E talvez a principal dificuldade quando se lêem trechos de Bachelard ou mesmo de Lefebvre (exemplo: *A Produção do Espaço,* 1975). Não se pode pedir ao filósofo para escrever em um jargão de geógrafo. Mas Lefebvre fez sugestões bem explícitas: ver por exemplo em seu livro *Le Temps des Méprises* (1975) sua proposição de um espaço-análise.

Sem dúvida a palavra filosofia assusta, de um lado porque ela é, numa acepção pejorativa, freqüentemente confundida com a metafísica: entre os que se dizem preocupar com o concreto das coisas, muitos imaginam que o esforço dc abstração pode ser feito fora do concreto e mesmo contra o concreto. E a concretude da abstração está na base mesma da realização dos nossos mínimos atos como ser social. Sem abstração não poderia haver linguagem nem produção. Quando falamos nas coisas mais triviais, não estamos adjetivando as infinitas modalidades, mas nos

referimos ao gênero. Não fora assim e seríamos incapazes de **comunicar** o nosso pensamento ao vizinho.[3]

A filosofia, assim considerada, nem e **mesmo,** na verdade, um privilégio dos filósofos (profissionais), porque assim como A. Gramsci nos recorda, ela é, também, elaborada pelo povo. "li preciso destruir o preconceito, muito difundido, de que a filosofia é algo **muito** difícil por ser a atividade intelectual própria de uma determinada categoria de especialistas ou de filósofos profissionais e sistemáticos. Por conseguinte **é** preciso começar demonstrando que todos os homens são filósofos, defendendo os limites dessa filosofia espontânea, própria de lodo mundo, ou seja, a filosofia contida: a) na própria linguagem que **é** um **conjunto** de noções e de conceitos determinados e não só arrumação de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; b) no senso comum e no bom senso; c) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, de superstições, de opiniões, de modos de ver e de atuar, que se incluem no que, em geral, se chama de folclore" (A. Gramsci, 1972, p. 11). A filosofia que nos devia preocupar é aquela autoconsciência da época histórica, à qual se referiu Th. Oizerman (1973, ch. 6).

O espaço resultado da produção, e cuja evolução é conseqüência das transformações do processo produtivo em seus aspectos materiais ou imateriais, é a expressão mais liberal e também mais extensa dessa praxis humana, sem cuja ajuda a existência não pode ser entendida. Assim, o pensamento espacial não se pode fazer fora da busca **de** uma compreensão do fato tal qual se **dá,** mas uma busca que vai além da **apresentação** e nos permite chegar à representação.

Elementos para a construção de uma filosofia da geografia

Uma filosofia da geografia deve-se alimentar, em primeiro lugar, da noção de totalidade. Paul Vidal de La Blache, e Frederic Ratzel, vulgarizaram a noção de unidade terrestre, que Carl Ritter antes deles havia estabelecido. Trata-se, de fato, da noção filosófica de natureza como o conjunto de todas as coisas, conjunto coerente, onde **ordem e** desordem se confundem nesse processo de totalização permanente pelo qual uma totalidade evolui para tornar-se outra. O princípio da totalidade é básico para a elaboração de uma filosofia do espaço do homem. Ele envolve a

---

"Nada retirará do tecido da ciência os fios de ouro que a mão do filósofo nela introduziu" escrevia há mais de um século J.H. Papillon (1876, t. 1, p. 300), um naturalista famoso. Pode, então, a filosofia ser fundamental aos progressos das ciências naturais c não aos das ciências do homem? Pergunta ociosa, talvez, quando se trata do espaço, lugar filosófico e lugar real concreto onde o homem faz-se natureza e a natureza torna-se social.

noção de tempo e isso nos permite reconhecer a unidade de movimento, responsável pela heterogeneidade com que as coisas se apresentam diante de nós.

Desse modo, abarcamos a idéia de continuidade e descontinuidade e a idéia de unidade e multiplicidade. Assim abraçamos também a noção de passagem do presente ao futuro. O espaço humano, aliás, revela claramente, c ao mesmo tempo, o passado, o presente e o futuro. Passado e presente nele se dão as mãos, através de um funcionamento sincrônico que elimina a pseudocontradição entre história e estrutura. O futuro, para que se possa realizar, aproveita as condições preexistentes. Quanto à noção de escala, ela se impõe porque a Natureza não se apresenta, jamais, dc forma homogênea c deixa perceber suas frações: território nacional, região, lugar. Sem a noção de escala e sua base epistemológica que tanto deve à idéia dc tempo, não saberíamos o que fazer diante do todo social espacializado e que nos chega todavia em forma fraccionada, como sub-espaços.

Desse modo, suscitamos o problema da subdivisão da totalidade em suas partes e temos dc encontrar os instrumentos de trabalho adequados, para dar conta da parle sem desintegrar a totalidade. As noções de estrutura, processo, função e forma, essas velhas categorias filosóficas e velhas categorias analíticas devem ser retrabalhadas para que, neste particular, possam prestar novos serviços à compreensão do espaço humano e à constituição adequada de sua respectiva ciência. Ademais, esses instrumentos nos permitem tomar como ponto de partida o concreto das coisas, sem nos deixar todavia ofuscar pelos nossos sentidos. Da forma à estrutura e desta, de novo, à forma, temos o caminho que conduz a uma fenomenologia do espaço e à sua construção teórica. A forma nos apresenta a coisa, o objeto geográfico; sua função atual nos leva ao processo que lhe deu origem; e este, o processo, nos conduz à totalidade social, a estrutura social que desencadeou e dá ao objeto uma vida social.

Desse modo, exorcisamos o grave risco do empiricismo, sem, todavia, deixar de partir do empírico. Chegamos, assim, à abstração sem partir de nossa razão individual, mas do concreto das coisas realmente existentes. E nesse caminhar sem fim, do lugar ao conjunto dos lugares, e da natureza como um lodo a cada uma dc suas frações, seguimos o curso do tempo c podemos, desse modo, interpretar, cm seu justo valor atual, cada pedaço do espaço. Ficando só com a coisa, o objeto geográfico, cm sua aparência imediata, damos somente conta dc processos passados que exigiram aquela forma. Esta, porém, subsistiu para acolher novos processos e funções, emanações de uma sociedade ativa e em movimento, da qual advêm a significação e o valor atual dc cada objeto isolado.

Do visível ao invisível

Não é aceitável, aliás, fazer como Grano (1929, p. 38) para quem, apesar da unidade dos fenômenos de ordem material e de ordem imaterial em um pedaço qualquer do espaço, a geografia pára no domínio do estritamente material, cabendo à sociologia encarregar-se das determinações sociais, culturais e políticas.

Não podemos nos contentar com representações concretas, diz J.W.Watson (in G. Taylor, 1951, p. 468-469), quando escreve que "o fator humano e alguma coisa a mais que as obras do homem. Inclui as ideologias tanto quanto as tecnologias, pois, freqüentemente 6 a força não-material que é o dado verdadeiramente significativo na geografia de uma região, aquilo que lhe dá um caráter particular e a distingue de outras. Mesmo que a paisagem não ofereça evidências concretas, seu interprete deverá, entretanto, saber o que faz dela algo de específico". Tambem H. Bobck e J. Schimitusen escreviam, em 1949, que a geografia não se limita à descrição e à determinação do visível. Esses autores não estão sozinhos. "Sc o objetivo do geógrafo é a explicação da paisagem", diz H.C. Darby (1953), "está claro que ele não pode confiar somente no que vê. A cena visível não nos pode oferecer a soma total dos fatores que a afetam". E Pierre George, mais recentemente (1974, p. 9), sustenta o mesmo ponto de vista quando diz que "hoje, o invisível, muito mais que o visível, questiona a estabilidade das construções dos séculos passados".[4]

Levando em conta cada pedaço do espaço em particular, muitos fatores de sua evolução não são perceptíveis imediatamente, nem diretamente. O papel de explicação cabe, freqüentemente, ao que não é imediatamente sensível, ou seja, aos fatores "invisíveis". As formas modernas de acumulação do capital, as relações sociais cada vez mais complexas e mundializadas e tantas outras realidades que não se podem perceber sem um esforço de abstração, tudo isso exige do pesquisador a necessidade dc buscar decifrar, c para isso encontrar instrumentos novos dc análise para aplicá-los a uma realidade que, à primeira vista, e de fato, encobre uma parte considerável de suas determinações.[5]

"Enquanto os geógrafos tradicionalmente exprimiram interesse na compreensão da totalidade das formas vivas e suas relações com o meio (Brock, 1967) em sua qualidade de observadores 'científicos', usualmente eles se preocuparam mais com as formas externas do que com a essência dos fenômenos." (Anne Buttimer, 1974, p. 18)

"A qualidade e a determinação essencial interna do objeto, que o distingue de outros objetos e sem a qual deixaria de ser o que ele e." Meliujin 1963, p. 141. "Ainda que eu não precise conhecer todas as qualidades de um objeto para conhecê-lo, devo, todavia, conhecer todas as suas qualidades internas."

É evidente que tais determinações não poderão ser analisadas a partir de relações de causa e efeito, onde aparecem apenas os laços de imediatidade. Assim, tudo que não é contíguo, nem consecutivo, escapa à definição do universo bem mais vasto de acontecimentos que criam uma situação. Somente o contexto, quer dizer, a teia unitária, que é mais do que a síntese total das variáveis, pode fornecer os elementos de explicação que se buscam.

Ora, o contexto e sempre mutável. Por isso, a cada dia se inventam novas formas de analisar o passado e o presente. Cada explicação é sempre a crítica da explicação precedente. Como para os demais aspectos da totalidade, uma teoria do espaço que deseje ser válida deve levar em conta que a realidade se renova cotidianamente. Conseqüentemente, devemos nos apresentar com novas interpretações para fenômenos que aparentemente são os mesmos.

Ser e existência, sociedade e espaço

A evolução do espaço se faz pela inscrição da sociedade renovada na paisagem pre-existente. Ela se submete à "escravidão" das circunstâncias precedentes, assim como John Stuart Mill (A. Gerschenkron, 1952, p. 3) dissera em relação à História. *O* espaço não é um pano de fundo impassível e neutro. Assim, este não e apenas um reflexo da sociedade nem um lato social apenas, mas um condicionante condicionado, tal como as demais estruturas sociais. O espaço e uma estrutura social dotada de um dinamismo próprio e revestida de uma certa autonomia, na medida em que sua evolução se faz segundo leis que lhe são próprias. Existe uma dialética entre forma e conteúdo, que é responsável pela própria evolução do espaço.

Para Windelband (in Lukaes, 1960, p. 153), o ser é definido como "independência do conteúdo em relação à forma". Pode-se, todavia, falar de um conteúdo que seja independente da forma? Mas, cada forma não apenas contém uma fração do ser. Essa fração é, também, um conjunto particular de determinações (do ser). E é pela forma, isto é, pelo seu casamento com ela, que o ser se objetiva e se torna existência.

Para que o ser pudesse existir como um conteúdo independente da forma, seria necessário que ele fosse indiferente à totalidade das formas

---

Wittgenstein, 1921, 1969, p. 9. "O conhecimento científico exige, entretanto, precisamente, que nos rendamos à vida do objeto ou - o que dá no mesmo - que confrontemos e expressemos sua necessidade íntima." Hegel, Prefácio à Fenomenologia III-3.14. "Não basta contemplar o produto; é preciso procurar, "dc dentro", o modo c o sentido dc sua produção." Cassirer, 1957, vol. 3, p. 449.

existentes. Se isso fosse possível, o ser seria uma unidade indivisível. Para que ele se torne a unidade da diversidade, da qual já falava Heráclito e à qual, mais próximo de nós, Antônio Labriola e Emilio Sereni se referiram, o ser deve se metamorfosear em existência, mediante os processos impostos pelas suas próprias determinações e que, transformando a potência em ato, fazem que cada forma apareça como um indivíduo separado.[6]

Uma fenomenologia do espaço?

Cabe aqui citar Kant, na *Crítica da Razão Pura,* quando se referindo à existência, afirmou: "... a totalidade e a pluralidade considerada como unidade". Esta "unidade" vem, nada mais, do fato dc que uma essência nova, ou renovada, tem vocação a tornar-se ato. Tal conteúdo - a essência - pode ser comparado a uma sociedade em marcha, em evolução, em movimento, isto é, no seu presente, ainda não encarnado todavia.

O conteúdo corporificado, já transformado em existência, é a sociedade já distribuída dentro das formas geográficas, a sociedade que se tornou espaço. A fenomenologia do espírito de Hegel seria assim a transmutação da sociedade total em espaço total. Este é um movimento permanente e por intermédio deste processo infinito é que a sociedade e espaço evoluem.

O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável do qual participam, de um lado, um certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais e, de outro lado, a vida que os anima ou aquilo que lhes dá vida. Isto é a sociedade em movimento.

A sociedade em movimento pode, a um dado momento, dar-se como se fosse estática; as formas aparecem, então, como o continente dc uma parcela da sociedade, o instrumento de distribuição da sociedade no espaço. Por isso, o valor se distribui diferentemente no espaço e cada lugar tem um valor diferente. Mas, como a sociedade não é estática - mas sim dinâmica - a cada movimento da sociedade corresponde uma mudança de conteúdo das formas geográficas c uma mudança na distribuição do valor no espaço. Em resumo: as estruturas espaciais são, ao mesmo tempo, um estado - o que é provisório - e são o objeto de um movimento que modifica seu conteúdo - o que é permanente.

É nesse sentido que tem de ser entendida a proposta de Armando Corrêa da Silva (1979), passo importante na direção de uma ontologia do espaço geográfico que, infelizmente, passou desapercebido aos críticos da geografia oficial, que não se aperceberam da riqueza da idéia. Mas a idéia, apesar deles, continua fazendo caminho.

0 movimento do espaço isto é, sua transformação, constitui, na realidade, uma modalidade de transformação de uma multiplicidade, quer dizer, da sociedade global, objeto real mas abstrato, em objetos concretos, fruto de sua própria determinação. De fato, as determinações não se podem fazer independentemente dos objetos sociais pré-existentes, aos quais se devem adaptar cada vez que elas - as determinações sociais - não podem criar novas formas nem renovar formas antigas.

A sociedade total, isto é, a formação social é, ao mesmo tempo o real-abstrato, essência ainda sem forma, e o real-concreto, a forma povoada por uma essência. A sociedade, pois, existe em uma situação de movimento perpetuo, que é o próprio movimento da História. Da mesma maneira, as formas-conteúdo, cuja totalidade constitui o espaço humano, influenciam a evolução social.

O movimento de ambas é contraditório e esta dialética os enriquece mutuamente.

A essência da sociedade se revivifica ela própria por esta contradição, sem a qual estaria desprovida de movimento dialético e revivifica, também, os objetos geográficos, através da renovação que lhes traz com as mutações de sua importância.

Assim, a cada nova evolução da totalidade social corresponde uma modificação paralela do espaço e de sua organização, e sua apreensão não exige que o geógrafo disponha de um conhecimento enciclopédico, como queria Estrabão, mas que se arme de um sistema de referência, a partir de um esforço filosófico fundado na compreensão unitária do mundo.

A idéia de uma metageografia, tal como W. Bunge (1962) sugeriu[7], foi recentemente retomada e ligeiramente modificada pelo geógrafo soviético Anuchin[8]. E James Anderson (1973) chama a nossa atenção para os perigos dc uma ciência espacial elaborada sem uma filosofia adequada. Trata-se de descobrir o que está por detrás da aparência, isto é, a estrutura profunda das coisas, a partir de "um esforço sistemático e crítico tendente a captar a própria coisa, a sua estrutura oculta, e descobrir a forma de ser do que existe". (Karel Kosik, 1967, p. 30).

A realidade, para ser definida corretamente, exige que a especificidade seja posta claramente a nu. Mas, não se trata de fazer a anatomia de uma idéia representativa da realidade; o que importa sobretudo, é estudar concretamente a coisa concreta e as coisas concretas se dão cm um tempo

Em seu livro ***Theoretical Geography,*** Lund Studies in Geography, Séries C, nº 1.

No capítulo "Theory of Geography" in Richard Chorley (editor), 1973, pp. 43-63.

e em um lugar determinados.[9] O conhecimento do espaço, portanto, não poderá constituir-se sem uma base filosófica.[10]

C. Ritter (1974, p. 65), um dos precursores da geografia teórica, já o reconhecia e o aconselhava, como forma de evitar uma interpretação parcial dos fatos.[11] As preocupações filosóficas se impõem também ao pensamento geográfico se considerarmos a ciência como uma área particular do saber precipuamente interessada pelo homem e pelo seu futuro[12], se, como cientistas e como cidadãos, desejamos contribuir para a implantação de uma ordem social mais justa que restaure as relações harmoniosas entre o homem e a Natureza[13] e crie entre os homens relações sociais mais humanas.

---

[9] "A filosofia e uma tentativa de ***resposta conceitual aos problemas humanos fundamentais,*** tais como se colocam em uma certa época, em uma dada sociedade. É preciso lambem acrescentar que estes problemas são de número limitado e que a época e o país - ou seja, as circunstâncias sociais - apenas determinam: a) os problemas que em certo momento da História passam ao primeiro plano e tomam um lugar importante nas preocupações dos pensadores; b) aqueles que, em troca, são relegados a segundo plano, até desaparecerem da consciência; c) a forma ***concreta*** que estes problemas fundamentais e gerais adquirem em certo momento e em certo lugar." Lucien Goldmann, 1968.

"A utilidade da filosofia é manter novas - ou seja, a de renovar - as idéias fundamentais que iluminam o sistema social. Ela interrompe o lento descaminho de um pensamento cristalizado na direção dos lugares-comuns." Whitehead, 1938, p. 237.

[11] "Apenas o conhecimento da história da filosofia e das ciências, a prudência na utilização dc nossos pensamentos e a pesquisa sincera da verdade podem ajudar a fraqueza do homem sobre este ponto precioso. Tudo isto seria para justificar a expressão de uma 'concepção imparcial dos fatos' utilizada freqüentemente por todo verdadeiro pesquisador." C. Ritter, 1974, p. 56.

[12] "... em si mesmo os fenômenos humanos carecem de significação; esta não é alcançada senão quando as perguntas que são dirigidas aos fenômenos são inspiradas por uma teoria filosófica de conjunto", diz L. Goldmann, 1972, p. 113.

[13] "... a primeira imposição a ser feita para a construção de uma filosofia política do homem tecnológico, uma filosofia adequada para trabalhar com os problemas do mundo social e do mundo físico criados pelo crescimento incontido da população e da tecnologia, é uma nova teoria das relações do homem com a natureza, que nos indique o que uma vida correta e a sociedade significam e também nos indique as maneiras para atingi-las. Tal filosofia é essencial, se nós devemos sobreviver como seres humanos em uma sociedade humana." V. Ferkiss, 1974, p. 10.

Bibliografia

- Althusser, Louis, ***Philosophie et Philosophie Spontanée des Savants,*** François Maspero, Paris, 1974.
- Amadeo e Golledge, ***An Introduction to Scientific Reasonning,*** New York, 1975.
- Anuchin, V.A., "Thtory of geography" in Richard J. Chorley, ***Directions in Geography,*** Methuen, London, 1973.
- Bobek, Hans and Josef Schmithüsen, "Die handschaft im logischen system der geographie", ***Erdkunde,*** vol. III, nº 2/3, 1949, pp. 112-120.
- Broek, J.M., ***Geografia, su Ambito y Transcendência,*** Manuales Uteha, México, 1967.
- Bunge, William, ***Theoretical Geography,*** Departament of Geography, University of Lund, Glecrup Publishers, Lund, 1966. (1st edition 1962)
- Buttimer, Anne, ***Values in Geography,*** Commission on College Geography, Resource Paper n° 24, Ass. Am. Geog., Washington D.C., 1974.
- Cassirer, Ernst, ***The Philosophy of Symbolic Forms,*** vol. 1: Language; vol. 2: Mythical Thought; vol. 3: ***The Phenomenology of Knowledge,*** Yalc University Press, New Haven, 1953 (traduction by Charles W. Hendel).
- Corrêa da Silva, Armando, ***Cinco Paralelos e um Meridiano, Contribuição ao Discurso Geográfico Teórico,*** São Paulo, 1979 (mimeog. 149 pp.).
- Darby, H.C, "The relations of geography and history", in G. Taylor, ***Geography on lhe Twentieth Century*** (first published in ***Transactions and Papers,*** 1953, nº 19, Institute of British Geographcrs, pp. 1-11).
- Ferkiss, Victor, ***The Failure of Techonologial Civilization,*** G. Brazziler, N.Y., 1974.
- George, Pierre, ***L'Ère des Techniques: Construction et Destructions,*** P.U.F., Paris, 1974. (La Era de las Técnicas, Madrid, 1975).
- Gerschenkron, Alexander, "Economic backwardness in historical perspective", in Bert Hoselitz, ***The Progress of Underdeveloped Áreas,*** The University of Chicago Press, 1952, pp. 3-29.
- Goldmann, Lucien, ***Marxismo, Dialectica y Estruturalismo,*** Ediciones Calden, Buenos Aires, 1968.

. . . . . ***Las Ciências Humanas y la Filosofia,*** Ediciones Nueva Vision, Buenos Aires, 1972.

- Gramsci, Antônio, ***Introduccion a la Filosofia de la Praxis,*** Ediciones Península, Barcelona, 1972.

- Hegel, ***Preface to Phenomenology,*** Tests and Commentary, translated and edited by Walter Kaufmann, Anchor Books, Doubleday & Co. New York, 1966.
..... Enciclopédia de las Ciências Filosóficas, Juan Pablos Editor, México, 1974.
- Lefèbvre, Henri, ***Critique de la Vie Quotidienne,*** L'Arche Editeur, Paris, vol. 1, 1958 (2nd ed.) (ler ed. Grassei, Paris 1947), vol. 2, 1961.
. . . . . ***La Production de l'Espace,*** Edition Anthropos, Paris 1974.
. . . . . ***Le Temps des Méprises,*** Stock, Paris, 1975.
- Lukács, Georg, ***Histoire et Conscience de Classe,*** Les Editions de Minuit, Paris, 1960.
- Meliujin, Scrafin T., ***Dialectica del Desarrollo en la Natureza Inorgânica,*** Juan Grijalbo, editor, México, 1963.
- Oizerman, ***Problems of the History of Philosophy,*** Progress Publishers, Moscou, 1973.
- Papillon, J.H., ***Histoire de la Philosophie Moderne dans ses Rapports avec le Dévelopement des Sciences de la Nature,*** Paris, 1876, T. 1.
- "Questions à Michel Foucault sur la Géographie", ***Hérodote, nº*** 1, Paris, jan. mars 1976, pp. 71-85.
- Ritter, Carl, ***Introduction à la Géographie Générale Comparée*** (Essais sur les fondements d'une géographie scientifique), Berlin 1852. Annales Litteraires de l'Université de Besançon, Les Belles Lettres, Paris 1974
- Russell, Bertrand, ***ABC da Relatividade,*** Rio de Janeiro, 1974.
-Sartre, J.P., L'***Etre et le Néant,*** Essai d'ontologie phénoménologique, (1943) Gallimard, Paris, 1972.
. . . . . ***Critique de la Raison Dialectique*** (précédé de Questions de Méthode). Tome I: Théorie des ensembles pratiques, NRF-Gallimard, Paris, 1960.
- Taylor, Griffith, editor, ***Geography in lhe Twentieth Century,*** Philosophical Library, New York, 1965 (1st edition: 1951).
- Whitehead, A.N., ***Modes of Thoughl,*** MacMillan, New York, 1938.
- Wiltgenstein, Ludwing, ***Tractatus Logico-Philosophicus*** (1921) Routledge and Regan Paul, London, 1869; Introd. by B. Russell (i to xxii).

"Espaciologia": Uma Objeção (Crítica aos Prestigiamentos Pseudo-Críticos do Espaço Social)*

Marcelo José Lopes dc Souza**

Introdução

A categoria ***espaço social*** não é nova no universo das assim chamadas ciências humanas. Referencias a ela podem ser encontradas em clássicos da Geografia Humana ou da Sociologia, por vezes ao lado de referências a outras categorias que, segundo o contexto, a eclipsavam ou inclinavam-se a confundir-se com ela: paisagem, espaço geográfico, território etc. Todavia, nunca antes, como agora, ela foi elevada a posição tão destacada, alvo das atenções de várias disciplinas e de pensadores de variados matizes político-filosóficos, e até encarada tão seriamente em um contexto tradicionalmente negligente para com ela, como o marxismo. É contra uma vertente desse recente movimento de recuperação e valorização do espaço social como Objeto - a qual tem lugar sobretudo entre geógrafos - que se dirige inicialmente o presente ensaio: aquela que se identifica com a "Espaciologia", termo proposto, ao que parece, quase

*Uma ***versão preliminar*** do presente trabalho, transfigurada em decorrência da falta de revisão de datilografia c da transposição das notas para o corpo do texto, acha-se publicada no ***Anuário do Instituto de Geociências 1986,*** UFRJ, Rio dc Janeiro, 1987.)

* *Mestrando do Curso de Pós-Graduação em Geografia, UFRJ. Professor-Auxiliar do Departamento dc Geografia da PUC-RJ.

simultaneamente por Henri Lefebvre[1] e Milton Santos[2], e que designaria a "Ciência do Espaço".

A Espaciologia tem emergido cm estreita associação com autores e tendências que não apontam, diferentemente dela, para a constituição de um saber autônomo a partir de suas reflexões sobre a espacialidade. Aqueles, ou permanecem interiores às diversas disciplinas do Social ou, simplesmente, na conta de um certo posicionamento crítico frente à divisão do trabalho acadêmico em vigor, desprezam a preocupação em torno de estatutos disciplinares, ao menos em estilo burguês. A "corrente" espaciológica, na verdade, consiste no alçamento a um plano epistemológico (fundação de uma nova ciência) da *proposição ontológica de autonomia do Espaço perante as relações sociais,* a qual é prenhe de equívocos, da parte dos espaciólogos e seus interlocutores, sobre a questão da natureza da totalidade social concreta onde se inscreve o Espaço. Assim, ao objetar o desdobramento de uma certa concepção da Sociedade e do Espaço até a defesa de um novo campo epistemológico, a Espaciologia, terei na realidade como pressuposto uma objeção a algo muito mais significativo, a saber, a matriz lógica e ontológica do saber espaciológico. Por esta razão é que me reportarei também aos principais autores que teorizam o Espaço, apesar de não colocarem para si ou não abraçarem explicitamente o projeto da "Ciência do Espaço" (os "interlocutores"), o qual é, no fundo, com efeito meramente a evolução de uma distorção de base.

Devo ressaltar, para evitar mal-entendidos, o sentido amplo em que estou compreendendo o termo "Espaciologia", termo esse que, transcendendo os projetos específicos de Henri Lefebvre c Milton Santos, designa aqui uma tendência mais abrangente, a qual inclui estudiosos que, atendo-se àqueles projetos e com eles não se identificando no particular, provavelmente não verão a si mesmos como "espaciólogos". Aproveitando a oportunidade, farei duas observações adicionais.

Em primeiro lugar, não quero dar a impressão de que os diversos espaciólogos formam um bloco homogêneo. Muito pelo contrário, desejo desde já salientar os desacordos e a proliferação dc tendências, justamente porque me parecem segura expressão da confusão e dos impasses provocados pela impotência e pela inadequação intrínsecas aos referenciais teóricos de base que questionarei neste ensaio. Os próprios projetos de Milton Santos e de Henri Lefébvre, apenas para dar um primeiro e rápido

---

[1] Henri Lefebvre, ***La production de l'espace.*** Paris, Anthropos, 1981 (segunda edição).

[2] Milton Santos, ***Por Uma Geografia Nova.*** São Paulo, IIUCITEC/EDUSP, 1978. Conferir na p. 195, nota 2 no rodapé. *I*

exemplo, guardam uma distância significativa entre si em termos de conteúdo efetivo: Milton centralmente interessado em, na esteira de um prestigiamento do Espaço, vendo-o como uma *quarta instância* da Sociedade (ao lado da econômica, da político-institucional c da cultural-ideológica), assegurar um lugar para a Geografia entre as ciências humanas; Lefebvre, com uma posição mais sutil 3 complexa, a qual apresentarei separadamente mais adiante, de sua parte mostra-se menos referenciado por horizontes disciplinares. Por seu turno, também os interlocutores dos espaciólogos mantêm divergências de posicionamento entre si. Edward Soja-[3] advoga o Espaço como uma *estrutura horizontal do modo de produção,* homóloga à estrutura geral das relações sociais, dita vertical; Manuel Castells, no *A Questão Urbana,* concebe-o como uma espécie de *estrutura específica, cujas leis são especificações das leis gerais da Sociedade*[4]*,* concedendo-lhe o status de "expressão concreta de cada conjunto histórico" e negando-lhe leis próprias; Miguel Morales-[5] propõe, de um ponto de vista aparentado ao de Milton Santos, o espaço como uma quarta instância da Sociedade; José Luiz Coraggio[6] posiciona-se contra os autonomistas (Lefébvre, Milton, Morales, etc.), aproximando-se do enfoque de Castells; c por aí vai.

Finalmente, como segunda observação, gostaria apenas de frisar a atração especial que a perspectiva espaciológica exerce entre os geógrafos de formação, pois para muitos de nós a sobrevivência da própria Geografia enquanto disciplina depende da sua radical conversão numa Espaciologia. Por este motivo, deverá ser mais difícil para os geógrafos do que para outros pesquisadores aceitar minha objeção.

A crítica que dirijo à Espaciologia é uma *crítica de contexto.* Não se Irala de questionar *indiscriminadamente* a validade e a importância dos resultados que, sob o seu signo, têm sido obtidos no terreno da reflexão teórica sobre o papel do Espaço junto à dinâmica global da Sociedade (apontando inclusive insuficiências da tradição marxista), como se se quisesse simplesmente atirar na cesta de lixo tudo o que se liga à produção espaciológica, ou à de seus interlocutores. No entanto,

---

[3] Edward W. Soja, ***The Socio-spalial Dialetic.*** Anais da Associação dos Geógrafos Americanos, vol. 70, n° 2.

[4] Manuel Castells, ***A Questão Urbana.*** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

Miguel Morales, "Estado e desenvolvimento regional". ***In:*** Bertha K. Becker et alii (orgs.), ***Abordagens Políticas da Espacialidade.*** Rio de Janeiro, ÜFRJ, 1983.

[6] José Luís Coraggio, "Possibilidades de un ordenamieneo territorial para la transicion en Nicaragua". ***In:*** Bertha K. Becker (org.), ***Ordenação do Território: Uma Questão Política?*** Rio de Janeiro, UFRJ, 1984.

tampouco estou sugerindo uma desconlextualização desses resultados a fim de salvá-los, desligando-os das vias através das quais chegou-se a eles e, ao tentar destruir o alicerce sem mexer no resto do edifício teórico, perder de vista toda possibilidade de compreensão do verdadeiro significado dessa "corrente". Por fim, muito menos estarei aqui fazendo uma crítica *interna* àquilo que critico, do tipo "corrigir falhas e excessos".

Contundentemente, o que proponho questionarmos é como aqueles resultados, às vezes valiosas pistas teóricas, têm sido conjuntamente encarados, o que remete à abrangente problemática do caminho tortuoso por meio do qual eles têm sido obtidos: sob um ângulo que, demonstrando-se prisioneiro da lógica e da ontologia que Cornélius Castoriadis[7] batizou de *identitário-conjuntistas* (fragmentadoras da realidade em partes perfeitamente distintas e definidas, e mesmo funcionalmente autônomas umas frente às outras), os utiliza para legitimar a decretação da autonomia ontológica do Espaço perante a Sociedade, e posteriormente a elevação do conhecimento sócio-espacial ao plano de *disciplina, saber epistemologicamente autônomo.* Quais são as premissas e as implicações desta postura, contra a qual levanto uma objeção? Tentarei responder a isto a partir de agora, bem como explicitar a contrapartida que considero mais satisfatória, em um nível essencialmente introdutório, assumindo todos os riscos de focalizar num pequeno ensaio um assunto que envolve questões tão polêmicas, como se verá a seguir. Infelizmente, devido a limitações de espaço e oportunidade, esta investigação exploratória terá de se conformar a um enfoque bastante generalizante. Tal fato se revela especialmente problemático a propósito das controvertidas críticas que sou forçado a apresentar contra o marxismo, as quais talvez exigissem, para evitar acusações de leviandade, um desenvolvimento menos incompleto. Faz-se mister, portanto, que o leitor recorra, sempre que eu indicar esta necessidade, aos estudos de Cornélius Castoriadis, cujo pensamento forneceu o alicerce para as críticas que apresentarei e a alternativa que esboçarei a seguir.

Para criticar construtivamente a espaciologia

O espaço social constitui-se, de um ponto de vista preliminar, em uma condição de realização de qualquer sociedade. Simplificadamente traduzível pelo binômio terra + benfeitorias sob a moldura das localizações específicas e da regionalização da produção, do consumo, do poder e das idéias, ambiente hominizado e culturalizado através do

---

Cornélius Castoriadis, ***A Instituição Imaginária da Sociedade.*** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

trabalho, ele é um suporte para as sociedades concretas, ou, para usar uma metáfora muito badalada entre estudiosos do Social, o "palco". Para os espaciólogos c alguns outros, contudo, esse palco é ao mesmo tempo "ator", o que seria determinado pelo falo de que, como ratificou recentemente um espaciólogo[8], mais que *requisito para,* ele é também *fator da* evolução social.

À imagem de um prático-inerte sartreano[9], a simples presença do Espaço, no curso da história, influencia e condiciona àqueles que o produziram, e sobrevive, como "rugosidade", após as relações sociais que justificaram sua geração de tal ou qual maneira já terem cedido lugar a outras. Dada uma multiplicidade de fatores históricos que faz com que os conteúdos funcionais e as formas dos ambientes construídos possuam capacidades de sobrevivência e tempos de vida diferentes, o Espaço interfere no devir dos homens não apenas por sua própria presença material (por sua "inércia dinâmica", diria apropriadamente Milton Santos), mas intrinsecamente também pela resistência que suas formas cristalizadas (as *rugosidades* de Milton Santos[10], ou o Espaço herdado de que fala Alain Lipietz[11]), oferecem à espacialização de novas relações sociais (realização de um *Espaço projetado,* para empregar a terminologia de Lipietz).

Temos, assim, uma "dialética" - a *dialética sócio-espacial* de Edward Soja[12] -; uma "dialética", todavia, exteriorizante. Sendo o Espaço fruto da ação transformadora dos homens, mas não contendo, ele mesmo em seu ser, esta ação - **embora** seja uma condição de existência e um fator do fazer cm geral, incluindo-se aí a sua própria produção, não se pode confundir o produto com o seu fazer histórico pelos produtores -, os homens estão necessariamente *no* Espaço, conectados física c mentalmente a um espaço social concreto, mas estritamente não são *parte do* Espaço. Dita de tal forma a coisa parece trivial e destituída de qualquer

---

Milton Santos, "Uma palavrinha a mais sobre a natureza e o conceito de espaço". ***In: Espaço & Método.*** São Paulo, Nobel, 1985. lista idéia está também contida em ***Por Uma Geografia Nova,*** op. cit., cap. XII.

Sobre a idéia do "prálico-inerte" ver, de Jean-Paul Sartre, ***Critique de la raison dialetique.*** Paris, Gallimard, 1960. Uma referência explícita ao prálico-inerte sartreano pode ser encontrada em ***Por Uma Geografia Nova,*** op. cit.

[10] Milton Santos, ***Por Uma Geografia Nova,*** op. cit.

[11] Alain Lipietz, "The **Structuration of** Space, the Problem **of** Land, and Spatial Policy". ***In:*** Carney el alii (orgs.), ***Regions in Crisis.*** Citado por Edward W. Soja, "Uma concepção materialista da espacialidade". ***In:*** Bertha K. Becker et alii (orgs.), op. cit.

[12] Edward W. Soja, ***The Socio-spatial Dialetic,*** op. cit.

conteúdo polêmico. No entanto, aquilo significa que, se por intermédio de uma abstração decompusermos a realidade que nos envolve e da qual fazemos parte, o Objeto-Espaço, de *per se,* resumir-se-á a uma matéria inanimada em si mesma, e dotada de um movimento que lhe é *conferido do exterior,* pela atuação dos atores sociais. Pode-se argumentar, evidentemente, que, se o Espaço é uma condição e um fator da realização destes atores e de seus desempenhos, então estes últimos, que são os ingredientes dinamizadores, não lhe são propriamente exteriores, no sentido de separáveis, haja visto que eles não se concretizam sem aquele, e vice-versa. Entretanto, este aparentemente inútil e desautorizado desmembramento intelectivo é necessário para a presente crítica na medida em que, valendo-se exatamente da especificidade creditada ao Espaço por força de sua dupla relação de causa-e-efeito com os processos sociais, reclama-se para ele, de "n" maneiras, autonomia ontológica; e, com fundamento nesta, conforme a reivindicação dos espaciólogos, igualmente o direito a uma autonomia epistemológica ao nível de um campo institucionalizado, e não apenas como uma especificação no sentido de Castells[13]. As ontologias tradicionais, identitário-conjuntistas, não podem colocar a questão do não-autonomismo, estando presas às falsas problemáticas de uma autonomização de tipo *x* "versus" uma autonomização de tipo *y*. Conquanto não se confundam real ou categorialmente, Espaço e Sociedade não podem ser vistos como dois elementos autônomos de um conjunto, dois entes separáveis. Ainda que muitos protestassem e dissessem que jamais entenderam Espaço e Sociedade como separáveis, o fato é que a maneira mesma de enfrentamento correto das autonomizações foge aos domínios das ontologias e lógicas identitário-conjuntistas, em cujos limites qualquer pretensa recusa aos aulonomismos se dá, ou a partir de um autonomismo disfarçado, ou, inversamente, de uma submersão do Espaço, sendo a submersão igualmente controlada, em última análise, por contextos analiticistas (marxismo ortodoxo, por exemplo). A dialética sócio-espacial é, enfim, somente um componente da dinâmica de lodo o *Social-concreto.* Apartá-la de algum modo deste contexto, e é isso que sempre acontece ao se concebê-la segundo um projeto autonomizador, implica em esterilizá-la, formalizá-la.

Se a Natureza-segunda possui uma dialética, assim é não somente por ser produto social, mas essencialmente por estar em constante relação

13 Manuel Castells, op. cit.

dialética com seus produtores, homens em sociedade[14]. A propósito, devo grifar que o coração de uma dialética sócio-espacial não reside no que alguns denominam de a "contradição" que se estabelece entre Espaço projetado e Espaço herdado. Isto não passa de uma inevitável e recorrente situação de *tensão momentânea,* fruto da interação produto-"produtor" (Espaço)/produloras-condicionadas (relações sociais). Dialetizar o atrito das rugosidades com as novas relações sociais é uma transfiguração, a qual redunda no enfraquecimento do contexto de movimento de ação recíproca, ele sim definidor de uma dialética, onde se inscreve aquele descompasso transitório e, em si mesmo, mecânico[15]. Erigir, portanto, em Objeto epistemologicamente autônomo o palco é tão despido de sentido quanto não considerar os atores em conexão com seu palco concreto (e isto é bem mais antigo que a Espaciologia propriamente dita; entre burgueses e marxistas, muitos podem ser os exemplos). Como se os atores sociais, representando suas peças[16] em algum "país maravilhoso sem dimensões", recordando, uma chacota de Walter Isard, estivessem para o Espaço como para um simples epifenómeno. O palco é, tanto quanto as próprias relações sociais, condição de existência dos atores, do mesmo modo como estes são a razão de ser do palco. A essa totalidade viva, vivificada pelo agir e pelo fazer dos homens - e não matéria inerte em si mesma, e que se move porque lhe dão corda, ou então ao responder à dinâmica social com a sua inércia -, é que devemos compreender como o único Objeto verdadeiramente possível para um projeto de estudo crítico das sociedades, sem fragmentações ontológicas ou as clássicas e inibidoras compartimentações epistemológicas. Esse projeto, por fundar-se em uma ontologia onde as sociedades são

---

[14] Ver, de Maurice Merlcau-Ponty, "Marxismo e Filosofia". ***In:*** Coleção ***Os Pensadores,*** vol. XLI, Husserl/Merlcau-Ponty — ***Obras Escolhidas.*** São Paulo, Abril Cultural, 1975.

[15] O enfraquecimento do adjetivo ***dialético*** advém de e ao mesmo tempo implica em uma qualificação como dialéticos de certos esquemas que não contem uma verdadeira contradição dialética, unidade e luta de contrários, como a pretensa "contradição" entre forças produtivas e relações de produção desmascarada por Cornélius Castoriadis em ***A Instituição Imaginária da Sociedade,*** op. cit., pp. 29-30.

[16] Esta metáfora teatral, empregada aqui por uma questão de facilidade de comunicação, possui um inconveniente. Como colocarei mais adiante no corpo do texto, a história é aberta à contingência, à indeterminação; logo, ela não admite ***roteiros*** pré-estabelecidos (teleología). É possível, assim, continuar falando em palco, ***atores*** e peças somente se estas últimas forem vistas como "peças de teatro não-convencional", onde o improviso e o inesperado são parte da lógica do espetáculo.

inconcebíveis fora do indivisível dueto *relações sociais e espaço social, movimento criador e sua criatura material fundamental*[17], valoriza a espacialidade em um contexto onde para que isto se dê não é necessária uma capitulação frente os esquemas de separação da lógica identitário-conjuntista, os quais, lamentavelmente, retiram boa parte do ferrão contido em perspectivas tão interessantes quanto a da dialética sócio-espacial.

A negação de uma "totalização"[18] intelectiva onde o Social seja efetivamente concebido como um complexo inteiriço de agentes, movimentos, significações e "materiais", dentre estes últimos destacando-se o Espaço pela sua magnitude e pelas suas peculiaridades, conduz, inevitavelmente, à comodidade de um formalismo. A lógica identitária prima por mutilar a realidade para poder entendê-la, dominá-la. Só que essa "realidade" assim mutilada e dividida em compartimentos - as *instâncias, sistemas, níveis, estruturas* ou *fatos* econômicos, políticos etc. - não é mais a Sociedade viva: é um mero cadáver, uma deformação conveniente à "inteligentsia" positivista ou positivizada e suas ontologias analíticas. Conveniência esta que, perante o loteamento epistemológico dos campos e perspectivas de estudo, se afirma a despeito de uma constelação de superposições e ambigüidades, como exemplifica, nos marcos da ciência burguesa, a definição dos interesses da Sociologia frente os das demais disciplinas humanas, e em particular dos da Antropologia Social.

Tais incongruências e incômodos epistemológicos, paliativamente remediados por acordos tácitos de demarcação, celebrados pela prática, atestam os problemas decorrentes daquelas ontologias. Não estou aqui

---

17 O conceito dc Social-concreto (ou Sociedade concreta, em sentido genérico) será construído ao longo do ensaio, descortinando-se paulatinamente o contexto onde se realizam estes dois lermos - Espaço c relações sociais.

18 Devo sublinhar que a "totalização" aludida não se funda cm uma idéia dc possibilidade dc ***apreensão*** de um totalidade escrava dc um devir histórico determinado de uma vez por todas por uma ***lógica essencial e universal.*** Semelhante holismo, fechado e teleológico, por conseguinte racionalista, é estranho à minha proposta. Ao contrário, a totalidade dc que trato neste ensaio é vista como algo em ***construção e aberto à contingência,*** e ainda mais: historicamente relativizada, cada imaginário social (sobre o conceito de imaginário social ver, dc Castoriadis, ***A Instituição Imaginária da Sociedade***, op. cit.) admite a "sua própria totalidade", o seu próprio referencial de totalização. Resumindo, aqui a "totalização" e uma tentativa, assumidamente presa ao momento histórico e ao imaginário, de viabilizar uma reflexão de conjunto do Social, não-fragmentária e crítica da lógica e da ontologia identitário-conjuntistas.

preocupado em advogar aprimoramentos das "salutares interseções de campos", como diriam alguns, ou desse apanágio da ciência moderna que é a interdisciplinaridade, sobre o qual voltarei rapidamente mais adiante. Interessa-me, isto sim, questionar diretamente a própria essência das lógicas compartimentadoras. Encarnando, no plano do saber, a estratégia de "dividir para reinar", as ontologias analíticas e suas epistemologías sabotam os projetos de "totalização" porque sua razão de ser é, historicamente, a instrumentalização/controle do Social via fragmentação da realidade e do conhecimento a ser ressocializado. Por isso é que, contrapondo-se a qualquer projeto crítico e unitário, desenvolveram-se, sob o respaldo de motivações políticas gerais e específicas: um discurso sociológico, na prática convertido em discurso da sociedade ocidental sobre si mesma; um discurso antropológico, ou discurso dos ocidentais sobre os povos nâo-ocidentais; um discurso histórico, ou discurso de modelagem ideológica acerca do passado glorioso da Pátria em meio ao universo dos Estados-Nação; um discurso econômico, ou discurso do capitalismo sobre as condições e possibilidades materiais de sua administração; um discurso da Ciência Política, ou discurso da gestão do poder nas sociedades burguesas; e um discurso geográfico, ou discurso sobre a grandeza e as potencialidades do território pátrio sob o prisma dos recursos naturais e humanos. Apesar das simplificações, é inegável que estes discursos, em suas versões "oficiais", desempenharam e ainda desempenham tais papéis.

Sob o ângulo das abordagens controladas pela lógica identitária não se trata, resumindo, de ler *aspectos* ou *dimensões* constituintes de uma realidade social, resguardando ao mesmo tempo a total integridade desta enquanto ser dinâmico, complexo e indivisível. O que cumpre fazer é esquartejar a realidade, atribuindo aos seus membros decepados, uma espécie de vida própria que verdadeiramente não têm, espelho de uma concepção racionalista da Sociedade da qual deriva uma fragmentação do conhecimento de algum modo sempre presente nos marxismos. Entre estes, a aberração maior é, sem contar com a grosseria do stalinismo, o estruturalismo, que gozou e ainda goza de grande popularidade junto aos "marxistas de academia". De fato, Althusser e seus epígonos, na tentativa de livrar o marxismo do economicismo e do reducionismo (para o que, sem dúvida, foram obrigados a livrar-se em parte do próprio Marx), desembocaram numa combinatória de "instâncias", "níveis" ou "estruturas" onde, conforme o modo de produção, um ou outro destes níveis, estruturas ou instâncias seria o "dominante", mas o "determinante em última instância" seria sempre o econômico, sofisticação formal por trás da qual continua a fazer-se presente o economicismo. Além disso, as

autonomizações de estruturas vem na esteira de um pensamento que promove uma disjunção entre práticas (atores) e estrutura (sistema), e onde o papel historicamente constitutivo da luta de classes é subsumido pela mecânica de cada modo de produção. É à luz deste tipo de comprometimento do marxismo que devemos avaliar os espaciólogos e seus interlocutores, para os quais o estruturalismo tende a ser uma fonte de inspiração metodológica privilegiada.

Muitas vezes os marxistas externam seu desprezo para com os compartimentos disciplinares burgueses, como é o caso de Edward Soja[19], embora isso nem sempre aconteça... O que é definitivamente comum entre eles, de qualquer forma, é que, incorporem ou não a obediência às disciplinas instituídas, sempre encarnam de uma maneira ou de outra uma mentalidade analítica, por mais "criticamente" elaborada e refinada que ela seja. E isto apesar de os marxistas certamente não terem embaraços em afirmar, com Castells[20], que as separações no fundo são artificiosas, pois a realidade empírica "sempre contém *tudo ao mesmo tempo"* (grifo de Castells). A questão avançando para além da retórica, *é se tal proposta ontológica é realmente levada às últimas conseqüências em matéria de alternativa a visões fragmentadoras, e através de ferramentas lógicas e analíticas adequadas.* Pelo que indicam algumas das mais profundas críticas recentes ao marxismo[21], a resposta a esta questão deve ser pela negativa.

É evidente que a fragmentação do ser característica da Razão Analítica burguesa não se encontra, "ipsis litteris", em Marx. Marx desvenda o fenômeno da alienação e desnaturaliza relações sociais concretas (conquanto mantenha um sabor naturalístico em sua *metodologia);* o homem em Marx é um homem integral: não uma abstração enquanto "homo oceonomicus", "homo politicus" etc, mas um homem integral determinado por seu ambiente sócio**-histórico** concreto; por fim, a epistemologia de Marx, sua perspectiva de abordagem a partir da Economia Política (o que é consoante com sua filosofia e sua visão da Sociedade e da história), não fragmentam o Social à imagem do positivismo. Não obstante, insisto que o pensamento de Marx também opera com fragmentações. Tais fragmentações são aquelas que se dão interiormente a uma idéia de totalidade como a hegelo-marxiana, perante a qual pode-se determinar racionalmente toda a essência estrutural da relação

---

19 Edward W. Soja, ***The Socio-spatial Dialetic,*** op. cit.

20 Manuel Castells, op. cit.

21 Ver, especialmente, de Cornelius Castoriadis, ***A Instituição Imaginária da Sociedade,*** op. cit.

das partes entre si e destas com o lodo. Tal racionalismo, assentado na lógica identitário-conjuntista - terreno comum de diálogo pare positivistas e marxistas é que faz com que, mesmo rejeitando uma ontologia reificadora e uma epistemologia disciplinar (em estilo positivista), o marxista consistente chegue ao limite do racionalismo identitário sem com ele romper, abraçando uma fragmentação ontológica no seio de uma concepção de totalidade racional e abrindo espaço para fragmentações epistemológicas (possíveis a partir do momento em que se assume a "autonomia relativa" de cada estrutura).

A dívida do marxismo para com a ontologia e a lógica identilário-conjuntistas, as quais habitam o mundo da plena determinidade - mundo de certa forma estranho ao ser social[22] -, é inegável. É esta dívida de sangue que leva Castoriadis[23] a qualificar a dialética marxista como fechada/racionalista. Ora, é legítimo postularmos que, se uma dialética autentica, que se afirme como modo de ser inconfundível e exclusivo do Social, não admite racionalismos, projeções do Sujeito à frente do Objeto, seja como for ou em nome de sejam lá quais forem os nobres princípios, então o marxismo (como seu pai, o hegelianismo), ou pelo menos aquela faceta do pensamento de Marx que terminou por afirmar-se como a dominante nos quadros da sua obra e da maioria dos epígonos[24], *não está assentado sobre um solo dialético global.* Na verdade, o que encontramos no "Marx maduro", para usar uma adjetivação de sabor althusseriano, no Marx *d'O Capital,* são momentos dialéticos geniais aprisionados em um esquema lógico e metodológico geral impregnado de vícios da sua época - analiticismo, naturalismo, cientificismo, objetivismo e Ideologia.

A propósito especificamente de Henri Lefébvre - devo conceder este destaque por seu peso e sua singularidade -, o grande animador filosófico dos espaciólogos e de seus interlocutores possui um vigor e uma originalidade raros na maioria dos marxistas contemporâneos. Não é à toa que ele tem sido criticado como "revisionista"... Seu projeto atual, nem sempre bem compreendido, tem sido com freqüência tomado como referencial por aqueles que abraçaram a causa espaciológica. É ledo engano supor, no entanto, que ele tenha visto a sua "spatio-logie", ou "spalio-analyse", "la science de l'espace", como uma disciplina em estilo burguês, acrescentável ao elenco presente de "ciências humanas". Seguindo a bandeira da Economia Política marxista, abrangente proposta

---

[22] Ver, de Castoriadis, op. cit.

[23] ibid.

[24] Ver ibid.

de enfoque, via economia, do Social, sua Espaciologia foi concebida como uma *Economia Política do Espaço,* ou a Economia Política adaptada ao exame do capitalismo em suas condições atuais, quando a *produção do Espaço* é tida por ele como fator fundamental para a sobrevivência do próprio modo de produção. A valorização da espacialidade a expensas de um enfoque de natureza marxista, com raízes comprometidas pelo racional-objetivismo e pelo analiticismo, faz com que a estimulante percepção de Lefébvre sobre o novo momento social - estimulante em que pese a fetichização do Espaço contida em sua análise - seja contudo veiculada através de um projeto que, a meu ver, não pode se constituir na resposta global mais adequada às "espaçofobias" marxistas, isto sob o prisma de uma radical "totalização" do Social a nível filosófico e metodológico. Apesar de ter exagerado o papel do Espaço e de ter co-introduzido o termo "Espaciologia", o refinamento e o teor mais crítico da posição de Lefébvre demandam para ela, porém, um questionamento diferenciado em relação àquelas assumidas por autores estruturalistas como Milton Santos, Miguel Morales etc.

Não existe "instância" (ou "estrutura" etc.) econômica, organicamente individualizada, com leis próprias, frente uma "instância" política, de sua parte distinta de uma "instância" ideológica. Se nem no mundo da Natureza, onde se tem a possibilidade de alguma individualização *material* dos componentes que singularizamos em um ecossistema - a fauna, a flora, o solo etc. -, é concedido falar *rigorosamente* de autonomia (o que são, por exemplo, os processos pedogenéticos fora da ação do intemperismo, da influência da estrutura geológica etc.?), o que dizer do domínio social-histórico, onde a individualidade é meramente dc *significação,* sem referentes materiais próprios, abstraindo-se cada significação de um ato concreto inesgotável de significações? Aquela concepção estruturalista de totalidade não estava, como com razão diz Karel Kosik[25], presente em Marx; todavia, o pensamento do Marx "maduro", onde a "base real" econômica determinaria as superestruturas jurídico-política e ideológica, não compreende também autonomização? Se o econômico determina o jurídico-político e as formas de consciência; se a superestrutura só se transforma quando há "contradição" entre forças produtivas e relações de produção e estas, defasadas, precisam mudar qualitativamente, determinando então nova superestrutura; então a superestrutura só tem movimento "à la" marionete, e até as "ações recíprocas" ficam esvaziadas.

---

25 [25] Karel Kosik, ***Dialética do Concreto.*** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.

No campo da experiência humana, o que existe é uma *realidade social infragmentável, porque dialética;* complexo *magma,* para usar a sugestiva expressão e o conceito dc Castoriadis[26], com as suas diversas *faces, historicamente criadas e fluidas,* as quais, dimensões fundamentais e mutantes de um real socialmente construído, se apresentam sempre em uma vinculação irredutível a esquemas identitário-conjuntistas, em qualquer manifestação particular. Não basta dizer que as "esferas" econômica, política e ideológica se condicionam reciprocamente e de igual para igual; isto elimina o economicismo, mas não o analiticismo, de maneira que o alicerce equívoco permanece. Também não é suficiente, pela mesma razão, multiplicar/subdividir as "esferas" para tornar menos simplista o esquema. O que ocorre, fundamentalmente, é que não só o pluralismo não pode ser expresso à base de "esferas", posto que a economia, a política e a ideologia não são mais do que faces (e, em certo sentido, *máscaras)* de um lodo indivisível, como também a amplitude e o conteúdo de cada face não são trans-históricos, e a discriminação válida para uma sociedade pode não sê-la para outra. Não que não devamos operar com distinções de faces/dimensões; a vã pretensão de ignorar aquelas distinções entre econômico, político e ideológico, as quais são parte da nossa instituição sócio-hislórica, seria aliás a melhor forma de evitar compreender o que se passa à nossa volta... Insisto é no cuidado crítico que se precisa ter quando do contato com as distinções, contextualizando-as, entendendo-as como produtos da lógica identitário-conjuntista (dialeticamente ligada a alienações e reificações objetivas) que reina absoluta no imaginário capitalístico[27]. Em que sentido, por exemplo, uma face pode aparecer como mais "importante" que as demais, autorizadamente? *Enquanto dimensão privilegiada, assim eleita pelo imaginário social,* o que ilustra a tese castoriadiana de que, conquanto irredutível a uma lógica identitária, o Social depende da dimensão

---

26 Cornelius Castoriadis, op. cit. Ver também, do mesmo autor, "O domínio social-histórico". ***In: Os Destinos do Totalitarismo & Outros Escritos.*** Porto Alegre, L & PM, 1985.

27 Me parece interessante, procedendo a uma fusão da sugestão terminológica de Felix Guattari ("sociedades capitalísticas" — vide Félix Guattari & Suely Rolnik, ***Micropolítica.*** Petrópolis, Vozes, 1986) com o conceito castoriadiano de imaginário social, juntar o imaginário capitalista, pertinente ao regime social que Castoriadis denomina ***capitalismo burocrático fragmentário*** - ver "O regime social da Rússia". ***In: Os Destinos do Totalitarismo & Outros Escritos,*** op. cit.) com o imaginário do "socialismo real" (pertinente ao ***capitalismo burocrático total,*** de acordo com a terminologia castoriadiana), os quais cm última análise constituem um imaginário só, sob o rótulo de imaginário capitalístico.

identitária para realizar-se e representar-se. Caracteriza, por exemplo, o imaginário capitalístico a segmentação do Social em "esferas" econômica, política etc, privilegiando, ao nível da produção de subjetividade, a dimensão econômica. Como, porém, ignorar que a ideologia do "crescimento econômico" se vincula a um contexto material onde os homens são, em sua maioria esmagadora, inteiramente alienados, e o econômico é por conseguinte socialmente individualizado porquanto é reificado? E como não perceber que a ideologia do produtivismo e do desenvolvimento ilimitado das forças produtivas, subjacente ao pensamento dc Marx, é tributária do mesmo solo cultural? Por isso é que, embora Castells afirme que a realidade empírica sempre contém tudo ao mesmo tempo, a presente discussão não é bizantina; incompatível com uma concepção mais generosa e autentica de totalidade dialética, a posição marxista dominante, economicista, analiticista, só é coerente com um solo cultural racionalista, identitário-conjuntista, *capitalístico.*

Maurice Merleau-Ponty, cujo pensamento muito influenciou Castoriadis, oferece-nos a propósito esta passagem lapidar[28]:

> "Deve-se compreender a história a partir da ideologia, ou então a partir da política, ou então a partir da religião, ou então a partir da economia? (...) Deve-se compreende-la de todos os modos ao mesmo tempo, tudo tem um sentido, nós reencontraremos sob todos a mesma estrutura do ser. Todas estas perspectivas são verdadeiras, na condição de não as isolarmos, de descermos até o fundo da história e de apreendermos o único núcleo de significação existencial que se explicita em cada perspectiva. É verdade, como disse Marx, que a história não marcha sobre a cabeça, mas também é verdade que ela não pensa com seus pés. Ou antes, nós não temos de nos ocupar nem com sua 'cabeça', nem com seus 'pés', mas com seu corpo".

Estas frases inspiradoras revelam, na verdade, o mesmo espírito que anima o projeto subjacente ao presente ensaio: a crença na necessidade de um enfoque não-fragmentador do social-histórico.

A questão da *inesgotabilidade de significações* deve ser posta em relevo, porquanto ela traz a diferença essencial entre uma totalidade dialética *fechada e parcial,* como a de Hegel/Marx (não imporia que, no

---

28 Maurice Merleau-Ponty, ***Phénoménologie de la perceplion.*** Paris, Gallimard, 1985, p. XIV.

primeiro, a determinação remeta à Idéia, e, no segundo, à economia[29]), e uma totalidade dialética *aberta* e *radical.* Conquanto a teoria marxista evidentemente não isole em cada ato concreto uma relação econômica de outra política e de outra ideológica, ela preconiza que cada relação pode, por meio do método científico (dialético!), ser *completamente determinada*[30]. Da determinação de todas as partes e do desvelamento do papel objetivo de cada uma no contexto do todo, depende a "destruição do mundo da pseudo-concreticidade", aproveitando uma expressão de Karel Kosik. Uma totalidade *aberta* e *radicalmente dialética,* onde cada ato seja inesgotável em significações historicamente localizadas, e onde cada significação não possa ser objetivamente (ou seja, independentemente do concurso da subjetividade histórico-socialmente condicionada) determinada enquanto parte de um todo cuja essência estrutural está à espera de um Sujeito cognoscente de posse do método correto para ser descoberta, parecerá a um marxista consistente, como Kosik[31], uma ficção idealista, pois incapaz dc dar conta racionalmente da realidade total. E a presunção de que a totalidade é inteiramente racional, presidida por uma lógica unívoca e inteiramente objetiva, onde as partes podem ser objetivamente determinadas em sua interação dialética (estas admitindo entre si hierarquia causai "relativa" - a economia determina as superestruturas, embora estas "influenciem" aquela) e onde todo "resíduo irracional" deve ser declarado como produto do mau uso do método dialético, que desemboca na problemática idéia de uma totalidade onde cada parte comporta "autonomia relativa".

A contrapartida não há de passar por uma afirmação da primazia do todo sobre as partes, no sentido de que "o todo é separado das partes e existe independentemente delas"[32]. O que acontece, em primeiro lugar, é

---

[29] Ver, de Cornelius Castoriadis, A ***Instituição Imaginária da Sociedade,*** op. cit., e ***As Encruzilhadas do Labirinto.*** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

[30] É bastante didática, a esse respeito, a argumentação de Karel Kosik, op. cit. Deve-se observar que, quando um marxista diz que "o concreto é síntese de múltiplas determinações", ***múltiplas*** tem um sentido de inerente ***finitude,*** o que não e absolutamente contradito por outra expressão corrente, aquela que diz que "a realidade é sempre mais rica que as nossas teorias". Para um marxista, a realidade é racionalmente autoconstituída através de um processo de determinações perfeitamente definidas "em si" - e a inesgotabilidade repousa exclusivamente na inesgotável riqueza ***empírica*** da realidade em mutação (sendo a realidade pressuposta como tendo sua ***essência estrutural objetiva*** totalmente apreensível racionalmente), e nunca também na própria constituição "estrutural" da realidade objetiva,

[31] Ver Karel Kosik, op. cit.

[32] Ibid., p. 47.

que, se abandonamos o racionalismo objetivista embutido na totalidade marxiana, devemos conceder que não existe uma realidade puramente objetiva, que ao Sujeito caiba ir revelando em um processo de vai-vem entre ele e o Objeto[33]. A totalidade dialética aberta possui uma existência objetiva, fora da consciência; mas a consciência, ao "desvelá-las", capta-a *construtivamente,* e não passivamente, de modo que objetivo e subjetivo estão, desde sempre, amalgamados concretamente para a experiência humana. O social-histórico é incessante criação radical de significações, mas o velho - a materialidade herdada da instituição social-histórica - sempre condiciona de alguma forma o parto do novo[34] - as novas significações imaginárias sociais -, embora, rigorosamente, o novo não "emerja" do velho, no sentido de sua lógica ser dada pelo que pré-existia. A infinidade dc significações imaginárias sociais, inclusive aquelas que designam os "aspectos gerais da estrutural social" - em nosso caso, o econômico, o político... -, não têm referentes no mundo - "objetivo" a partir do qual serão postas como invólucro; trata-se dc significações

---

33 O marxismo integra cm seu bojo um "empirismo" não-nominalista (busca das essências na realidade objetiva) e um viés racionalista (racionalidade histórica, racionalidade dos sistemas). O simples vai-vem Sujeito-objeto da dialética materialista só aparentemente supera a dicotomia entre aqueles dois lermos, a qual está no cerne tanto do empirismo (privilegiamento do Objeto) quanto do racionalismo (privilegiamento do Sujeito); não compreendendo que o próprio Sujeito ajuda a conformar o Objeto, sendo portanto utópica a procura de uma verdade objetiva dos fatos inteiramente imune às determinações subjetivas, o materialismo dialético paga seu tributo ao objetivismo. É sintomático que Karel Kosik (ver op. cit., p. 20) tenha aproximado o materialismo dialético do moderno positivismo, observando que o preceito positivista "livrar-se dos preconceitos" possui fundamentação materialista.

34 A criação "ex nihilo" de significações, discutida por Castoriadis (ver ***A Instituição Imaginária da Sociedade,*** op. cit.) e colocada por mim logo a seguir no texto, em nada conflita com a postulação de condicionamento do "novo" pelo "velho" (sem querer dar a idéia de momentos bem definidos, o que só tem sentido perante um esquema identitário de formalização). Entendendo a materialidade não como um conjunto de "coisas coisificadas", mas como matéria investida de significação social e inserida em relações sociais, a própria análise de Castoriadis permite contextualizar a questão do prático-inerte e suas derivações (inércia dinâmica espacial, por exemplo): as novas significações não são "determinadas" por alguma lógica da história nem são tributárias da lógica que presidia a articulação das velhas significações, mas por outro lado a materialidade pré-existente, a instituição sócio-histórica herdada, são redimensionadas e reenquadradas pelas novas significações, estas lendo por sua vez as circunstâncias de seu aparecimento condicionadas por aquelas, as quais exercem um efeito de ininterrupto condicionamento através do processo de fabricação social dos indivíduos.

colocadas por criação social, que conformam o prisma por meio do qual enxergaremos a materialidade, nos marcos do amálgama objetivo/subjetivo. Há uma dialética entre objetivo e subjetivo, conquanto a pergunta "o que é e, no que sabemos, que em de nós e o que é que vem do que existe?" é e sempre será, em termos absolutos, indecidível, como observou Castoriadis[35]. O social-histórico é um complexo onde objetivo e subjetivo se mesclam; em tal contexto, cada indivíduo e um ente ***socialmente fabricado,*** isto é, modelado pelas circunstâncias históricas nas quais se inscreve. Nem escravo do reino da necessidade absoluta, nem filho do reino da absoluta liberdade, o homem, visto não como mônada isolável, mas como indivíduo social, não é servo passivo da materialidade objetiva, nem senhor de uma matéria informe que, idealisticamente, ele criaria com sua consciência. De maneira que, para concluir, a totalidade dialética aberta não se refere a um mundo objetivo/exterior, que se imponha como ***dado natural*** à consciência, nem a um mundo que só exista na consciência individual, mas a um poço sem fundo de significações, que se institui através do amálgama dialético entre objetivo e subjetivo - ***através do social-histórico,*** vale dizer.

Quanto ao Espaço, ele possui individualidade material - podemos, naturalmente, distingui-lo mecanicamente dos demais produtos humanos materializados e dos próprios indivíduos -, mas ao mesmo tempo é, enquanto ***produto,*** incapaz de ter qualquer autonomia epistemológica. Como se pode conceber autonomia epistemológica para um produto? E a autonomia ontológica, a "realidade própria" como dizem, o que significa? Logicamente não diz respeito meramente à individualidade supra-referida - a qual é uma evidente banalidade -, e sim, conforme eu já havia dito, ao status a que faria jus o Espaço graças à "inércia dinâmica" - o que quer dizer que, infelizmente, a "dialética sócio-espacial", se bem que seja inegavelmente um avanço, nasce em um ambiente tal que vem a endossar formalismos, desde uma certa fetichização do Espaço num quadro marxista heterodoxo até uma aceitação da divisão burguesa do trabalho acadêmico. É lastimável ver espaciólogos e alguns de seus interlocutores, divergências internas à parte, insistirem para que se acrescente, à atual lista de instâncias ou correlatos, mais uma, a ***espacial,*** o que se legitimaria em função de sua "autonomia relativa" perante os processos sociais, expressa através da dialética sócio-espacial (é bem verdade que o próprio Edward Soja, em seu principal ensaio, rejeita a idéia da "estrutura separada", com leis próprias, mas, no final das contas, a sua percepção de uma "homologia dialética entre as estruturas espacial e social do modo de

---

35 Cornelius Castoriadis, ***O domínio social-histórico,*** op. cit.

produção", com o sentido de que os conflitos estruturais e as lutas de classe são homólogos aos conflitos e desigualdades "espaciais", se faz por vias plenas de autonomizações ontológicas, na medida em que adota o marxismo como referencial). Embriagados pelo caldo de cultura capitalístico, espaciólogos e interlocutores, longe de prestigiarem o Espaço nos marcos de um pensamento crítico, valorizam-no em bases falsas, a reboque de uma incompreensão do que seja o domínio social-histórico.

Ainda que valioso - no que tange à colocação da idéia de uma dialética sócio-espacial -, o conhecimento espaciológico endossa e se reivindica de canais de expressão e reconhecimento intelectual que selam um compromisso com suas origens afetadas pelos esquemas identitário-conjuntistas em sua versão epistemológica burguesa ou, pelo menos, encarna o (problemático) pensamento marxista, o que em autores coerentes implica num discurso de certa forma crítico para com a divisão burguesa do trabalho acadêmico. Do ponto de vista imediato de um geógrafo profissional, que vê na espaciologização uma garantia formal de seu campo de atuação, na proporção em que é uma alternativa para salvar sua disciplina, desprestigiada e imersa em profunda crise de reconhecimento acadêmico, a postura espaciologizante é ao menos compreensível. Entretanto, e essa é, a meu ver, a questão central aqui, os laços afetivo-subjetivos que ligam os pesquisadores à divisão burguesa do trabalho acadêmico devem ser rompidos a partir de uma crítica epistemológica radical; este é o requisito para que a necessidade prática de sobrevivência individual não turve a visão da necessidade ética de se evitar que os constrangimentos impostos pela epistemologia burguesa atrapalhem o florescimento de saberes críticos. Os geógrafos, pelos fatos de sua formação e de sua situação, podem contribuir com relevantes questões para o desabrochar de conhecimentos socialmente críticos; para tanto é indispensável, todavia, sem qualquer paradoxo, que entendam que, perante uma *estratégia de contestação paralela* que congregue estudiosos do Social com distintas formações acadêmicas, a Espaciologia não encarna uma vanguarda, e nem sequer uma promessa.

O caráter revolucionário de uma ontologia do Social-concreto reside precisamente em sua capacidade de, através do afrontamento do saber instituído, afrontar a sociedade instituída. Isto só será conseguido quando aquela ontologia for concebida de modo integrador - em sentido "magmático", dialético, uma dialética aberta, não-determinística, radical. Será ela, então, a negação das parcializações e petrificações, a negação da Razão Analítica. E nestes marcos que o Espaço pode desempenhar decisivo papel como categoria basilar no bojo de uma perspectiva que, à

luz da historicidade do social, unifique adequadamente espacialidade e relações sociais. Em contrapartida, endossando-se a divisão do trabalho acadêmico instituída pelo imaginário capitalístico, e buscando prestigiar o Espaço com Objeto nestes marcos (o que inclui não só a Espaciologia, mas as também limitativas tendências de valorização ratificadoras das disciplinas tradicionais - não contando aqui com a Geografia espaciologizada, já que ela insiste em uma pretensa ruptura relativamente a todo saber geográfico anterior[36] - ou conformes à abrangência do materialismo histórico), perde-se de vista a possibilidade de construção de uma abordagem como a acima defendida, a qual, muito mais que de uma *interdisciplinaridade nova,* necessita de uma *adisciplinaridade*[37].

Perspectivas e Conclusões

O Espaço não é, falando com precisão, também agente, mas sim apenas paciente da história *(note-se bem,* ainda que um paciente muito especial, cuja materialidade condiciona decisivamente os agentes). A despeito da dialética sócio-espacial, que simplesmente retrata a dialética entre agentes e paciente, não existe, por definição, agente histórico afora o homem em sua ação transformadora. Aquele influencia e condiciona,

---

36 Vide Milton Santos, ***Por Uma Geografia Nova,*** op. cit.

37 Vide, a propósito, a interessante discussão travada entre Milton Santos (ibidem) e Lacoste (op. cit.) a respeito da proposta de interdisciplinaridade inovadora defendida por Milton e uma percuciente crítica do isolamento tradicional da Geografia. De minha parte, penso que a única proposta coerente com a perspectiva ontológica defendida neste ensaio é a de uma ***adisciplinaridade,*** sugestiva palavra que, ironicamente, tomo de empréstimo a um marxista, Massimo Quaini ***(Marxismo e Geografia.*** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979). No meu entendimento, a adisciplinaridade consiste em, assumindo uma lógica e uma ontologia radicalmente dialéticas, aceitar como "limite" de uma intelecção somente aquele que, segundo o julgamento do Sujeito, é mais ou menos estabelecido pela amplitude de sua ***questão,*** bem como os fatores restritivos do aprofundamento para cada Sujeito concreto em decorrência de circunstâncias materiais. A adisciplinaridade afronta a falsa questão da compartimentação disciplinar de maneira homóloga a como o internacionalismo revolucionário afronta a falsa questão do patriotismo. É certo que todos os intelectuais críticos importantes foram, ***na prática,*** endossadores de uma certa adisciplinaridade; esta há, contudo, que ser aprofundada e defendida explicitamente, e uma nova epistemologia não pode nascer sem que seja precedida por uma nova lógica e uma nova ontologia. Naturalmente, a alternativa adisciplinar requer ainda, para o seu pleno florescimento, um novo contexto social, no qual a nova epistemologia possa ser plenamente incorporada à prática; o que não impede que, sem quixotismos e realisticamente, desde já se desenvolva uma estratégia marginal de reflexão e transformação.

pela sua própria presença já, desde que é produzido desta ou daquela maneira, e ainda mais pela resistência de suas formas que se cristalizam, o movimento social, mas ele não é o movimento. Se atentarmos para o velho princípio de que "o todo é maior que a soma das partes", veremos que o Espaço só adquire caráter dinâmico e dialético nos marcos efetivos em que ele se encerra, isto é, como dimensão material de uma sociedade concreta particular. Fora desta moldura, como em uma cidade-fantasma, o que temos é um produto estático, e não um produto-"produlor", uma vez que se quebra o vínculo que propicia os dois lados da moeda. Afinal, a dialética sócio-espacial não existe senão no contexto indivisível da dialética estabelecida pelos homens ao se relacionarem entre si e com as naturezas (primeira e segunda) quando da (re)construção, interminável, das sociedades concretas. O movimento social é algo que transforma o Espaço e é por ele influenciado sob ação de sua inércia dinâmica, mas nem por isso lhe deixa de ser inconfundível, na interpretação de que o movimento (criação) e a matéria (inércia dinâmica) são de fato distintos, embora de modo algum separáveis. Este movimento, que outra coisa não é senão a realização da coexistência social e de suas sinergias traduzidas em ações, pertinentes ao contexto efetivo de uma dada instituição social-histórica, é a face criadora de um complexo - Social-concreto -, o qual se tangibiliza por meio de materiais e artefatos que possuem uma expressão simbólica e um conteúdo institucional (instituição "sensu lato", instituição social-histórica[38]). Tais materiais e artefatos - ou, no sentido sartreano original do prático-inerte, *a materialidade social no seu todo* -, a partir do instante em que são gerados, como disse acima, afetam já o seu criador, a criatura tornando-se assim "criadora" na medida em que condiciona as ações futuras e os projetos ulteriores de seus criadores. É ao todo de movimentos criadores e criações culturais com ou sem uma expressão material que as torne tangíveis que corresponde, em última análise, a Sociedade concreta, em cuja incessante auto-criação consiste a história (criação de significações imaginárias sociais, e em tais marcos, de relações e materiais; instituição da dinâmica social a partir dela mesma, de maneira aberta à contingência, e indeterminável por "leis" supra-históricas).

Formalizando, podemos falar em dimensões do *Social-concreto e*m dois planos:

---

38 Sobre o conceito de instituição social-histórica ver, de Cornelius Castoriadis: ***A Instituição Imaginária da Sociedade,*** op. cit.; "O domínio social-histórico", op. cit.; "A instituição da sociedade e da religião", in; ***Os Destinos do totalitarismo & Outros Escritos,*** op. cit.

1) Em um primeiro plano, a constituição da realidade social é encarada sob o prisma da ***materialidade.*** Distingue-se a dimensão ***material*** da realidade, que é a Natureza-segunda (produzida pela transformação da Natureza-primeira - "Natureza natural", extrato ou horizonte natural originário - através do trabalho social, no seio de um processo de atribuição de utilidade e significado às coisas), de sua dimensão ***imaterial,*** a qual corresponde ao magma de significações imaginárias sociais pertinente a uma dada instituição sócio-histórica. A materialidade social compreende o Espaço, os demais artefatos e os indivíduos mesmos; a imaterialidade, por seu turno, abrange diversas escalas de significação: economia, política, religião... capital, autoridade, Deus... É importante enfatizar que o par material/imaterial não pode absolutamente ser visto sob um ângulo dicotomizador: conquanto as significações imaginárias sociais não-necessariamente possuam um referente material, e de qualquer modo não são nunca esgotadas por "referências a elementos 'racionais' ou 'reais'"[39], toda materialidade social é prenhe de inesgotáveis significações.

2) Em um segundo plano, entra em cena especificamente a constituição do magma de **significações** imaginárias sociais. A dissecação determinística desta constituição é, de um ponto de vista que seja a negação da lógica identitária, absurda; todavia, não só apenas no âmbito da lógica identitária se pode desmembrar em partes perfeitamente definidas/determinadas aquilo que é o magma social, como também este desmembramento é, em certo sentido, necessário e inevitável. Conforme já observei acima, a determinação/definição de significações do magma se dá em diferentes escalas. A escala mais generalizante, aquela que define as "partes" mais genéricas do "lodo estruturado" da vida social, é, segundo as exigências de identificação/classificação da "Ciência Social" - ignoradas pelo senso-comum do "homem simples" envolvido em sua atividade prática cotidiana -, aquela que distingue as "esferas" da totalidade, variando a maneira de dividir esta dc acordo com os referenciais teóricos e ideológicos adotados.

Pois bem: é legítimo falar, em algum sentido, de autonomia (leis próprias) ontológica do Espaço, enquanto dimensão material da realidade social? ***Não.*** O Espaço, ao ser produzido, passa a ler uma realidade objetiva ("autonomia dc existência", como disse Milton Santos[40], o que lhe asseguraria "uma maneira original, particular, de entrar em relação com os outros dados da vida social"). Falar em autonomia ontológica,

---

39 Cornelius Castoriadis, "O domínio social-histórico", op. cit., p. 29.

40 Milton Santos, ***Por Urna Geografia Nova,*** op. cit., p. 150.

porém, ou é errado - caso guardemos o sentido originário da palavra autonomia; exigir-se-ia, então, que o Espaço possuísse uma "autonomia de comportamento", para usar a expressão de Milton Santos[41], coisa que este autor aliás rejeita -, ou simplesmente banal - pois a materialidade instituída como um todo, *e não apenas o Espaço,* como singulariza Milton Santos não atentando para o alcance da proposta sartreana, uma vez produzida, passa a existir objetivamente (o que é até redundante), e pode mesmo cristalizar-se a ponto de sobreviver à lógica que foi o motor de sua criação (fato que pode se dar com *qualquer* elemento da materialidade, inclusive com o próprio indivíduo socialmente fabricado), muito embora o seu significado passe a ser outro ou, em um caso extremo, perca significado. A "autonomia ontológica" reivindicada para o espaço, e que para alguns definitivamente é argumento para justificar "autonomia epistemológica", é uma característica intrínseca ao conjunto da materialidade social, à dinâmica do próprio Social-concreto em toda a sua dimensão material. É injustificável, por conseguinte, de um ponto de vista crítico e abrangente, a autonomização singularizadora advogada pelos espaciólogos.

E que dizer, correlativamente, das "autonomias" do econômico, do político etc? O fato de que cada uma destas dimensões comporta um "tempo próprio", no sentido de que, por exemplo, uma mudança econômica não seja simultaneamente acompanhada por mudanças coerentes nas demais dimensões, não indica uma autonomia, ao menos relativa? *Não.* Falar em autonomia é, também aqui, um equívoco. A existência mesma de *dimensões* é que faz com que existam descompassos; *a simultaneidade perfeita* é um racionalismo absolutamente incompatível com a realidade social, a qual se exprime através de inesgotáveis significações (considerando a multiplicidade de escalas possíveis) que, se não admitem "leis próprias", depreendem *formas e momentos (tempos) específicos de realização do todo.* Se se percebe que uma idéia radicalmente dialética de totalidade é incompatível com a identificação de "leis próprias" (as quais só são concebíveis nos marcos de uma totalidade identitária), é rigorosamente absurdo apelar para uma "relativização" da autonomia. Não é possível ficar no meio do caminho, como se a autonomia fosse uma simples questão escalar. De um ponto de vista de efetivo confronto com a lógica identitário-conjuntista, a idéia de "autonomia relativa" para cada dimensão geral da totalidade é incoerente e capituladora, pois meramente remete para um outro nível (não há independência entre as esferas, e por isso as únicas "leis" são as "leis

---

[41] ibid.

gerais da sociedade", mas há a "determinação infra-estrutural" e toda uma autonomização mascarada por uma retórica confusamente variável, e onde definitivamente se fragmenta o Social e se admitem leis próprias) a problemática embutida na solução positivista[42].

Uma vez descartadas as autonomizações em geral, devo ressaltar, voltando à questão específica do Espaço, que, tão ilegítima quanto a autonomização/superestimação deste, é a sua subestimação. É isto que acontece, por exemplo, em David Harvey, o qual registra que há, "indubitavelmente, uma porção substancial do processo social que opera independentemente da forma espacial"[43] - colocação autonomizadora que, embora integrante de suas "formulações liberais", contém um núcleo de erro potencialmente reproduzível por uma visão marxista, especialmente se piorada pelo estruturalismo. Não é admissível restringirmos o caráter condicionante da inércia dinâmica espacial a somente alguns momentos ou tipos de processos; ou a inércia dinâmica (de certo modo reconhecida pelo "segundo Harvey") é uma quimera, uma miragem, ou, se ela de falo existe, existe sempre, em toda parle e ininterruptamente. Esta discussão, como as demais deste ensaio, sem dúvida merece um tratamento muito mais aprofundado que o que eu posso oferecer presentemente. Em conformidade com as colocações anteriores, entretanto, devo reclamar desde já a substituição de um ponto dc vista como o de Harvey, pautado em (incômodas) restrições de esfera de influência, por outro, que se paute em *mediações e evidências maiores ou menores.* Explicando: postulo que a questão é, simultaneamente, de dissolução em graus diferenciados da presença do Espaço (condicionamentos da espacialidade e espacializações de relações sociais) no conteúdo da organização da Sociedade, por motivo de complexas mediações entre os diversos processos atuantes e a produção daquele, e de um problema de percepção, ao ser o assunto equivocadamente colocado em termos de limitação do alcance do papel e da presença do Espaço. O que são, por exemplo, os chamados "processos espaciais" - coesão espacial, centralização/descentralização, segregação espacial etc. - senão processos sociais resultantes da interação de inúmeros outros processos sociais, especializados a uma escala abrangente e onde se enfatiza a visualização da organização espacial? E o que são, de sua parte, todos os processos sociais - por exemplo, da formação de uma área residencial

---

[42] Vale lembrar as provocativas palavras de Castoriadis: "o marxismo é, na verdade, uma variedade de funcionalismo" (vide "O domínio social-histórico", op. cit., p. 27).

[43] David Harvey, ***A Justiça Social e a Cidade.*** São Paulo, HUCITEC, 1980, p. 23.

segregada até a vida cotidiana dos residentes nessa área -senão relações sociais em processo e condicionadas pela materialidade (incluindo-se, claro, o Espaço), sendo absurdo tentar estabelecer com precisão matemática quais os tipos de influências que o Espaço exerce e até onde vão essas influências, presumindo-se que elas "param" em um determinado ponto? A idéia de "processos espaciais" específicos mascara a verdadeira natureza destes processos e faz contraponto com a idéia de "processos sociais independentes das formas espaciais", ambas as idéias podendo servir a discursos conflitantes entre si - o discurso superestimador e o discurso subestimador (do Espaço) mas tributários do mesmo solo cultural: a Razão Analítica.

O que tentei demonstrar com toda discussão levada até agora, portanto, longe de significar uma nova maneira de negligenciar o Espaço, por exemplo vendo-o como um componente de alcance limitado ("à la" Harvey), é que, a menos que a espacialidade possa ser considerada interiormente a uma abordagem do Social-concreto, mais uma vez aquele, apesar do avanço que em si representa a dialética sócio-espacial, será formalizado, posto como algo impropriamente elevado ao *status* de realidade ontologicamente autônoma ou mesmo Objeto epistemologicamente autônomo. A percepção correta dessa dialética nos envia à compreensão da genuína existência dialética do Social; sua percepção pelas vias autonomizadoras, contudo, equivale a um passo para a frente e dois para trás, pois reforça toda a lógica e toda a ontologia identitárias. Com respaldo no tradicional formalismo pseudo-pragmático, decerto contra-argumentar-se-á que, embora o real seja de fato indiviso, o estudo específico do Espaço, ou o estudo da Sociedade sob o prisma específico da organização espacial, como preferem dizer outros, é válido sob o ângulo prático da produção do conhecimento científico... *Válido sob o ângulo da divisão do trabalho acadêmico e da Epistemologia capitalísticas, traduzo.* É com a atenção criticamente voltada para esse formalismo que ressalto que, nos limites de uma Espaciologia, se tangencia a dialética, mas não se acolhe esta verdadeiramente, na medida em que perde-se de vista o pleno contexto onde se realiza efetivamente o movimento dialético.

Qual é o sentido, anti-formalisticamente falando, de se erigir em Objeto de uma reflexão sobre o Social algo que não existe como um *para-si,* mas apenas como um *"para-outro"* (para a totalidade), por mais relevante que seja o seu papel? Após tantas aventuras e desventuras do pensamento crítico sobre o Social, a lição que penso deva ser tirada é que, neste domínio, ou se compreende a realidade através de uma ótica radicalmente nova, rompendo com a ontologia e a lógica identitário-

conjuntistas, ou se cai inevitavelmente, ainda que por vezes de modo sutil, na problemática da incompreensão da natureza do social-histórico, e portanto abrindo-se as portas ao naturalismo, ao analiticismo etc.

Se não há cabimento em colocarmos os homens no "país maravilhoso sem dimensões", por que pareceria menos reprovável advogar, na acepção espaciologia, uma "realidade própria", e a partir daí reivindicar um estatuto epistemológico próprio para o ***palco-em-si?*** O ***palco-em-si,*** como venho argumentando, não comporia "leis próprias", nem isoladamente comporta dialética alguma; tais constatações me levaram a rejeitar soluções dc valorização da espacialidade situadas no âmbito da Razão Analítica, pautadas em autonomizações ontológicas de diversos tipos e, no limite, autonomização epistemológica. Não há, lembrando Merleau-Ponty[44], dialética possível na matéria inerte (natural/bruta ou trabalhada/hominizada, tanto faz), mas somente na matéria em relação com a consciência, com o espírito reflexionante e transformador. ***Só há dialética na materialidade do fazer e do fazer-se históricos dos homens.*** E, a dialética assim instaurada só pode ser convenientemente levada em conta se assumirmos aquela relação plenamente, vale dizer, sem a sua fragmentação por meio dos esquemas lógicos e ontológicos identitário-conjuntistas e as epistemologias e metodologias que deles derivam, fragmentação essa que, fruto de uma visão de mundo presente mesmo em opositores da sociedade burguesa, a pretexto de **clarificar** encobre e deturpa.

---

44 Maurice Merleau-Ponty, "Marxismo e Filosofia", op. cit.

O Espaço na Modernidade

Paulo César da Costa Gomes
Rogério Haesbaert da Cosia*

O tema modernidade não é propriamente novo na análise espacial. Surpreendentemente, porem, não tem sido objeto de muitas preocupações na Geografia. Isto força quem deseja trabalhar sobre a relação espaço-modernidade a buscar referências dispersas, muitas vezes em autores de outras áreas, e induz, simultaneamente, a uma certa ousadia no tratamento da questão. A tentativa aqui proposta procura entrelaçar as preocupações mais recentes acerca da espacialidade com os marcos concretos de que se reveste a modernidade, especialmente para o caso do espaço metropolitano contemporâneo (que, para alguns autores, já estaria na "pós-modernidade"). Alguns pontos serão apenas esboçados, algumas idéias devem obrigatoriamente ser objeto de análises posteriores, mais aprofundadas. Prcocupamo-nos, contudo, em delimitar razoavelmente um ponto de partida e em reconhecer que estamos muito mais incitando um debate que buscando respostas ou concepções acabadas.

O resgate da espacialidade em outras áreas das ciências sociais já permite antever indícios promissores de uma produção acadêmica que insere a temática em circuitos tradicionalmente "a-espaciais", como a história e a sociologia. Apenas para citar alguns autores, lembraríamos o tratamento especial de Foucault ao trabalhar sua "microfísica do poder" e a noção de panoptismo[1], ou de Guattari em sua "territorialidade"[2] e

* Mestres em Geografia pela UFRJ, Rio dc Janeiro.

[1] De maneira simplificada, uma "microfísica do poder", na visão de Foucault, envolve a análise da rede formada pelos poderes que se difundem na sociedade, periféricos ao poder centralizado ou estatal. Panoptismo, por sua vez, manifestaria "um conjunto de mecanismos de que se serve o poder (...). Uma invenção tecnológica na ordem do poder" (Foucault, 1979, p. 160), que

Maffesoli em seus "territórios tribais".[3] Embora considerados por muitos como "pós-modernos", estes autores sem dúvida participam da multifacetada corrente que parece impregnar a modernidade desde suas origens.[4]

Tratam-se, obviamente, de leituras bastante inovadoras, mas que de certa forma retomam grandes questões da modernidade, enriquecidas pelo divisar de um novo ritmo e de novas pulsões onde a própria "revolução molecular"[5] pode ter lugar. Revoluções menores, é verdade, em relação às utopias com que muitos de nós ainda sonhamos, mas nem por isto menos fecundas e perturbadoras, corroendo aos poucos a integridade de nossos "sistemas" (empíricos e conceituais). Geração permanente de um novo que nem sempre ousamos conhecer. Explosão múltipla de significações ocultas na simplificação formal de funções que reconhecíamos para as práticas produtoras do espaço social.

Geralmente, e de modo contraditório a essas evidencias, a análise do espaço na modernidade tem sido levada em via de mão única. E muito

---

faz uso de determinadas formas espaciais/arquitetônicas para melhor exercer seu controle.

[2] "A noção de território é entendida aqui num sentido muito amplo (...). Pode ser relativa tanto a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente 'em casa'. O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma" (Guattari e Rolnik, 1987, p. 323).

[3] Por "territórios tribais" Maffesoli (1987) entende a espacialização (concreta e/ou simbólica) de microgrupos que hoje, especialmente nas grandes cidades, tendem a formar comunidades unidas por laços afetuais e territoriais, rompendo assim com o individualismo das massas.

[4] Daí compartilharmos das idéias de Roaunet (1987), que reconhece em filósofos como Foucault uma revitalização da razão crítica, preferindo inseri-lo em uma postura "neo" moderna e recusando-se a ver em sua obra uma ruptura com a modernidade, em sentido amplo. Não há dúvida, contudo, que vivemos hoje uma crise de vários paradigmas considerados "modernos", mas que ainda refletem, no nosso ponto de vista, uma transformação no seio da modernidade, mais do que uma verdadeira e definitiva ruptura com sua base. Isto não impede que autores como Maffesoli preguem abertamente o advento de uma era pós-moderna.

[5] Embora não seja preocupação sua precisar conceitos, Guattari entende "revolução molecular" como um processo de diferenciação permanente que estaria se contrapondo hoje à tentativa do controle social "através da produção da subjetividade em escala planetária" (Guattari e Rolnik, 1986, p. 45) e por meio da qual desenvolver-se-ia uma autonomização de grupos correspondente "à capacidade de operar seu próprio trabalho de semiotização, de cartografia, de se inserir em níveis de relações de força local, de fazer e desfazer alianças etc.".(op. cit., p. 46).

comum encontrarmos referências a um processo de modernização linear, moldado ainda no século passado, onde são identificados sinais e manifestações de uma transformação comprometida com a noção de avanço e de progresso. Novas técnicas, novas relações sociais, grandes projetos etc. são freqüentemente chamados a testemunhar essa propalada modernização do espaço. Este sentido de modernidade, no entanto, parece bastante estreito, pois se coloca deliberadamente postado de modo a evidenciar apenas um lado da questão. Assume assim um compromisso direto e imediato com um certo tipo de renovação ("progresso", evolução), a partir de um ponto de vista estabelecido a priori, procurando ocultar todos os demais.

Se ainda há pouco os próprios geógrafos colocavam dúvidas a respeito da pertinência da análise espacial como instrumento útil à compreensão da realidade social, mais difícil seria admitir uma leitura do espaço na modernidade dentro da multiplicidade de elementos que se oferecem como questões concretas a serem trabalhadas. Fecham-se assim muitos caminhos para o novo e se corrobora a pretensão dc certo segmento da ciência "moderna", que busca a grande e unívoca teoria, resposta encarcerada que, por mais "dialética" que se proclame, permanece im-positiva.

Como diria Wilde, essa necessidade de um intelectualismo estável nada mais é do que "uma simples confissão de fracassos" sem conseguirmos apreender e dar respostas à problemática dinâmica e multifacetada da realidade, ancoramos nossas questões em um corpo teórico já consolidado, onde a "segurança" desta fidelidade (sem amor) torna-nos quase escravos, alheios à instabilidade rica e prolixa que a todo momento tenta nos despertar. Iludir-se de que é possível estancar a corrente, que passa em velocidade e cores cada vez mais surpreendentes, é pensar que fazer ciência no limiar do século XXI ainda consiste na rotulação de conceitos de permanência secular, fugindo assim da difícil racionalidade em que se inserem, ao lado da permanência e das regularidades, a incerteza e a ebulição constantes do novo.

Isso nao significa, entretanto, que tenhamos de mergulhar "de corpo e alma", mais uma vez, nas vagas do novo. Trata-se, isto sim, de incorporar em nossas reflexões a diversidade e nela a convivência com o "velho" na complexa virtualidade da mudança, no surgimento permanente do novo, que é sem dúvida um dos marcos fundamentais da modernidade. Se por um lado estes signos do novo se impõem, é porque se sobrepuseram a outros já existentes, ocorrendo entre eles um processo de luta e interação que caracteriza esta dinâmica. Paralela e concomitantemente, revela-se um outro ângulo, que é o da preservação ou

resistência, "resíduo" do processo de substituição e que deve ser igualmente considerado em nossa análise.

Nesse sentido, a modernidade pode ser vista como um período em que se estabelece esse movimento permanente de rápidas substituições e interações do antigo com o novo. E neste contexto é importante colocar a questão de que novo estamos falando - seria aquele comprometido com uma determinada via que nos é, muitas vezes, indicada como inexorável ou obrigatória, ou existiriam outras nuanças? De certa forma, a modernidade é um tempo de conditos entre o "moderno" e o "tradicional", mas também entre as visões do novo e a imprevisibilidade das transformações, entre as versões proclamadas da mudança e os processos efetivamente vividos. Compreende assim uma com-vivência - a vivência conjunta de múltiplas intensidades entre conflitos e transformações, resistências e ambigüidades, desordem e organização, compondo uma atmosfera com a qual podemos nos confrontar em diversas escalas e contextos espaciais.

Para Berman (1987), a característica fundamental deste período é a contínua mudança, o movimento ininterrupto de transformação, onde a velocidade e o ritmo são avassaladores, colocando o homem moderno frente a um turbilhão destruidor/construtor que o conduz a uma condição de perplexidade diante de um mundo inconsistente em permanente mutação. Esta avalanche tem como motor propulsor a lula e consolidação da hegemonia burguesa que se apresentou como a destruidora de todos os valores e representatividades do mundo pré-moderno e que se mantém hegemônica sob a condição de promover contínuas transformações (inclusive dentro de seus próprios segmentos).

De certa forma, a ascensão e criação desse novo mundo, sob a égide da burguesia, procedeu a uma direção inversa à das teogonias clássicas, onde do caos se fazia a ordem. Estes novos deuses, em sua conquista "racional" do mundo, não só transformaram a ordem em caos, como são obrigados a renová-lo (o caos) a cada momento em que se lhes ameaça a ordem. Vemos aí aflorar outro binômio da modernidade - ordem/caos, que ao lado da mudança/permanência, parece constituir a tônica geral deste processo.

O espaço, sem dúvida, é testemunha e veículo dessa dinâmica. Nele são travados combales, estão cicatrizes de lutas, erguem-se monumentos ao novo tempo e através de seus signos há a realização simbólica daquilo que comumente se concebe como "vida moderna". Em síntese, no espaço estão os signos da permanência e da mudança, e são vividos os ritos da ordem e do caos, da disciplinarização e dos desregramentos. Seus

múltiplos sentidos são vivenciados, a cada instante, nos mais diferentes lugares do planeta.

Os sentidos da espacialidade

O papel do espaço, hoje indissociável em suas perspectivas "natural" e "social", pode ser interpretado tanto como "rugosidades"[6] ou "constrangimentos"[7], que redirecionam os processos sociais e econômicos, quanto como referenciais inseridos na vida cotidiana e que perpassam nossas identidades coletivas. Assim, a espacialidade não joga apenas um sentido decisivo na realização das grandes estratégias político-econômicas da modernidade, como pode também corresponder ao ***locus*** fundamental para a articulação e conformação de territórios alternativos[8].

Numa era em que uma "geo-finança"[9] volatiliza os espaços na mobilidade pretensamente ilimitada do capital, a diferenciação espacial nem por isso perde sentido. Além da necessidade de hierarquizar seus núcleos decisórios a nível mundial, a geo-finança encobre toda uma dinâmica micro-política, inserida também na desigualdade intrínseca ao próprio sistema e onde, por maior que seja a mobilidade social e econômica, a reterritorialização lhe será sempre indissociável, abrindo aí sulcos para desregramentos que a obrigam a um contínuo retrabalhar dos espaços sociais.

Nas palavras de Guattari, "o objetivo da produção da subjetividade capitalística é reduzir tudo a uma tábua rasa. Mas isso nem sempre é possível, mesmo nos países capitalistas desenvolvidos" (Guattari e Rolnik, 1986, p. 56). A propósito, o autor faz. uma interessante distinção entre espaço e território: "os territórios estariam ligados a uma ordem de subjetivação individual e coletiva e o espaço estando (sic) ligado mais às

---

Para M. Santos, "as rugosidades são o espaço construído, o tempo histórico que se transformou em paisagem, incorporado ao espaço" (Santos, 1978, p. 138), e que, por testemunharem este passado, não se transformam concomitantemente aos processos sociais, interferindo assim na sua dinâmica.

[7] Guattari utiliza o termo "constrangimentos" para designar a interferência de elementos territoriais, seja de ordem "natural" (como uma montanha ou rio), seja de ordem social ("as pregas da subjetividade capitalística") na problemática, por exemplo, do planejamento urbano (cf. Guattari, 1985).

[8] A propósito, e com relação à dimensão simbólica e político-disciplinar do espaço, tomou-se por base o texto "Territórios Alternativos" (Costa, 1987, inédito - resumo publicado no caderno Idéias do Jornal do Brasil, 21/03/1987).

[9] Cf. Goldfinger, 1986, que assim intitula sua obra ao se reportar à nova espacialidade do capitalismo financeiro em escala mundial.

relações funcionais de toda espécie" (Guattari, 1985, p. 110). Citando o caso da França, ele se reporta não apenas a movimentos dc pequenos grupos (de "culturas alternativas", por exemplo), como também ao desenvolvimento de outras "formas de subjetividade coletivas", a que comumente denominamos movimentos regionalistas (lutas como as dos bretões, bascos e corsos, no contexto francês). Aí, a dimensão territorial é parle constituidora tanto da organização de resistências quanto do fortalecimento das identidades regionais.

Para o caso brasileiro, a título de exemplificação, podemos citar algumas tendencias dentro do regionalismo gaucho, hoje ativamente retomado, e que representam não só a resistência a uma cultura homogeneizante, imposta, como permitem certos níveis de manobra política, aglutinando a sociedade regional com o objetivo de resgatar uma posição econômica e política mais favorável para o Estado (Costa, 1988). Embora manipulado pelas frações regionais da classe dominante, a ambigüidade do movimento manifesta hoje nítidas raízes contestatórias, em que se questiona a própria sobrevivência de seus signo espacial básico de referência, a "estância" latifundiária.

Embora dc várias formas articuladas aos comandos gerais do aparelho político-econômico realizado praticamente à escala planetária, essas linhas alternativas de ordenação do território parecem cada vez mais evidentes, afirmando, quem sabe, uma geografia efetivamente engajada com a multiplicidade de significações e virtualidades reveladas pelas distintas escalas espaciais que constituem o momento contemporâneo da modernidade. Paralelo ao entendimento deste fluxo contraditório que imbrica e distingue diferentes escalas como o urbano, o regional e nacional, é necessário realizar a leitura do espaço da modernidade enquanto repositório de múltiplas finalidades e sentidos.

A grande ênfase dada até aqui pelos estudiosos da espacialidade tem sido a de sua funcionalidade econômica. Cabe então retomar, numa nova ótica, conectada a estes "espaços produtivos", aquilo que denominaríamos, parafraseando as "funções do trabalho", de Foucault, "espaços disciplinares", moldados na rica diversidade cultural dos grupos sociais - o espaço (ou o território) visto assim não só na abordagem estrita de sua funcionalidade produtiva, como também no ilimitado potencial de suas significações sociais.

Embora sem negar que toda espacialidade esteja impregnada, em diferente níveis, de uma carga simbólica ou disciplinar, alguns espaços parecem assumir primordialmente um destes "conteúdos". Tentaremos a seguir mostrar alguns casos que nos parecem mais evidentes buscando com isto revelar a complexidade por trás do caráter meramente

"produtivo" dos espaços e sua relevância para a compreensão do espaço na modernidade.

Para Foucault (1979), o trabalho desempenha para os loucos, os doentes, os prisioneiros e, hoje, também as crianças (aos quais ainda poderíamos acrescentar os militares e os religiosos), uma função basicamente disciplinar ou de adestramento. O espaço em que se impõe este "outro" trabalho, que não o tipicamente produtivo, é que denominamos espaço disciplinar, pois "a disciplina procede em primeiro lugar à distribuição dos indivíduos no espaço" (Foucault, 1984, p. 130).

Muitos espaços, ao mesmo tempo que se inserem na reprodução de uma rede centralizada e hegemônica de poder, participam da geração de "micropoderes" onde a disciplinarização cotidiana tem lugar. Assim, a própria fábrica teria desenvolvido sua estrutura particular de controle, em termos de organização do espaço. Há, contudo, aqueles locais que parecem "especializados" na reprodução do poder, no exercício da força e/ou na difusão de normas de conduta. Objetiva-se através deles um controle mais eficaz dos segmentos lidos como anômalos ou "desviantes" à normalização dominante (os doentes, os loucos, os "marginais") ou que necessitem ser adestrados para que façam cumprir os valores impostos e reconhecidos como imprescindíveis à reprodução do arranjo social: as crianças e adolescentes, enquanto futuro a garantir e manter, os militares, tidos como responsáveis pela "segurança" do presente, e a maior parte dos religiosos, veiculadores da alienação através de uma "esperança" sobrenatural e de uma bondade apassivadora.

Os dispositivos disciplinares criados para medir, controlar e corrigir a "anormalidade", **expressam-se,** segundo Foucault, na figura arquitetônica do Panóptico de Bentham, dispositivo que "organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente". Este mecanismo de disciplinarização estaria presente na estrutura arquitetônica desde o final do século XVIII, sendo portanto um referencial espacial da modernidade, enquanto instituidora do poder burguês[10].

---

[10] Foucault admite ter descoberto, através dessas "demarcações das implantações, das delimitações, dos recortes de objetos", as relações que existem entre poder e saber, pois "a descrição espacializante dos fatos discursivos desemboca na análise dos efeitos de poder que lhe estão ligados" (op. cit., p. 159). E acrescenta que "seria preciso fazer uma 'história dos espaços' - que seria ao mesmo tempo uma 'história dos poderes' - que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat (...), passando pelas implantações económico-políticas" (p. 212), pois é a partir das "táticas e estratégias que se desdobram através (...) das distribuições (...), dos controles de territórios, das organizações de

Frente à abordagem foucaultiana, onde se afirma um poder onisciente e onipresente (embora multifacetado), devemos enfatizar também a moldagem daquilo que o próprio autor denomina "contrapoderes", as resistências ao panoptismo das instituições, em que cita, por exemplo, o fracasso de muitas cidades construídas para o operariado. Num contexto semelhante, no caso brasileiro, podemos lembrar o conhecido malogro de tantas "remoções" de populações faveladas, onde mesmo a localização em conjuntos habitacionais próximos à antiga favela provoca expressivos rearranjos diferenciadores que contrariam a modelização disciplinadora da urbanização dominante. No âmbito da metrópole, como veremos adiante, são pródigos os exemplos desta constante reordenação diferenciadora, onde diferentes "redes disciplinares" permitem a reprodução de territórios e grupos específicos.

Ao contrário dos espaços fundamentalmente disciplinares, aqueles que denominamos espaços simbólicos não corresponderiam a exemplificações tão nítidas, pois eles parecem manifestar seus múltiplos "valores simbólicos" em permanente associação com outros papéis de natureza mais concreta. Alguns exemplos, entretanto, parecem traduzir de modo claro esta qualificação simbólica do território, como que materializando determinadas concepções e imagens. Assim, tanto os grande monumentos ou prédios preservados por seu "valor histórico", quanto as reservas naturais, representantes de um alegado "patrimônio", assumem sobretudo um valor simbólico como signos que traduzem uma memória coletiva, nacional, regional ou urbana, perpassando então as mais diferentes escalas sócio-espaciais - desde o espaço cotidiano de relações até o território internacional.

A manutenção de espaços de referência que um dia forjaram uma determinada identidade territorial, além da potencialidade que manifesta para a congregação de interesses locais ou regionais dc resistência a processos que se pretendem homogeneizastes, pode ser também, entretanto, uma garantia para manter a ordem político-econômica instituída. Ao mesmo tempo em que impõem cristalizações, resistências espaciais concretas, os grandes projetos "preservacionistas" transformam-se em elementos simbólicos capazes de resgatar e enaltecen identidades que, com estes referenciais, podem retrabalhar e fortalecer a própria ideologia nacionalista.

Segundo Castoriadis, "nada permite determinar as fronteiras do simbólico", sendo impossível associá-lo a uma lógica e muito menos a uma rede simbólica geral. As formas de veiculação das significações aos

---

domínio" (p. 165) que deve ser analisada a formação dos discursos e a genealogia do saber.

símbolos, produtos e produtores, não seria uma nova leitura pela qual daríamos conta de toda a interpretação da realidade, mas oferecer-se-ia como um instrumento suficientemente aberto para dar margem à "imaginação produtiva ou criadora", capaz de ver através das significações bem mais do que a determinação e a causalidade puras, pois ao mesmo tempo que "determina aspectos da vida em sociedade" o simbolismo está "cheio de interstícios e de graus de liberdade"[11].

Essa indeterminação e semi-logicidade dos símbolos aparece claramente através dos múltiplos sentidos dados a diferentes parcelas do espaço pelos diversos conjuntos da sociedade. "Por suas conexões naturais e históricas virtualmente ilimitadas, o significante ultrapassa sempre a ligação rígida a um significado preciso, podendo conduzir a lugares totalmente inesperados". Assim, por exemplo, no âmbito dos processos de construção dos regionalismos, um mesmo espaço de referencia pode revelar diferentes significações de acordo com a apropriação ideológica, simbólica, que se faça de seus signos, sendo que mesmo o sentido atribuído pelos grupos ditos dominantes pode ser desvirtuado por outros segmentos da sociedade[12]. Cabe-nos então descobrir estes sentidos e compreender o contexto em que se insere a mediação exercida pelo espaço, já que "um símbolo nem se impõe como uma necessidade natural, nem pode privar-se em seu teor de toda referência ao real" (Castoriadis, 1982, p. 144).

Essa constatação de que a espacialidade (social) compreende ao mesmo tempo uma dimensão concreta, geralmente vinculada ao seu caráter produtivo e disciplinar, e uma dimensão simbólica que, em diferentes intensidades, convivem num mesmo todo, leva-nos à conclusão de que é impossível apreender a complexidade do processo de territorialização da sociedade sem procurarmos conhecer esta múltipla interação. Pois o espaço nunca é transformado a partir de uma intenção

---

[11] **"A** sociedade constitui seu simbolismo, mas não dentro de uma liberdade total. O simbolismo se crava no natural e se crava no histórico (ao que já estava lá); participa, enfim, do racional. Tudo isto faz com que surjam encadeamentos de significantes, relações entre **significamos** e significados, conexões e conseqüências que não eram nem visadas nem previstas. Nem livremente escolhido, nem imposto à sociedade considerada, nem simples instrumento neutro e 'médium' transparente, nem opacidade impenetrável e adversidade irredutível, nem senhor da sociedade, nem escravo flexível da funcionalidade, nem meio de participação direta e completa em uma ordem racional, o simbolismo determina aspectos da vida em sociedade (**e** não somente os que era suposto determinar), estando ao mesmo tempo cheio dc interstícios e de graus de liberdade" (Castoriadis, op. cit., p. 152).

[12] **A** propósito, v. Costa, 1988.

perfeitamente determinável e direcionada a uma "função" estanque - assim, quando analisamos o "espaço econômico" ou o "espaço político" na verdade estamos tratando de faces de um mesmo e indissociável fenômeno, que do mesmo modo que corresponde à materialização objetiva de uma "produção" ou de um "poder", envolve também, e simultaneamente, leituras simbólicas suficientemente' abertas para incluir a possibilidade permanente de criação de novos significados.

Toda essa discussão, no entanto, corre o risco de uma certa aridez se não remontarmos ao seu próprio princípio, o espaço em suas especificidades. Em distintas escalas espaciais pode-se observar a concretização dessa dinâmica, porém entre elas há uma que é típica deste período - a escala metropolitana, pois a metrópole é ao mesmo tempo criação e criadora de modernidade. Aí, o espaço, longe de possuir uma fisionomia unidimensional, se apresenta como verdadeiro labirinto tecido em redes complexas de apropriações sucessivas e de significações diversas que nos conduzem irremediavelmente ao jogo dinâmico da multiespectral face da modernidade.

Compreendidas, portanto, essas linhas gerais, tentaremos a seguir percorrer algumas trilhas neste intrincado labirinto dos espaços metropolitanos, símbolos inequívocos de uma geografia da modernidade.

Metrópole - um espaço síntese da modernidade

Há muitos sítios espaciais que poderiam ser escolhidos como exemplos da modernidade, mas nenhum é tão característico e próprio como o fenômeno da metropolização. E neste tipo de organização que encontramos espacialmente a mais singular das formas desses novos tempos. Assim é que Berman, em seu estudo sobre a modernidade, mesmo sem ter qualquer vínculo com o objeto espacial em sua formação acadêmica, dirige sua investigação para os processos ocorridos em Paris (já investigados, em ótica semelhante, por W. Benjamin), São Petersburgo e Nova York.

O espaço metropolitano é extremamente enfático na medida em que revela as múltiplas conexões dos sentidos atribuídos à espacialidade e incorpora sinteticamente a mudança e a permanência, o caos e a ordem, sem os justapor, congregando-os em uma dinâmica comum que constitui, em certo sentido, a própria natureza dos processos de metropolização. Do ponto de vista físico, podemos dizer que este processo compreende dois elementos básicos: a expansão contínua e a diferenciação crescente da malha metropolitana, ambos veiculadores da mudança e transformação. Não agem, no entanto, separadamente, sendo conjungados e simultâneos.

Tampouco compõem um conjunto concatenado ou estritamente comprometido com uma racionalidade explícita.

A lógica do movimento não se dá no sentido de promover uma renovação geral e previsível, como pretendiam muitos planejadores do início do século. Muitas vezes, é comum o novo se implantar por sobre um espaço que em um período imediatamente anterior havia sido saudado como a "novidade". Existem aí importantes aspectos a sublinhar. O primeiro é que esta contínua mudança, apesar de muitas vezes proclamar-se normalizadora, não tem um compromisso uniformizador efetivo. Ela acabou atuando de maneira a criar cada vez maiores diferenciações na malha urbana, seja na paisagem, nos usos que se fazem predominantes ou nas leituras simbólicas incorporadas a determinados espaços. Há, digamos, uma permanente migração na metrópole, que se estende hoje muito além da mobilidade pura e simples de seus habitantes. Trata-se de um constante rearranjo de valores, formas, funções e significados. Para isso, os ritos de renovação são celebrados cotidianamente, através de permanente destruição/construção da qual a metrópole é testemunha. Analogamente, é como se para permanecer crescendo ela tivesse de devorar continuamente sua prole, e que este fosse o único meio de se manter viva e de assegurar sua potencia.

Do mesmo modo, a expansão espacial da metrópole, na formação de sua rede tentacular, também se processa no sentido de reproduzir essa aparente "ilogicidade". O avanço não se faz através de um ***continuam*** regular e padronizado. As redes metropolitanas se estendem amplamente, fazendo aflorar ou capturando estruturas fora de seus limites Tísicos imediamente contíguos. Criam-se assim certos intervalos, hiatos que existem e convivem dentro desta extensão mais abrangente.

Esse é o mais eloqüente argumento contra o isomorfismo dos planos urbanísticos ou ainda contra aqueles que crêem que no capitalismo o espaço seja produzido homogeneamente. Generalizam-se sim determinados tipos de relações, determinados significados, mas nunca com o sentido de reproduzir uma homogeneização coordenada e globalizante, pois a crescente diferenciação e segmentação são características fundamentais deste processo. E o que se pode perceber hoje nas metrópoles capitalistas, tanto nos Estados que incorporaram há mais tempo e de modo mais radical a dinâmica da modernidade, quanto naqueles em que, como no caso brasileiro, este processo se encontra inserido em uma outra teia de contextos histórico-sociais.

Para o primeiro caso, talvez o exemplo de Los Angeles, maior cidade em área contínua dos Estados Unidos (com cerca de 1.200 km^2), seja dos mais pertinentes. Tida como a típica "cidade mundial" (Shachar,

1983) que prenuncia as manifestações urbanas do próximo século (segundo alguns, da era "pós-moderna"), a cidade se expande por uma imensa superfície, onde a aparente ordenação física manifestada por sua gigantesca e relativamente uniforme rede de circulação (é por excelência a metrópole das "free-ways") é contestada pela multiplicidade dos grupos e "redes" sociais que nela se entrelaçam e tentam moldar seus próprios territórios[13].

Essa heterogeneidade é de tal ordem que já foi incorporada pela própria linguagem corrente, pois Los Angeles é conhecida como "um conjunto de cem subúrbios em busca de uma cidade". Para conhecê-la devemos então nos despir de qualquer conceito prévio de cidade, como se a megalópole estivesse sendo gerada e recriada a cada momento, e como se cada visitante pudesse inventar ali sua própria cidade, a urbe de seus sonhos (Disneyland, Hollywood e Santa Monica seriam exemplos de tentativas da materialização desses sonhos)[14].

Essa contínua mutabilidade e o ritmo e velocidade das transformações, que em Los Angeles parecem representar hoje o ápice desse processo, tende a criar uma atmosfera que exige um intenso esforço de cada indivíduo no sentido de reinterpretar a cada passo estas mudanças, recriando, ainda que simbolicamente, seus espaços particulares de referencia. Somos instados a nos convencer que vivemos em um universo completamente moldado pelo homem. Toda natureza parece estar amordaçada, controlada e dominada, enfim, recriada por esse homem sem limites e dotado de uma fúria destruidora e criadora infindável.

As grandes obras, os grandes espaços, são marcas desse poder, a magnitude e a escala criando um espaço de gigantes. Imagens e perspectivas incapazes de ser captadas pela extensão do olhar, como que criadas por seres de outra dimensão, para este homem-máquina, criador todo-poderoso dos signos do novo tempo. Entre estes signos, talvez aqueles que consigam expressar o símbolo máximo da **modernidade** sejam as áreas centrais das grandes metrópoles - corações que pulsam, dilatándo-se e contraindo-se frente à obsolescência e renovação de suas "periferias",

---

[13] **Apenas 30% dos habitantes de Los Angeles são nativos da cidade, sendo que somente metade da população pode ser considerada dc cultura norte-americana. Trata-se assim da metrópole em que se fala, cotidianamente, a maior quantidade dc idiomas, presenciando-se manifestações culturais de várias partes do planeta (há, por exemplo, festivais tailandeses, mexicanos, escandinavos, escoceses). Alguns bairros como Corcatown, Little Tokyo, o bairro latino e Chinatown representam verdadeiros segmentos alternativos na teia da megalópole.**

[14] **A propósito de uma "hiper-realidade" no âmbito das megalópoles no final do século XX, v. Baudrillard, 1985.**

recheados ee torres de vidro e aço que se impõem qual símbolos fálicos a prenunciar a infinita potencia da modernidade. A onipresença dos arranha-céus, contudo, tenta velar também aí a diferenciação que em parte a própria burguesia é levada a executar, para a realização mais pródiga de seus ritos.

É assim que mesmo o centro de uma metrópole do Terceiro Mundo, como o Rio de Janeiro, reproduz claramente os efeitos espaciais de uma multiplicidade de "funções" que se conjugam e acabam realizando uma nova parcelização do território: o lazer na Lapa e na Cinelândia, as finanças na Avenida Rio Branco, o aparelho jurídico-político no Castelo, os múltiplos comércios de Uruguaiana ao Saara e, em meio a tudo, os nódulos dos monumentos históricos, templos e palácios que resistem no tempo, como "patrimônios" a contradizerem o novo e a corroborarem a ambigüidade geográfica da modernidade.

Num contexto mais radical, Nova York, expressão maior da imponência verticalizadora das metrópoles, apresenta na própria arquitetura de seus espigões a via para o múltiplo - rompendo com o esquema cibernético dos paredões retangulares de vidro e aço, surgem edifícios como os do Cilicorp (com seu topo cortado em ângulo de 45°) e da AT & T (onde o "pós-moderno" de Philip Johnson inspirou-se no renascimento), os quais, somados a ousadias do início do século (como no edifício da Chrysler), buscam dar nova configuração à aparente homogeneidade arquitetônica de Manhattan.

Mas nem só pela imensidão e pela monumentalidade se transfigura a experiência espacial do homem moderno. Como vimos para o caso de Los Angeles (fato que se repete nas demais "cidades mundiais" capitalistas), também pela coexistência com grupos muito diversos, somos conduzidos a outras escalas e espaços muitos distantes. Ao mesmo tempo, essa contínua diferenciação da malha urbana e a experiência muitas vezes assustadora do desconhecido e do inesperado, levam o indivíduo a recriar laços dc identidade e enraizamento, fortalecendo grupos e/ou delimitando novos territórios - os guetos, aí, constituindo a expressão mais incisiva destas comunidades, que procuram reproduzir-se endogamicamente e criar todo um repertório cultural comum e exclusivo do grupo.

É como se a dimensão **temporal** da modernidade envolvesse, através do e com o espaço, um fluxo multifacetado alternando pelo menos três segmentos:

- instabilidade ("crise"), em que são contestadas as formas vigentes e gerados os caminhos para o novo;

- luta pela imposição de um desses caminhos, aglutinada entre dois veios: o das propostas macropolíticas normatizadoras e o da recriação de micropolíticas diferenciadoras;

- relativa estabilidade c enraizamento do amálgama produzido por essa luta.

Apesar de intimamente conjugados, esses três segmentos representam a possibilidade de dissociação dentro do processo geral de espacialização da modernidade. É relevante, portanto, identificarmos a assimetria dessa dinâmica. Ela pode ocorrer tanto no sentido sincrônico - os espaços que expressam, ao mesmo tempo e em diferentes intensidades, a "crise", a luta com o novo c a (re)afirmação da mudança, quanto num sentido diacrônico - a prevalência de um desses três segmentos em determinados períodos dc tempo, como parece ocorrer hoje com a crise, tão drástica que já há quem anteveja nela uma condição dc pós-modernidade.

No caso do Rio dc Janeiro da passagem do século XIX para o XX, por exemplo, observamos a princípio um período de acentuada instabilidade c transformações sócio-espaciais, vinculadas à mutação global da sociedade brasileira. A nascente burguesia, propalando o "inchamento" e a "degeneração" da cidade, preparava com este discurso o terreno para a imposição de seus modelos, onde o "projeto de regeneração" urbana de Pereira Passos, no início deste século, configuraria sua execução mais contundente. A hegemonia do projeto burguês de "modernização", ao mesmo tempo que concebia a disciplinarização da pobreza, segregada em espaços "marginais", impunha uma nova ordenação territorial viabilizadora dos macroprocessos da produção capitalista. Traduzia ainda, através do urbanismo e dos padrões arquitetônicos, os signos reprodutores dos símbolos europeus da "belle époque". Sua implantação, contudo, não se deu sem resistências, c os resultados espaciais, contraditórios, dessa complexa mutação, ainda hoje podem ser desvelados em muitas facetas do Rio metropolitano[15].

A cartografia da metrópole moderna é, portanto, muito mais rica c controversa do que nossos genéricos modelos podem supor. Além da grande diferenciação no tecido urbano, que cria espaços singulares, da distribuição desigual dos equipamentos e serviços, para além desta configuração física há uma complexa rede de relações entre grupos que traçam laços dc identidade com o espaço que ocupam, criam formas dc apropriação e lutam pela ocupação e garantia de seus territórios.

---

15 Sobre as transformações do espaço carioca, v. Abreu, 1987.

A identidade metropolitana e as marcas da modernidade

Todo grupo se define essencialmente pelas ligações que estabelece no tempo, tecendo seus laços de identidade na história e no espaço, apropriando-se de um território (real e/ou simbólico), onde se distribuem os marcos que orientam suas práticas sociais. Para nós o fundamental e discutir a variabilidade e a conjunção desta dinâmica identitária espacial no contexto da modernidade. Assim, se os diferentes grupos (e/ou classes) sociais que formam o tecido da metrópole necessitam de um território como base de afirmação, como isto acontece nesta realidade de permanente mudança?

Diríamos que o progressivo crescimento diferenciado da malha urbana e acompanhado por um movimento concomitante de surgimento de novos segmentos sociais, gerados pelo processo político, econômico e cultural no interior das metrópoles. Deste modo, o famoso mito do anonimato das cidades e colocado em questão. Somos estranhos uns aos outros, mas buscamos constantemente resguardar um espaço dentro da urbe onde sejamos comuns e conhecidos, onde nossos signos encontrem reciprocidade. Somos habitantes desta confusa rede metropolitana mas forjamos uma cartografia particular de seu traçado. Nossos roteiros e deslocamentos se inscrevem em um intrincado jogo de disputas, proibições e limites espaciais. Há os lugares de passagem, há os de permanência, há também os horários convenientes e os espaços completamente proibidos ou vedados.

"O ar da cidade liberta" - a quebra do servilismo feudal que obrigava o camponês a permanecer nos estritos limites de seu feudo transpôs para a cidade moderna a figuração da liberdade pela qual ela teria sido gerada. Estranha liberdade esta que vivemos na metrópole contemporânea, onde mesmo a rua, outrora um espaço de contatos ou da multidão desordenada e solta, se transfigura também no território condicionado dos automóveis, escudos que permitem o total resguardo de nossas individualidades; onde o pleno direito de ir e vir, tão celebrado, está circunscrito a determinados espaços e a determinadas condições que precisamos cumprir.

Na verdade, esses circuitos não são completamente exclusivos de um grupo ou classe; existem na moderna Babel espaços de convivência permitida. Ao se apresentar aí, no entanto, cada grupo o faz segundo seus signos de referência, que são ao mesmo tempo excludentes dos demais, de tal modo que seria possível imaginar o estabelecimento dc matrizes interconectadas que associassem códigos sociais a determinados territórios urbanos. Nem só em guetos, portanto, cria-se a segmentação. Mesmo que dispersos em determinada área geográfica e sem a conotação explícita da segregação, podem se formar grupos identitários na metrópole. Vivendo

sob determinados signos como o vestuário, o código verbal, as aspirações sociais etc, são em geral grupos que detêm algum tipo de privilegio social e, portanto, não necessariamente restringem seu confinamento a determinados sítios espaciais. Seus atributos permitem não só uma controlada e relativa dispersão espacial, como também indicam que esta dispersão constitui a própria afirmação de seu prestígio.

A demarcação territorial é a ordem metropolitana e, em certo sentido, é a vida, o pulsar da sociedade através destes espaços. Ordem porque reproduz uma movimentação disciplinada, limitada. Funciona como uma garantia de permanência e associabilidade. Este processo é, entretanto, constantemente revolvido pela desterritorialização e reterritorialização de que nos fala Guattari (op. cit.). Os limites e circuitos são hoje continuamente alterados, seja pela dinâmica interna aos próprios segmentos, seja pela atuação das ordens econômica e política que têm a propriedade de criar, com seus instrumentos institucionais, verdadeiras revoluções dentro da malha metropolitana.

A identidade na metrópole, então, não se forja apenas nessa matriz segmentada e particular. Há sinais **de** uma identidade geral e **generalizadora** na metrópole. Em primeiro plano, a rede de relações estabelecida pelas metrópoles tende a se dar em escala mundial. Muitas vezes estamos muito mais informados ou ligados emocionalmente a fatos que ocorrem distantes milhares de quilômetros do que a outros que ocorrem no quarteirão vizinho. A outra face desse processo é o próprio sentimento de síntese vivido nestas grandes aglomerações, onde pessoas vindas das mais diferentes localidades e nações transmitem-nos uma sensação ambígua que constitui uma determinada vivência do mundo, ainda que estejamos convivendo em um lugar bem determinado. Esta é a grande síntese permitida pelo espaço metropolitano - mundo/lugar. Uma experiência e sensação do espaço que é a própria natureza da modernidade - próximos/distantes, presos/livres, singulares e universais.

Em outro nível, há também um código **de** identidade que registra o ser metropolitano onde quer que ele se apresente. Ele faz parle desse organismo, abrigo de tantas ambigüidades, que o torna único e geral. Geral, pois o que está a unir, o que cria a unidade planetária das metrópoles é sobretudo sua conjunção de diferenças. O que se repete, portanto, não é uma unidade básica formal; o que cria o padrão, contraditoriamente, não e a uniformidade. Ao contrário, a identidade geral do ser metropolitano são suas variabilidades, sua diversidade, a mistura incessante de planos de convivência entre diferentes. Quando nos identificamos como novaiorquinos, parisienses, ou mesmo como paulistas ou cariocas, nem sempre somos traduzidos em primeiro lugar

pelos signos identitários gerais que ainda distinguem cada cidade, mas sim pela convivência simultânea, em nós, de diferentes concepções de mundo, pela ousadia de nossas indefinições, pelo "perigo" de nossas transgressões e de nossa impulsão para o novo, imersos que estamos na complexa lula entre a globalização macro-econômica e as micropolíticas de subjetivação.

A ***metrópole como espaço de luta***

Vimos anteriormente que o espaço metropolitano se constitui em um território complexo onde se mesclam e se separam diversas identidades. Vimos também que se trata de um espaço multi-apropriado, onde as contínuas e intermitentes renovações geram um complicado fluxo de deslocamentos. Se o espaço é, como concebemos a princípio, fonte e condição indispensável para a constituição de determinados grupos, é natural que haja neste espaço constantes disputas, avanços e recuos que constituirão os lermos necessários em que serão reproduzidas as dinâmicas sociais do ambiente metropolitano.

Baudelaire foi, sem dúvida, um dos precursores da discussão sobre a modernidade na metrópole. O ambiente parisiense foi a principal fonte de inspiração em sua leitura do mundo. Em um de seus poemas, trabalhado por Berman (op. cit.), há uma descrição preciosa sobre os primeiros dias da modernidade na Paris do século XIX, onde foram abertas novas vias e artérias (a reforma Haussman), criando-se o famoso tipo urbanístico que marcou esta época - os bulevares.

É em um desses bulevares que está sentado um casal. Em cadeiras de um café, na calçada, desfrutam da nova visão da Paris moderna. Em meio a isto são surpreendidos por uma família andrajosa, que pára diante deles. Os olhos desses pobres traduzem surpresa e admiração, olham para aquilo que jamais poderão ler. A moça sente-se importunada e pede que chamem o gerente. O rapaz, deixa-se invadir por uma onda de piedade e angústia pela expressão daqueles olhos.

Para Berman, esse é o momento onde o oculto, a miséria, se revela. Nos bulevares, a vida burguesa, termina por ler que se confrontar com a pobreza, que ela procura esconder através de grandes obras e reformas urbanas. Para nós importa principalmente perceber que esse primeiro momento de revelação é vivido com surpresa e conformismo. Mundos diversos que se olham e causam sensações de estranheza pela descoberta do outro. Muito rapidamente, porém, o olhar e a surpresa são substituídos pela ação e pelo confronto. O desfilar dessa vida burguesa não poderá se fazer mais sem proteção, em contato direto e próximo ao da miséria. São criadas progressivas garantias ao crescente avanço daqueles que antes apenas olhavam e que agora invadem, lutam e disputam. As

cadeiras não ficam mais nas calçadas - quanto mais distante desse mundo revelador e agressivo da miséria, melhor.

A vida moderna, do cidadão moderno, daquele que, por ter espaço nesta cidade, pode exercer sua efetiva cidadania, foi se encastelando cada vez mais. Na modernidade instável e insegura de nossos dias, são enormes edifícios-fortalezas, guaritas, seguranças, mecanismos de triagem e seleção, muros, cercas e fundamentalmente o automóvel, a nova carapaça inexpugnável do homem moderno, tão saudada pelos "modernistas" (como Le Corbusier). É ele quem vai permitir a passagem e, ao mesmo tempo, garantir nossa invulnerabilidade.

Nas metrópoles do Terceiro Mundo, com toda sua especificidade e seu jogo ainda mais complexo de opressão e liberdade, onde os "olhos" são mais numerosos e contraditórios, é possível perceber que o espaço gerado no urbanismo do século XIX, dos bulevares, jardins públicos etc, foi completamente transfigurado. Não traduzem sequer a idéia daquilo para o que foram originalmente projetados. Os chafarizes se transformaram em banhos públicos, os bancos dos jardins estão tomados de "desocupados". A linearidade e regularidade de seus planos e traçados foram quebradas definitivamente por seus novos ocupantes, aqueles que um dia apenas olhavam. Atualmente, nesses espaços, são os legítimos cidadãos que olham, são eles que se admiram quando são obrigados a passar por estas vias a caminho de suas casas-fortaleza.

Os condomínios exclusivos são hoje a expressão dessa nova forma de morar. Cercados por semelhantes, agrupam-se ilhados e isolados por cercas e muros do mundo estranho e adverso circundante (como se este não fosse, em grande parte, resultado de sua própria criação). Freqüentam os mesmos lugares, compram os mesmos artigos, há espaços para lazer e compras, "tudo sem sair de casa". Para se penetrar nesta cidadela ultrapassa-se diversos umbrais e controles. **Cruzam-se** guaritas, portarias, vestíbulos, interfones e finalmente podemos ingressar neste mundo que a todo momento traduz sua estranheza e desconfiança a todo aspecto que lhe seja contraposto.

Esses condomínios, assim como as ruas ou mesmo os balneários particulares, são exemplos típicos desse "novo" tempo, dessa "neo" modernidade. Entretanto, todos os grupos sociais que habitam a metrópole, embora conjugados numa escala econômico-política mais ampla, em maior ou menor grau acabam disciplinando seus espaços, criando suas barreiras de proteção a fim de manterem o domínio sobre seus signos de identidade, seus privilégios e fundamentalmente sobre seus territórios (vide estratégias dos favelados). Os muros que cercavam as cidades antigas e medievais foram transladados para o interior da

metrópole moderna, onde cada segmento se muraliza como pode e faz do "igual" e do conhecido seus únicos interlocutores, como se esta "cristalização" espacial pudesse negar o turbilhão desestabilizador que a envolve.

Além de garantir o espaço da reprodução social, e preciso conquistar e/ou garantir outros, como em uma estratégia de guerra. A grande arma das metrópoles são as áreas ainda efetivamente comuns, públicas, "desocupadas". Nestas são traçadas as verdadeiras campanhas táticas informais de ocupação e domínio. Praças, ruas e equipamentos diversos de lazer e serviços são o território onde ocorrem ofensivas e retiradas, onde se alternam **controles e** normas próprias a cada grupo.[16]

A metrópole é, nesse sentido, o ***locus*** das disputas territoriais das distintas "tribos" (Maffesoli, op. cit.) que a compõem. Essa variabilidade espacial e temporal de usos, a ambigüidade daí decorrente, são o motivo maior do fracasso dos planos urbanísticos e das grandes cirurgias "organizativas". A racionalidade ***strictu sensu*** tem um compromisso intestino com a funcionalidade, com a maximização das eficiências e a racionalização dos usos. Os espaços assim projetados apresentam "um lugar para cada coisa em seu lugar". Por isso tendem a criar espaços sem vida, sem o dinamismo inerente à própria modernidade, surgindo então arremedos de convivência urbana, sem ambigüidade ou mutabilidade, sublinhando apenas a ordem racionalista, aparências urbanas que têm dificuldade em ultrapassar o sentido que lhes foi outorgado.

A dinâmica da metrópole ainda está a desafiar os espíritos sequiosos por **compreenderem** suas formas, reproduzi-las em um padrão. Concretamente, a consideração estrita do racionalismo quando aplicada à dinâmica urbana não foi suficiente em suas táticas de reproduzi-la enquanto modelo, sob a forma da proposição de cidades planejadas e controladas, nem como, em diversas ocasiões, interventor eficaz nas cirurgias urbanas que produziu. A geografia também, quando se volta para a apreciação dos processos espaciais na modernidade, sobretudo nas metrópoles, geralmente tem reforçado os vínculos com a ordem, procurando sempre estabelecer padrões formais e tipologias. Estas, **no** entanto, têm sido constantemente rechaçadas pelo desenvolvimento de uma indeterminação que a princípio dificilmente conseguimos conceber.

---

16 Em recente estudo Baudrillard percebe que os atuais grafites que se impõem na paisagem novaiorquina não têm qualquer sentido próprio ("significantes sem significado"), ou uma mensagem intrínseca, advindo daí sua força. Trata-se tão-somente dc uma marca dc existência, tentativa dc subversão dc uma ordem excludente ou dc uma incursão em território "inimigo".

Devemos reenfatizar, contudo, que o reconhecimento dessas ambiguidades e diferenciações, esta abertura para o novo e o indeterminado, de modo algum exclui as identidades e a normatização globalizadora. A grande questão e como encontrar novas formas que nos permitam refletir sobre a imbricação dessas tendências, tal como ela se expressa no espaço moderno contemporâneo. Observamos, por exemplo, que o espaço na modernidade é concebido em diferentes escalas interrelacionadas - embora tenhamos optado pela escala metropolitana, que sintetiza alguns de seus traços mais característicos, reconhecemos ser imprescindível a consideração de múltiplas escalas territoriais, pois só assim poderemos perceber os níveis possíveis de generalização e a relevância de cada "território" para a compreensão de determinados fenômenos sociais. Em cada uma dessas escalas, por sua vez, é preciso evidenciar os processos de diferenciação/segmentação que em seus distintos núcleos e redes reproduzem os múltiplos sentidos e funções atribuídos à espacialidade - tanto como espaço produtivo, disciplinar e/ou simbólico.

A análise dessas redes, interconectadas ou não, impõe a discussão de uma perspectiva que alie o particular (a diferença) e o geral (a unidade), pois ao mesmo tempo em que se inserem na malha macro-política e macro-econômica, elas projetam singularidades inovadoras (ou defensivas) que podem mesmo estar prenunciando hoje a emergência de uma nova "ordem" - uma ordem onde prevaleça sobretudo a possibilidade de recriar, pelas próprias coletividades, "territórios" originais que atendam não só às suas aspirações de sobrevivência e reprodução material, como lambem à expressão das especificidades culturais que efetivamente mobilizam e animam os grupos sociais.

Bibliografia

ABREU, M. (1987). ***Evolução urbana do Rio de Janeiro.*** **Rio de** Janeiro, **IPLAN/Zahar.**

BAUDRILLARD, J. (1986). ***América.*** **Rio de Janeiro, Rocco.**

BENJAMIN, W. (1985). "A Paris do Segundo Império em Baudelaire". In: Kothe, F. **(org.).** ***W. Benjamin.*** **São Paulo,** Ática.

BERMAN, M. (1986). ***Tudo que é sólido desmancha no ar.*** **São Paulo, Companhia das Letras.**

CASTORIADIS, C. (1982). ***A instituição imaginária da sociedade.*** **Rio de Janeiro, Paz, e Terra.**

Costa, R.H. (1988). ***RS: Latifúndio e Identidade Regional.*** **Porto Alegre, Mercado Aberto.**

FOUCAULT, M. (1979). ***Microfísica do Poder.*** **Rio de Janeiro, Graal.**

———————(1984). ***Vigiar e Punir.*** Petrópolis, Vozes.

GOLDFINGER, C. (1986). ***La Géofinance.*** Paris, Seuil.

GUATTARI, F, (1985). "Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade". In: ***Espaço e Debates,*** nº 16, ano V. S. Paulo, Cortez.

GUATTARI, F. e ROLNIK, S. (1986). ***Micropolítica: cartografias do desejo.*** Petrópolis, Vozes.

MAFFESOLI, M, (1987). ***0 tempo das tribos.*** Rio de Janeiro, Forense Universitária.

ROUANET, P. (1987). ***As razões do iluminismo.*** São Paulo, Companhia das Letras.

SANTOS, **M.** (1978). ***Por uma Geografia nova.*** São Paulo, **HUCITEC.**

SHACHAR, A. (1983). "A cidade mundial e sua articulação ao sistema econômico global". In: Becker, B. et. al. ***Abordagens Políticas da Espacialidade.*** Rio de Janeiro, UFRJ.

WILDE, O. (1981). ***0 retrato de Dorian Gray.*** São Paulo, Abril.

O Papel do Político na Construção do Espaço dos Homens*

Mário Cezar Tompes da Silva

A nossa análise do papel do político na produção do espaço social parte do **pressuposto** de que a organização do espaço possui uma função eficaz na manutenção e reprodução das **relações** de poder **estabelecidas,** que essa organização não se apresenta como tabula rasa, um dado neutro no embate político.

Ao colocarmos o objetivo de examinar a função do político na construção do espaço, pretendemos relevar aquela dimensão, ressaltar a sua **constância no** processo de organização do espaço social. Em outros termos, trata-se de resgatar a importância do político para um desvendamento mais rico, amplo e sugestivo a respeito do processo de estruturação-reeserueuração do espaço, um entendimento que não mais se restrinja aos desdobramentos de uma análise **de** cunho eminentemente econômico.

Almejamos pensar a trama do político não mais exclusivamente na qualidade de produto reflexo de interesses econômicos que a envolvem. Nesse sentido, gostaríamos de recordar com Lefort[1] que as condições históricas em que vivemos testemunham uma nova sensibilidade para o político, **o** que torna insuficiente uma análise exclusivamente fundada em termos de relações de **produção** ou de propriedade.

Porém, não se trata aqui de cair no extremo oposto de um reducionismo político, apenas torna-se imperativo reconhecer o político como uma dimensão essencial da totalidade social e com um papel fundamental na organização do espaço social. Fundamental, sem dúvida,

* Relatório final apresentado ao curso disciplina de pós-graduação "Construção do espaço e política", ministrado no lº semestre dc 1987.

[1] LEFORT, Claude - ***A Invenção Democrática.*** São Paulo, Brasiliense, 1983.

porem, não determinante. A determinação seria produto da totalidade ou da práxis global dos homens e não privilegio de apenas uma de suas dimensões.

Na verdade, queremos alertar para o risco em Geografia de uma redução ao econômico, um economicismo estreito que sufoque as demais dimensões do real, que nos deixe cegos e paralisados frente a ação do político. Encontramo-nos frente a uma situação onde se configura procedente a suspeita de uma recusa, até mesmo em certas correntes de uma Geografia que se pretende militante, de se pensar o espaço a partir do campo de ação do político.

O pouco relevo do político no âmbito da Geografia Crítica (ou em grande parte das vertentes que a compõem) deve-se, em parte, à predominante filiação marxista dessa corrente, ou, mais precisamente à posição secundária do político e da questão acerca do poder na obra marxiana. Tal fato, naturalmente, não invalida a profícua contribuição de Marx no exame da **sociedade** capitalista a partir da esfera da produção, nem sua utilização pela Geografia Crítica.

Contudo, é necessário nos colocarmos alertas frente a essa insuficiência em Marx. Assim, é, por exemplo, dessa lacuna que trata Lefort quando observa:

> "O que lhe pertence propriamente (a Marx) - e que, paradoxalmente lhe permitirá talvez decifrar uma realidade que os outros ignoram ou apenas entrevêem, a das relações de produção e das relações de classe - é sua rejeição do político (e quão sensível), antes mesmo de ter conquistado seu domínio de interpretação. A crítica do indivíduo exerce-se imediatamente nos horizontes de uma teoria da sociedade na qual se encontram abolidas a dimensão do poder e, com esta, a dimensão da lei e a do saber".[2]

Porém, é Vesentini quem nos chama mais diretamente a atenção para as imbricações entre o poder e a organização dos espaços e a necessidade de superarmos as insuficiências de Marx nesse terreno:

> "sede do poder, terreno de novas lutas engendradas pelo capitalismo... O espaço encerrando esses elementos nos coloca frente a questões não enfrentadas pela idéia marxista de produção e de trabalho. De fato, essa tradição discursiva nos legou um rico instrumental teórico para captar a exploração

---

2 LEFORT, C. - ***A Invenção Democrática,*** op. cit., p. 51.

> econômica, a distribuição, as trocas...; mas o poder, a dominação e suas inextrincáveis relações com o espaço constituem campos quase que inexplorados".[3]

Contudo, nessa questão da quase ausência do político em Geografia não podemos correr o risco da precipitação e inferir conclusões que por serem apressadas não reflitam corretamente as razões de uma certa resistência em trabalhar o político no âmbito do saber geográfico.

Na realidade, essa resistência se confundiu, até pouco tempo atrás, com o receio de se cair nas armadilhas de um discurso geopolítico, enquanto discurso apologético do Estado. Isso, evidentemente, representou um obstáculo que até recentemente se viu reforçado pela postura positivista dc guardar distância dos embates políticos a fim de preservar uma necessária neutralidade científica.

A sensação de receio e insegurança no tratamento da questão política no âmbito do saber geográfico, naturalmente, somente seria equacionada em um contexto de ultrapassagem do próprio positivismo e de superação das camisas de força ideológicas representadas pelos pressupostos desse método (o do saber não comprometido, asséptico etc).

Dessa forma, foi somente com o ulterior advento de uma Geografia militante e abertamente comprometida, mesmo apresentando uma certa tendência economicista conforme constatamos acima, que inegavelmente são criadas as condições para o exame da interferência do político no ordenamento do espaço dos homens.

Porém, nesse momento, diversamente do pesado legado da Geopolítica, é possível tratar o político em Geografia a partir de uma nova postura, não mais orientada a serviço de aparelhos de Estado ou de nacionalismos, mas comprometida com a luta pelas conquistas democráticas e pela ampliação da cidadania.

Nos encontramos convencidos mesmo de que a importância decisiva de um resgate do papel do político para a prática dos geógrafos reside precisamente no fato de que a problemática em torno da construção de uma sociedade democrática passa necessariamente, entre outras, pela questão da organização dos espaços.

Por outro lado, a urgência de valorização do político em Geografia ganha um novo relevo por envolver ainda a questão fundamental do poder, essencial para um correto e integral decifrамento da lógica que dirige o processo de reprodução do espaço dos homens.

---

[3] VESENTINI, J. William - ***A Capital da Geopolítica.*** São Paulo. Ática, 1987, p. 41.

Nesse sentido e H. Lefébvre[4] quem apropriadamente nos chama a atenção para a transformação do espaço em instrumento através do qual se exerce o poder. Segundo esse autor, tal papel exercido pelo espaço desempenha mesmo uma função importante na sobrevivência e manutenção da sociedade capitalista.

Lefébvre, após constatar que o capitalismo consegue sobreviver e permanecer a despeito dc sucessivas e constantes crises, e de questionar-se por que esse sistema social resiste apesar de seriamente golpeado, conclui que essa sobrevivência deve-se à constante reprodução das relações de produção.

Discorda de que a responsabilidade pela reprodução das relações de produção resida no modo de produção capitalista. Entende que a persistência dessas relações se deve ao Estado enquanto legislador e enquanto capacidade repressiva, o qual se constitui no lugar privilegiado onde se situam *os pensamentos estratégicos* que utilizam as forças econômicas, sociais, ideológicas e políticas de que os atores dispõem.

Essa é uma *estratégia global* que constitui uma *totalidade nova* cujos elementos são o cotidiano, o urbano e as diferenças. Porém, acrescenta Lefébvre, não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução das relações dc produção, é todo o espaço. Ocupado pelo neocapitalismo o espaço torna-se a sede do poder.

O que outro autor complementa observando que "o meio (e o local) pelo qual se exerce o poder, a dominação, sempre foi, nas sociedades de Estado, e, especialmente, no capitalismo, o espaço".[5]

E nesse contexto, a conquista e a manutenção do poder (a política, enfim) adquirem uma relevância insuspeita, situando-se acima das motivações econômicas.

Assim, ainda segundo Lefébvre, a estratégia global, essa totalidade nova "tem como fim a reprodução das relações de produção, mais ainda do que o lucro imediato ou o crescimento da produção (...). As relações de dominação que originariamente subentendem, reforçando-as, as relações de exploração, tornam-se essenciais, centrais. A vontade de poder (as capacidades de coação e de violência) passa por cima dos gostos de lucro e proveito, da busca de superlucro (lucro máximo)".[6]

---

4 LEFÉBVRE, Henri - Estrutura social: a reprodução das relações sociais, in. Foracchi, M. M. e Martins, J. de S., orgs. ***Sociologia e Sociedade.*** Rio de Janeiro, Livros Técnicos e Científicos, 1977.

5 VASENT1NI, J. William - ***A Capital da Geopolítica,*** op. cit., p. 40.

6 **LEFEBVRE,** II. - ***Estrutura Social: a Reprodução das Relações Sociais,*** op. cit., p. 248.

O espaço é cada vez mais dominado pela estratégia (produzida a partir do Estado). Mas, ao mesmo tempo em que essa estratégia vai produzindo um espaço prenhe dc pressões e constrangimentos, são postas as condições para o surgimento das contradições espaciais, a criação de espaços de luta e de resistência.

Assim, "o controle do espaço torna-se num ponto de partida para o seu incessante desenvolvimento (das forças produtivas capitalistas), (mas também para) a resistência dos explorados, ao se recusarem a ser tratados como peões que se deslocam como mão-de-obra manejável, como **capital,** variável (... e móvel), engendrando novos terrenos de luta"[7].

Dessa forma, compreendemos não ser mais possível pensar o processo de produção do espaço do homem a partir exclusivamente das relações dc produção e trabalho. Se desejamos um desvendamento mais sugestivo e revelador desse espaço necessitamos adquirir uma nova sensibilidade para a dimensão política.

De nossa parte, tentaremos contribuir nessa direção recorrendo à história, ou seja, pinçando e examinando dois exemplos históricos capazes de nos fornecer as situações concretas a partir das quais possamos explorar e desvendar com segurança a dimensão política inerente ao processo de construção do espaço dos homens.

Na verdade, a história tem nos fornecido constantes e ilustrativos exemplos. Porém, poucos talvez sejam tão ilustrativos quanto o apresentado pela revolução soviética de outubro.

Durante os anos imediatamente pós-revolucionários, os debates em torno do modelo e do rumo que deveria seguir a nova sociedade socialista eram acesos e vigorosos. Entre as diversas questões que se encontravam na ordem do dia, uma correspondia à orientação que deveria tomar a nova organização dos espaços (a casa, a cidade, as fábricas, a relação cidade/campo) etc).

As diversas propostas que surgiram naquele momento de efervescência se polarizaram, sobretudo após 1929, em duas grandes correntes de urbanistas e arquitetos que vão se configurar a partir do posicionamento de cada uma delas frente a estratégia de organização que deve ser adotada para a nova **sociedade** revolucionada.

Uma dessas correntes compreendeu que deveria ocorrer uma ruptura radical frente a ordenação espacial herdada que correspondesse e possibilitasse acelerar a mudança revolucionária mais ampla da própria sociedade. Para tanto defendiam um processo de descentralização urbana que deveria tender no limite para a gradual extinção da cidade, sobretudo da

---

7 LIPIETZ, Alain. ***Le Capital et son Espace.*** Paris, Maspero, 1977, p. 10-11. apud VESENTINI, J.W. São Paulo. Ática, 1986, p. 41.

grande cidade. A meta explícita era desencadear efetivamente um processo de desurbanização na sociedade.

Os desurbanistas, como passaram a ser conhecidos os adeptos dessa tendência, perceberam as perspectivas de autonomia política que uma organização dos espaços embasada na dispersão da população no território colocava como possibilidade. A partir daí, propuseram a descentralização da cidade e da população no espaço enquanto estratégia eficiente de pulverização do poder nos interstícios da própria sociedade.

Intuíram o potencial de autonomia que poderia advir da distribuição mais equilibrada no território, onde as definições políticas fossem produto de coletivos locais e não o resultado de decisões de um poder central que o ordenamento do espaço com base na cidade-capilal e na hierarquia urbana subentende.

Na verdade, essa proposta revela uma sensibilidade atenta para a dimensão política que a organização dos espaços envolve. Compreende que o espaço e um eficiente instrumento político e sendo assim deve ser repensado e posto a serviço da efetiva construção de uma sociedade de homens livres.

De forma que, nas palavras de Rodrigues "os desurbanistas queriam uma sociedade cuja organização espacial favorecesse a repartição da responsabilidade coletiva entre os múltiplos centros"[8].

Já a segunda corrente de urbanistas e arquitetos soviéticos optou pela via inversa, a do crescimento urbano-industrial (formação de megalópoles e de grandes concentrações urbano-industriais), o que implicava uma organização do espaço urbano fortemente hierarquizada que servisse de correia dc transmissão para as decisões centralizadas produzidas por um planejamento estatal onisciente assentado em um modelo de sociedade rigidamente ordenada a partir de um poder central.

Na realidade, essa segunda concepção reflete um reducionismo econômico, reflexo de seu atrelamento a um modelo de socialismo que situa a questão democrática em segundo plano, que adia as discussões em torno das liberdades para somente após a consolidação do crescimento econômico.

Assim, "a concepção dos desurbanistas opõe-se completamente ao desvio economicista (presente tanto no pensamento de Stalin como no de Trotski) segundo o qual o fator principal de modificação social era um

---

8 RODRIGUES, A. Jacinto - Urbanismo e Revolução. Porto. Afrontamento, 1975, p. 60.

crescimento econômico rápido, qualquer que fosse sua natureza. Este crescimento deveria resolver, por si só, os problemas sociais"[9].

Essas vertentes refletem duas concepções distintas de socialismo. Os desurbanistas revelam uma acesa preocupação em torno das questões democráticas e pensam o espaço enquanto importante ferramenta na luta pela conquista de autonomia e participação por parte da **sociedade.**

Assim, somam com aqueles que "pensam que o problema da organização da vida e do trabalho necessário não pode ser resolvido por uma imensa centralização que funciona por magia e onde ninguém se sente responsável; pensam, pelo contrário, que a unidade administrativa deverá ser suficientemente pequena para que cada cidadão sinta diretamente que cada detalhe lhe diz respeito, que o indivíduo não pode renunciar aos assuntos da vida em proveito de uma abstração que se chama Estado, mas que pelo contrário devem ser tratados em colaboração consciente com este, que a variedade na vida é tão digna como a igualdade das condições (...) e que só uma verdadeira síntese destas duas idéias poderá instaurar verdadeiramente a liberdade".

Esse entendimento apresenta-se em confronto com uma concepção de Socialismo que não consegue encobrir sua filiação autoritária patenteada em um socialismo de Estado centralizado e fortemente burocratizado. Tal concepção, por outro lado, vai apresentar-se com um vincado viés positivista-tecnicista que se assentará em uma crença excessiva no desenvolvimento proporcionado pela técnica e no seu papel de desencadeador de mudanças. Na feliz expressão de Rodrigues, a partir dessa concepção, "de certa forma, serão os êxitos técnicos que imprimirão uma mudança social".[11] É como se a conquista do socialismo deixasse de ser uma tarefa política para ser cada vez mais o resultado do aprimoramento tecnológico.

Distintamente, o desurbanismo não se apresentará "como uma solução técnica à crise da cidade capitalista. Corresponde a uma luta política que, desde os anos vinte, não se desenvolvia só na URSS, mas também no estrangeiro, no seio dos PCs europeus (...). Era uma crítica de esquerda que opunha-se às formas burocráticas de poder, ao autoritarismo centralizador, ao abandono da luta de classes no que era ainda uma sociedade de transição. Ela denunciava o aniquilamento das contradições, a recusa de fazer participar as massas na luta ideológica. Ora

---

9 RODRIGUES, A. Jacinto - ***Urbanismo e Revolução,*** op. cit., p. 15

10 RODRIGUES, A. Jacinto - ***Urbanismo e Revolução,*** op. cit., p. 58.

11 RODRIGUES, A. Jacinto - ***Urbanismo e Revolução,*** op. cit., p. 60.

só esta participação pode permitir a construção de um socialismo criador e libertador".[12]

Porem, no embate posterior entre as duas tendências, os desurbanistas foram severamente criticados e suas propostas deformadas e desacreditadas. A magia da técnica e a posterior orientação repressiva consolidada com o advento do stalinismo permitiu o triunfo do modelo de urbanização acelerado, concentrada espacialmente e dirigida do alto pelo planejamento.

É nesse contexto que é concebida a "cidade socialista" criada por "urbanistas defensores, numa orientação mecanicista, do habitat ultra-coletivista. É especialmente o caso de Babenkov, Vlasov e Poliakov, nos seus projetos para a cidade nova de Novossibirsk (...) Kouzmin, na mesma perspectiva, propunha uma comuna máquina, que implicava uma coerção ainda maior no modo de vida".[13]

Posteriormente, "a cidade máquina" "marcou de uma maneira caricatural a orientação geral do urbanismo soviético dos anos seguintes"[14] crescentemente orientado por máquinas de habitar funcionais, mas que não passavam, na realidade, de sistemas constrangentes e repressivos.

Tal estado de coisas repercutirá inclusive no desvio de projetos que originalmente objetivavam a ampliação das liberdades. É, por exemplo, o caso das casas comunas que em certo momento foram pensadas a partir da perspectiva aberta pelas discussões em torno da liberação sexual, da emancipação feminina e colocadas enquanto prática que visava superar a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual onde, durante a elaboração do projeto, além dos especialistas eram consultados os próprios trabalhadores.

Esse projeto arquitetônico consistia basicamente em um edifício de grandes dimensões dotado de equipamentos coletivos suficientes para um numeroso grupo de residentes.

A perspectiva coletivista era naturalmente privilegiada, "a noção tradicional de família era totalmente afastada. Além dos equipamentos coletivos muito desenvolvidos, nota-se que as crianças vivem numa parle da casa que lhes é completamente reservada. Equipada de uma cantina, de uma creche, de um jardim de infância, de uma escola e de um dormitório, o espaço das crianças é autônomo, mas ao mesmo tempo suficientemente permeável para permitir a socialização com o mundo dos adultos. Estes

---

12 RODRIGUES, A. Jacinto - ***Urbanismo e Revolução,*** op. cit., p. 92.

13 RODRIGUES, A. Jacinto - ***Urbanismo e Revolução, op.*** cit., p. 65.

14 RODRIGUES, A. Jacinto - ***Urbanismo e Revolução, op.*** cit., p. 65.

vivem em apartaeentos individuais e por um sistema de abertura das paredes, podem-se reunir duas peças numa só".[15]

Contudo, ao longo do processo de consolidação da construção dos espaços enquanto tarefa cada vez mais restrita a especialistas, o projeto da casa comuna que na origem fora concebido com a finalidade de possibilitar a coletivização da habitação e sumária eliminação dos preconceitos do passado aos poucos degenerou-se em máquina de habitar onde o ato de morar e mecanicamente previsto e imposto por especialistas, não restando lugar para iniciativas pessoais. Dessa forma, no final "a comuna em palavras se linha transformado em caserna nos fatos".[16]

Com o avanço da slalinização da sociedade soviética, as propostas dos desurbanistas foram progressivamente marginalizadas e por fim completamente expurgadas dos planos oficiais. Rodrigues nos recorda que "mau grado a riqueza das propostas e das investigações dos desurbanistas, os projetos destes não foram tomados em conta nem para a cidade nova de Magnitogorsk, nem para a reconstrução de Moscou, para a qual Guinzboug e Bartch tinham elaborado o plano da "Cidade Verde".[17]

Este plano por sinal é bastante ilustrativo por nos revelar não somente o que havia de politicamente correto na proposta de desurbanização (como a percepção das implicações políticas da organização dos espaços), mas também por colocar a descoberto algumas de suas insuficiências.

O Plano da Cidade Verde em suas linhas gerais consistiria em:

- "empreender de uma forma sistemática a dispersão e descentralização das indústrias, dos institutos científicos e das administrações dc Moscou através de toda a URSS. E isto não através de uma medida brusca, mas pouco a pouco, preparando no quadro do Plano Qüinqüenal a infra-estrutura das futuras transferencias.

- empreender a transferência progressiva da população de Moscou. Esta população seria realojada ao longo de grandes eixos de circulação que ligam Moscou às cidades vizinhas. Ao mesmo tempo, o proletariado agrícola seria reagrupado ao longo destes eixos; assim as populações urbanas e rurais

---

15 **RODRIGUES,** A. Jacinto ***- Urbanismo e Revolução, op.*** cit., p. 52.

16 **RODRIGUES,** A. Jacinto ***- Urbanismo e Revolução,*** op. cit., p. 62.

17 RODRIGUES, A. Jacinto - ***Urbanismo e Revolução,*** op. cit., p.

estariam intimamente misturadas e utilizariam os mesmos equipamentos em matéria de alojamento cultural, etc.

- a única coerção imediata era proibir toda a construção nova em Moscou e criar zonas verdes nos espaços libertos pelas transferências para fora da cidade. Trata-se dc fazer de Moscou um vasto parque de cultura e repouso, verdejante, ao qual convergirão as linhas de orientação da nova repartição territorial".[18]

Um primeiro problema colocado por tal proposta e que denuncia a mais grave limitação dos autores é a pressuposição de uma intervenção em grande escala no território a partir do planejamento (faz-se mesmo referência explícita ao Plano Qüinqüenal) o que, naturalmente, abre de imediato a possibilidade de uma ação política centralizada e excludente de controle dos espaços e dos homens, exatamente o que os desurbanistas combatiam. Evidentemente, esse risco torna-se maior quando não se tem uma percepção crítica muito clara frente aos vícios de autoritarismo inerentes à atividade do planejamento.

Por outro lado, um plano (mesmo esse da cidade verde) será sempre um plano, no sentido de que foi elaborado por um grupo reduzido e representará sempre uma intervenção na vida dos homens. A cidade verde não deixa de constituir uma tentativa de ordenamento e controle sobre os espaços dos cidadãos decidida voluntariosamente, provavelmente à revelia dos mesmos.

Porém, apesar dessas insuficiências, os desurbanistas souberam melhor do que ninguém, em seu momento histórico, pensar politicamente o espaço e a partir daí contribuírem para a superação do problema da dominação entre os homens. No plano da cidade verde tal objetivo revela-se, por um lado, na preocupação em romper com a divisão de trabalho cidade-campo e conseqüentemente nas relações de poder que tal divisão territorial do trabalho impõe e, por outro, na tentativa de abolição da cidade capital, esvaziando-a politicamente de suas funções fundamentais. Nesse sentido, a cidade verde pressupõe a negação da cidade capital, sua supressão do novo quadro espacial do socialismo e conseqüentemente a construção de espaços e comunidades mais autônomos.

Assim, o desurbanismo, apesar de algumas contradições, encontra-se mais próximo de uma práxis que deita raízes nas iniciativas que surgem do seio das comunidades. Práxis que "não se pode desenvolver sem uma

---

18 RODRIGUES, A. Jacinto - ***Urbanismo e Revolução,*** op. cit.; p. 74.

lula decidida contra o espírito dc tutela e de domínio (...). É nessa perspectiva que os desurbanistas propunham a criação dc comunidades libertadoras com dimensões controláveis, que se distribuíssem regularmente num território, no qual nenhuma zona devia tornar-se dominante pelo seu peso econômico ou pela concentração no seu seio dos poderes burocráticos, excessivamente centralizados".[19]

A análise da intervenção dos desurbanistas no agitado contexto revolucionário soviético dos anos vinte, sem dúvida nos descortina um panorama revelador e sugestivo das imbricadas relações que atam a estruturação dos espaços da sociedade à ação política dos homens, contudo esse caso singular não constitui um momento excepcional, o único capaz de ilustrar essa interação entre espaço e política.

Um outro caso igualmente revelador da interferência da esfera de ação do político na disposição e organização do espaço social e, por outro lado, da eficácia da instrumentalização do espaço para fins políticos pode ser localizado no processo de constituição e unificação do estado ateniense.

Tendo em vista melhor nos situarmos frente a esse processo esboçaremos sinteticamente as referências básicas que o balizam. A sociedade grega tradicional era organizada em termos familiares. Na base do sistema social encontrava-se a família, sendo o lar e não o indivíduo a unidade irredutível do sistema **social** grego.

Segundo Nisbet[20], logo após a família, em ordem de importância, seguia as ***gentes,*** uma reunião dos lares mais diretamente descendentes de algum ancestral comum. Logo após vinha a ***fratria*** relacionada a ritos familiares-religiosos e a uma hereditariedade mais abrangente. Situando-se acima dessas instituições familiares existiam as ***tribos*** que retiravam sua denominação de algum ancestral muito afastado no tempo.

Não existia nenhum Estado político além dessa comunidade familiar. Toda a sociedade linha por medida e por referência a família, de forma que inexistia a propriedade individual somente se reconhecendo a propriedade coletiva de base familiar. A única autoridade admitida era a que se originasse a partir da unidade familiar. Nas palavras de Nisbet "nenhum controle sobre os indivíduos era considerado legítimo, exceto até o ponto em que ele se exercia por meio da família".[21]

---

19 **RODRIGUES, A. Jacinto -** ***Urbanismo e Revolução, op.*** **cit., p. 94.**

20 **NISBET, Robert -** ***Os Filósofos Sociais.*** **Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1982.**

21 **NISBET, Robert -** ***Os Filósofos Sociais, op.*** **cit., p. 41.**

Contudo, a crescente expansão da sociedade grega através do comércio e sobretudo da guerra e as novas exigências colocadas aos gregos por tais atividades tornavam a comunidade familiar totalmente inadequada a esse novo quadro que se configurava de forma irreversível, pois a sociedade familiar "não era um dispositivo eficaz para a guerra. Faltava-lhe o comando centralizado, que pode passar pelas unidades intermediárias de clã e lar e chegar aos indivíduos, a unidade de organização que as sociedades militares eficazes requerem (...) sem a interferência da presença dc grupos internos tais como famílias e clãs, cada um deles soberano em sua própria esfera".[22]

Na decorrer do séc. VI a.C, as atividades bélicas envolvendo Atenas se intensificam, tornando a estrutura social radicada na família uma camisa de força que trava a necessária adequação da comunidade ateniense às novas demandas impostas pela guerra.

Desencadeiam-se pressões e esforços sucessivos para alterar essa base social. Tais tentativas, por outro lado, convergem com o processo de concentração e centralização do poder, pré-requisito indispensável para a própria constituição do Estado ateniense que naquele momento encontrava-se em engendramento.

Tornava-se urgente, portanto, submeter as diversas famílias de Atenas a um poder estatal uno e central. Tal empresa para ser levada a efeito implicava retirar da instituição familiar o monopólio da autoridade, desarticulada enquanto unidade essencial do governo e controle dos cidadãos e, sobretudo, combater o princípio do pluralismo da autoridade que a comunidade familiar subentendia e que representa uma alternativa política radicalmente oposta à lógica do Estado.

A intensa resistência desencadeada pelos grupos domésticos contrários à efetivação dessas mudanças só foi finalmente anulada e superada com as modificações promovidas por Clístenes que, através do reordenamento político do espaço da polis em conjunção com outras medidas complementares, conseguiu, enfim, submeter as unidades familiares a um poder estatal centralizado.

Para tanto, inicialmente foi promovida a dissolução formal das antigas tribos atenienses, o que serviu de ponto de partida para o enfraquecimento e desarticulação de todas as demais estruturas familiares. Foram criados novos grupos sociais, os quais receberam também a denominação de *tribo,* porém estes não eram mais de modo algum ligados à família ou a descendência familiar.

---

22 **NISBET,** Robert - ***Os Filósofas Sociais,*** op. **cit.,** p. **42.**

Posteriormente, foram instituídos em Atenas uma centena de pequenos distritos denominados *demes,* equivalentes no tamanho, sendo cada um deles uma unidade territorial com fronteiras distintas. A partir daí, todos os atenienses passaram a pertencer não apenas a uma das novas tribos criadas, mas também a um ou outro dos *demes* territoriais.

Contudo, o golpe de morte sobre a antiga comunidade familiar foi desfechado através da redistribuição das *tribos* pelas diversas *demes* e pelas novas funções outorgadas a essas unidades espaciais.

Assim ."dez *demes* eram declarados unidades de uma única *tribo,* mas, em vez de permitir que essas dez fossem contíguas, formando assim, um conjunto territorial que poderia, com o tempo, tornar-se o centro de um grupo perturbador e mesmo potencialmente revolucionário, em Atenas, Clístenes resolveu que as dez *demes* que pertenciam a cada *tribo,* fossem espalhadas por toda Atenas, não permitindo, deste modo, possibilidade de formação de qualquer espécie de aliança baseada em mera contigüidade. Este princípio - uma variação antecipada do princípio "divide et impera" - foi, em certo sentido, o próprio âmago da revolução clisteniana".

A *deme* a partir daí passou a servir de referência quanto a domicílio, direito, deveres, votação etc. Ela, e não mais a família, tornou-se a unidade essencial em Atenas. Mais importante, porém, é que, a partir desse momento, os. cargos eletivos se distribuíam por essa nova divisão do espaço urbano, originando-se da *deme* os governos que abrangiam Atenas inteira.

Porém, o papel dessas unidades territoriais era ainda mais abrangente. Elas constituíam também as unidades de recrutamento militar. Atenas ofereceu dessa **forma,** nas palavras de Nisbet, "o primeiro exemplo claro, na História **do** Ocidente, dc serviço militar".[24] Assim, foi possível criar uma reserva de soldados cuja mobilização não se encontrava mais travada pela autoridade familiar, e, enfim, oferecer a solução **adequada** às **imposições d**a guerra.

Portanto, o que constatamos no exemplo ateniense é a clara instrumentalização do espaço com finalidades políticas precisas: esvaziar o sistema dc autoridade plural da sociedade familiar e transformar o poder em monopólio exclusivo de uma única instituição, o Estado. Isto implicou na promoção de um poder monolítico e centralizado, adequado às novas exigências apresentadas pelos conflitos militares.

---

23 NISBET, **Robert - *Os Filósofos Sociais,* op. c**it., **p. 44.**

24 **NISBET, Robert - *Os Filósofos Sociais,* op. cil., p. 44.**

Dessa forma, o poder, o político há muito vem apropriando-se do espaço* e transformando-o em instrumento privilegiado de exercício do poder. Porem, tal apropriação e instrumentalização vem passando por uma intensificação sem precedente após o advento da sociedade **capitalista.**

Um pensador que vai aprofundar a análise e esquadrinhar a questão da ação crescente do poder sobre os espaços na sociedade burguesa nos observou que "a burguesia compreende perfeitamente que uma nova legislação ou uma nova constituição não serão suficientes para garantir sua hegemonia; ela compreende que deve inventar uma nova tecnologia que assegurará a irrigação dos efeitos do poder por todo o corpo social, ate mesmo em suas menores partículas".

E essa nova tecnologia do poder, conforme nos demonstrou Foucault, se cristalizou, sobretudo no espaço através da metamorfose deste em lugar de vigilância. Pela organização dos microespaços sociais segundo o princípio do "panoplicon" - um novo dispositivo que possibilita ordenar os microespaços de forma a permitir a visibilidade total dos corpos, das pessoas e das coisas para um olhar centralizado. Assim, foi adotada uma organização dos espaços que tornou possível uma visibilidade quase absoluta, permitindo dessa forma o exercício eficaz do poder.

Portanto, o espaço vem apresentando-se de forma crescente como o campo de ação privilegiado do político e da trama da dominação. De forma que compreender a esfera de ação do político tornou-se a condição prévia para peneirarmos na intimidade da lógica que ordena a produção do espaço social.

Em conseqüência, se o discurso geográfico aspira esclarecer aos homens acerca das complexas implicações contidas no espaço que constróem, participar da contemporaneidade das novas condições de seu tempo e finalmente contribuir para a construção de uma sociedade sem os constrangimentos impostos pela opressão e exploração que o espaço materializa, não e mais aconselhável descuidar-se da real dimensão do político no desenvolvimento de seu objeto de estudo.

---

*

Naturalmente, esse processo ocorre de forma diferenciada ao longo da história resultando de especificidades e determinações precisas, próprias de cada momento histórico, o que estabelece, por exemplo, que a apropriação política do espaço na Grécia clássica tenha uma natureza distinta da instrumentalização do espaço pelo poder em uma sociedade capitalista contemporânea.

[25] FOUCAULT, M. ***-Microfísica do Poder.*** Rio dc Janeiro, Graal, **1979,** p. **218.**

Subsídios para uma Política Conservacionista dos Recursos Naturais Renováveis do Ceará

Marcos José Nogueira de Souza*

Introdução

O potencial de recursos naturais de qualquer território, coloca-se como elemento condicionador fundamental para o desempenho das atividades econômicas. A sua participação como fator dc produção, torna-se mais relevante, na medida em que a agricultura seja a atividade considerada.

No que tange ao Estado do Ceará, ressalta-se que a potencialidade de seus recursos naturais oferece limitações a um desempenho satisfatório da economia rural. O fato se agrava desde que os recursos naturais disponíveis sejam explorados através de técnicas inadequadas. Com isso, compromete-se, às vezes de modo irreversível, a capacidade produtiva do potencial natural.

Nessa ótica, a adoção de normas conservacionistas - reconhecida por grande parcela de Administradores e Técnicos - adquire significado considerável.

A concepção de Política Conservacionista pressupõe o uso adequado dos recursos naturais sem implicações com a degradação ou o desperdício. O propósito prioritário do Conservacionismo não é o de proteger ou

Doutor em Geografia pela USP; Prof. Titular do Depto. de Geografia/UFC - Fortaleza.

preservar a natureza de modo radical. Almeja-se, na verdade, usufruir de cada recurso através dos meios que mais se adequem a cada ambiente.

No Ceará, deve ser destacado que os ecossistemas decorrentes da auto-organização da biosfera dentro de um ambiente físico praticamente inexistem. O que se observa, de modo indistinto e generalizado, e a marca da ação do **homem.** Ela se traduz no sentido de acionar processos de transformação e de degradação, rompendo o equilíbrio espontáneo da natureza.

Em inúmeras áreas do Estado o problema de degradação ambiental tem assumido proporções preocupantes, manifestando-se através de evidencias variadas: desmatamento indiscriminado; aceleração dos processos erosivos; caça predatória; intensificação do assoreamento dos rios e barragens; desaparecimento de fontes perenes e sazonárias; empobrecimento químico e adelgaçamento dos solos.

É evidente que o Conservacionismo numa área subdesenvolvida e dolada de elevadas taxas demográficas encontra obstáculos, às vezes, intransponíveis. O próprio grau de dependência funcional, de que são possuidores os constituintes da biosfera, representa empecilho imediato. Por outro lado, a conservação, recuperação ou preservação compulsória dos bens naturais, requer medidas que trazem implicações políticas, econômicas e sociais. Com base num diagnóstico dos problemas afetos à degradação da natureza, serão apresentadas alternativas que viabilizem as diretrizes subordinadas à conservação dos recursos naturais renováveis.

Instituições envolvidas com a política conservacionista

O manejo adequado dos recursos naturais renováveis - solo, água, flora e fauna - tem como pressuposto essencial a utilização desses recursos sem destruí-los.

As finalidades básicas da Conservação da Natureza foram definidas desde 1967 na "1ª Mesa Redonda dc Informação sobre a Conservação da Natureza", realizada na cidade do México.

Dentre estas finalidades, uma política dc Conservação da Natureza deve propugnar por:

1. Assegurar a produção contínua dos recursos naturais renováveis, a fim de manter seu volume e qualidade em níveis adequados para atender às necessidades de toda a população;

2. Impedir o esbanjamento dos recursos naturais, abolindo a falsa idéia da inesgotabilidade dos mesmos e velar pelo bem estar das gerações futuras que terão, no mínimo, as mesmas necessidades e direitos que as aluais;

3. Zelar pela segurança no tocante aos aspectos econômicos, uma vez que um povo com recursos naturais debilitados torna-se vulnerável em todos os sentidos;

4. Assegurar distribuição equitativa dos benefícios oriundos naturais, uma vez que tais recursos são patrimônio nacional e não objeto de exploração sujeito à ambição pessoal;

5. Planejar e controlar as transformações físicas do meio natural (ecossistema) não somente para impedir sua deterioração como fonte e origem de todos os recursos naturais, mas também para proteger o meio natural no qual o homem trabalha, desenvolve-se e adquire sua cultura. Deve-se conservar no ***habitat*** do Homem adequado respeito ao patrimônio natural.

Os objetivos subordinados à adoção do Conservacionismo abrange uma gama variável de interesses, nos quais se incluem os de natureza econômico-social e científico-cultural.

No que se relaciona ao âmbito legal, inúmeras Instituições, subordinadas sobretudo a organismos federais, têm **atribuições** afetas à temática conservacionista. Dentre estas entidades destacam-se:

- O IBDF (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento **Florestal)** como órgão responsável pela conservação dos recursos naturais renováveis;

- O INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) que, essencialmente voltado para o setor fundiário, contempla no Estatuto tia Terra a desapropriação de terras necessárias para a instalação de Parques **Nacionais e** Reservas Equivalentes;

-A SUDEPE (Superintendência para o Desenvolvimento da Pesca), que fornece assistência técnica e financeira à **atividade** pesqueira e fiscaliza o cumprimento da Lei de Proteção à Pesca;

-Com atribuições amplas em termos de conservação ambiental, destaca-se a SEMA (Secretaria Especial do Meio Ambiente). Dentre suas atribuições mais destacáveis podem ser assinaladas as seguintes: acompanhamento das mudanças **sofridas** pelos ecossistemas; assessoria às **entidades responsáveis** pela **conservação** ambiental; **elaboração** de normas e padrões relativos à preservação do meio ambiente; promoção da formação de **quadros** técnicos relativos à conservação **da** natureza; cooperação na preservação de espécies em extinção; manter atualizada a relação dos agentes poluidores e substâncias nocivas ao meio ambiente; promoção, enfim, da educação do povo para o uso adequado e racional dos recursos naturais, tendo em vista a conservação do meio ambiente.

No Estado do Ceará, além tias **instituições** antes referidas, destacam-se inúmeras outras que incluem a Conservação da Natureza, dentre as

preocupações que lhe são afetas: o DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas), a UFC (Universidade Federal do Ceará), a SUDEC (Superintendência do Desenvolvimento Econômico do Ceará), a Secretaria de Agricultura, a CEPA (Comissão Estadual de Planejamento Agrícola), a EPACE (Empresa de Planejamento Agrícola do Ceará), dentre outras.

O meio ambiente e a atividade agrícola

O Ceará apresenta condições ambientais que dependem de combinações muito diversificadas entre os componentes abióticos e bióticos do meio natural. Nessa perspectiva, as condições geomorfológicas e climáticas, ao lado das disponibilidades de recursos hídricos e de solos, assumem relevâncias na configuração de ambientes dotados de diferentes características, potencialidades e limitações ao uso agrícola.

A quase totalidade do território estadual e submetida aos efeitos da irregularidade pluviométrica e aos excessos ou à falta quase absoluta de chuvas. Em conseqüência, apesar do posicionamento sub-equatorial, as condicionantes climáticas referidas têm, para o espaço cearense, efeitos destacáveis sobre os demais fatores naturais. Os processos morfogenéticos são, em primazia, de natureza mecânica; a drenagem superficial é constituída por cursos d'agua dotados de intermitência sazonal; os solos e as formações detríticas superficiais têm espessuras delgadas, com certa freqüência de chãos pedregosos mormente nas depressões sertanejas; a possibilidade de água disponível no solo para as plantas apresenta caráter deficitário na maior parte do ano.

Dessas condições, sobressai-se a peculiaridade que melhor exprime a ecologia regional. Refere-se ao recobrimento quase generalizado das caatingas.

De um lado, a área nuclear das caatingas tem a sua configuração subordinada à semi-aridez. De outro, nota-se que, a fisionomia, o porte, a densidade e a freqüência das espécies têm estreita vinculação com os solos e as disponibilidades de água.

Contribuindo para diversificar o quadro fisiográfico e ecológico do sertão, destacam-se os setores de planícies fluviais com solos aluviais e hidromórficos. Nos coletores principais da drenagem superficial e nos maiores tributários, as planícies ribeirinhas assumem larguras consideráveis à medida que o gradiente fluvial se torna pouco declivoso. É o que se observa nos médio-baixos Jaguaribe, Acaraú, Curú, Corcaú, Benabuiu, Choro, Pacoti, dentre outros. A nota característica dessas

planícies e o recobrimento vegetal com aspecto de mata ciliar onde a carnaíba e a espécie dominante.

As serras cristalinas e os planaltos sedimentares representam as outras porções territoriais de diversificação regional. O relevo, através da maior altimetria e da disposição, coloca-se como elemento diferenciador do clima.

Os compartimentos situados mais próximos do litoral, como as serras de Baturité, Meruoca, Maranguape, Machado etc, são submetidas - em suas encostas de barlavento e nas cimeiras - a chuvas mais abundantes e regulares. Os solos são dotados de boa fertilidade aparente com destaque para os podzólicos vermelho amarelos. Com isso, o revestimento vegetal primário assume condições contrastantes com o que foi assinalado para as depressões sertanejas recobertas por diferentes tipos de caatingas. Referimo-nos aos "enclaves" de malas dotadas de indivíduos de elevado porte e grande densidade. Por se tratarem de setores cujas potencialidades ecológicas são mais favoráveis à utilização agrícola, as serras têm apresentado problemas graves de conservação. Através do desmatamento indisciplinado e da adoção de técnica inadequadas, as serras vão pouco a pouco se descaracterizando em termos de sua ecologia original. Sofrem os efeitos dos processos de erosão acelerada e a tendência pode ser a de tomá-las irreversivelmente improdutivas.

Fatos análogos podem ser notados no reverso imediato úmido do planalto da Ibiapaba ou no brejo de encosta e de pe-de-serra do Araripe.

As faixas costeira e pré-litorânea, complementam o quadro natural do espaço cearense e enfatizam as diversificações das condições ambientais. O litoral é marcado pela presença de campo de dunas - móveis e/ou estacionárias - seccionadas por planícies flúvio-marinhas revestidas por manguesais. A cerca dc 5-10 Km da orla marítima desenvolvem-se os baixos tabuleiros pouco entalhados pela drenagem, com coberturas arenosas espessas recobertas por vegetação secundária de medio-baixo porte.

Dessas considerações genéricas a respeito do quadro fisiográfico e ecológico do Ceará, é **possível** estabelecer as principais limitações ao uso agrícola ofertadas pelo ambiente. Dentre estas, a exemplo de proposições feitas por Lacerda de Melo **(1966)** para a Política de Programas Integrados do Nordeste, **podem** ser **discriminados** os seguintes fatos:

-grande extensão da área submetida às condições de clima semi-árido;

- pequena proporção o dispersão relativa das áreas dotadas de solos e topografia favoráveis;

- muito pequena proporção de manchas favorecidas ao mesmo tempo por condições climáticas e edáficas;

- escassez do potencial hidro-energético.

É fato indiscutível que as condições do ambiente tem estreita relação com o crescimento das atividades agro-pecuárias. No Ceará, esse crescimento tem sido continuamente subordinado ao processo de incorporação de novas terras ao sistema de produção. Desse fato deriva a expressiva redução do revestimento vegetal primário, às vezes com rupturas do equilíbrio ecológico e conseqüente aceleração erosiva. O problema de degradação ambiental assume então um caráter mais serio em função da destruição dos ecossistemas.

É lícito reconhecer que a atividade agrícola sempre traz implicações sobre o ambiente. O próprio fato de ser precedido pelo desmatamento, total ou parcial, já implica numa ruptura imediata do equilíbrio natural. Além disso, haverá a substituição da vegetação natural, normalmente variada, por plantas cultivadas através de uma ou de poucas espécies consorciadas.

Nos sistemas de utilização adotados, o homem não dispõe de máquinas nem de capitais para fazer grandes culturas. Procura então, através de processos rotineiros, produzir o suficiente para auto-consumo, com pequenos excedentes comercializáveis.

Nas depressões sertanejas, que representam as parcelas mais expressivas do território estadual, o binômio gado-algodão ainda justifica a primazia da economia tradicional. Nessas áreas são mais incisivos os efeitos proporcionados pela incerteza e irregularidade das chuvas.

Particularmente em relação ao sistema de criação extensivo, deve-se ressaltar a sua dependência também das deficiências tecnológicas da agro-pecuária. Isso implica nas constantes migrações sazonárias dos rebanhos dependentes da existência de pastagens. Nos setores dotados de maior abundância de plantas forrageiras, o uso indiscriminado das pastagens nativas, sem qualquer prática conservacionista, tem conduzido a uma diminuição progressiva **daquelas** plantas. **Compromete-se** assim a já inexpressiva produtividade pecuarista. Daí a necessidade de que se adotem práticas de proteção e de melhoramento dos pastos naturais.

Nas planícies fluviais, onde os solos aluviais têm preponderância, a atividade agrícola é das mais destacadas através das lavouras de vazantes. As maiores limitações ambientais derivam das inundações **periódicas e** da salinização.

Nas serras úmidas concentram-se lavouras permanentes ao lado da policultura de subsistência. Nos planaltos sedimentares como a Ibiapaba a topografia plana dos interflúvios não oferece maiores impedimentos à

lavoura. Estas limitações são mais de natureza edáfica face ao predomínio de latossolos distróficos, suscetíveis aos efeitos da lixiviação. Esse processo se acentua, na medida em que o desmatamento é realizado de modo indiscriminado.

Nas serras cristalinas, a par da existência de solos dotados de boa fertilidade aparente, a principal limitação e ditada pelo grau de acidentamento do relevo. As encostas com fortes declives, favorecem a incidência dos processos de erosão acelerada.

Análise da morfodinâmica do espaço cearense e a expansão da degradação ambiental

O entendimento da dinâmica ambiental constitui um requisito indispensável para o aproveitamento adequado dos recursos naturais renováveis. Sob esse ponto de vista, a identificação dos processos erosivos responsáveis pela evolução atual do ambiente assume significado.

Na concepção de Ab'Sáber (1969) a ação dos processos deve requerer uma série de condições em que se incluem os recursos técnicos, equipamentos sofisticados, análises demoradas e observação dos agentes erosivos em plena atividade: no momento da chuva, em todos os tipos de precipitações, nos períodos de cheias, durante as vazantes, no decorrer das estações diferentes e em eventuais ocasiões de incidência de processos espasmódicos. Além do que, segundo aquele autor, se incluem as investigações sobre as ações biogênicas, sobre o trabalho dos lençóis de águas superficiais, sobre as atividades das águas de infiltração, sobre as modalidades de movimentos coletivos de solos, entre outras.

É evidente que são inumeráveis as limitações que se apresentam para uma avaliação qualitativa e quantitativa dos processos erosivos, nos diferentes tipos de ambientes que compõem o quadro fisiográfico e ecológico do Ceará. É viável, tão somente, destacar algumas hipóteses sobre a atuação dos processos de erosão. Eles se subordinam essencialmente às condições climato-hidrológicas, cuja eficácia é dependente das declividades topográficas e do recobrimento vegetal.

O Estado do Ceará se insere na sua quase totalidade no domínio das depressões intermontanas]e interplanálticas semi-áridas, revestidas por diferentes tipos de caatingas. (Ab'Sáber, 1970). As áreas de excessão dos ***enclaves,*** sugerem condições ambientais contrastantes com o contexto nuclear das caatingas. Observa-se, por via de conseqüência, diferenças pronunciadas quanto à funcionalidade dos processos engendrados pelo clima e pela hidrologia de superfície.

Nas depressões sertanejas a atuação daqueles processos está na dependência da **semi**-aridez do clima, e, particularmente, da irregularidade e concentração das chuvas c das elevadas alternâncias térmicas entre os dias e as noites. A primazia da desagregação mecânica das rochas durante a prolongada estação seca, como conseqüência da desigual dilatação e contração dos minerais, é bem um reflexo de valores elevados das amplitudes de temperaturas diuturnas. Por outro lado, as variações umidade-secura durante o ano, aliadas a uma precária capacidade de proteção à superfície por parte da vegetação caducifoliar, fortalece o desempenho do escoamento superficial derivado de chuvas torrenciais. Justifica-se então o adelgaçamento do manto de alteração das rochas, bem como a grande freqüência de lajedos e de chãos pedregosos. Por tais razões, o sertão é submetido à morfogênese mecânica. Além disso, acrescenta-se o fato da rede de drenagem possuir uma capacidade de entalhe irrisória, que se reflete na ocorrência de largos setores de topografias planas. Desenvolvem-se então as rampas suavemente inclinadas em direção aos fundos de vales ou no sentido do litoral que constituem rampas funcionais em perfeita consonância com as condições ambientais atuais e sub-atuais.

Com base nesse dinamismo, justifica-se a preponderância de vastos setores de rampas suavemente inclinadas que coalescem para formar a superfície de aplainamento sertaneja, cuja conservação é explicada pelo estado atual de semi-aridez moderada.

Normalmente, uma parcela expressiva das feições morfológicas regionais tem estreita vinculação com a morfodinâmica atual. No que tange às áreas de acumulação periodicamente inundáveis, há de considerar toda uma conjuntura de fatores atuais que as condicionam. De início ressaltam-se os efeitos proporcionados pelo escoamento difuso e pelo escoamento em lençol, derivados das chuvas torrenciais. Os detritos que são removidos não excedem em massa e em calibre à competência das águas escoadas.

Caso se verifique a primazia da carga sobre a potência, há uma tendência generalizada para o espraiamento do material detrítico. Os solos mais freqüentes nas áreas de acumulação inundáveis corresponde a uma associação de solonetz e planossolos, cujas características de textura e estrutura conduzem a uma drenagem interna imperfeita do perfil, contribuindo para o lento escoamento das águas em superfície. A medida que o declive é atenuado para jusante, há tendência generalizada para o acúmulo de água cuja redução das reservas fica na sujeição das elevadas taxas de evaporação. É evidente que estes setores da superfície sertaneja deveriam merecer maior atenção, de vez que, estão situados numa área em

que a maior limitação natural decorre das deficiências hídricas. Por outro lado, pelo que se depreende a partir das condições edáficas, se ofertam serias limitações às lavouras. Inegavelmente, porém, as áreas de acumulação periodicamente inundáveis têm parcelas propícias à atividade pecuarista, pelo fato de se desenvolver uma vegetação de fisionomia aberta, onde o componente herbáceo de gramíneas forrageiras possui considerável dispersão.

As demais formas de acumulação constatadas no território do Ceará, atestam, igualmente, íntimas relações com a ação atual dos processos erosivos. As feições fluviais evidenciam os traços representativos de uma hidrologia, cuja fonte de suprimento deriva da irregularidade e da deficiência das chuvas. Disso resulta - ao lado da evolução paleogeográfica - a drenagem intermitente sazonal exorreica. A capacidade de entalhe proporcionada pelos cursos d'água é insignificante, condicionando as paisagens aplainadas com amplitudes insignificantes entre os fundos de vales e o topo dos interflúvios.

As planícies fluviais denunciam evidências resultantes de uma evolução recente da paisagem. Para montante, ressalta-se **o** trabalho da ação hidráulica e da corrosão fluvial, traduzidos pela ocorrência de material imaturo e de grande calibre. No médio curso dos rios, o material é composto de areias grosseiras, destituídas dc boa seleção em mistura com seixos quartzosos arestados. Para jusante, à **medida** que os rios penetram no domínio **de** sedimentos do Grupo Barreiras, o material fino dc natureza areno-siltosa e argilosa passa a prevalecer. É a área mais típica de acumulação fluvial, onde a largura das planícies é sensivelmente ampliada. Nestas faixas aluvionares, os rios divagam lentamente através de canais meândricos. **É** comum a ocorrência de meandros abandonados **e** de pequenas lagoas semi-circulares.

Pela natureza dos sedimentos de fundo das calhas fluviais, percebe-se a estreita relação entre o atual regime dos rios e as respectivas competências. Os níveis de terraços mantidos por cascalheiros evidenciam diferenças na capacidade de mobilização de elásticos grosseiros em relação às condições atuais.

A morfodinâmica dos interflúvios sertanejos, já referida em traços gerais, tem implicações importantes para **o** comportamento do fluxo hidrológico. As rochas sujeitas aos efeitos de processos como a desagregação granular ou a esfoliação térmica liberam detritos rochosos. A estes, **acrescentam-se** os sedimentos finos que constituem **os** horizontes superficiais dos solos sertanejos. Aliando-se a pequena capacidade protetora da vegetação de caatingas aos resultados do escoamento difuso e do escoamento em lençol, deduz-se o grande aporte de sedimentos

removidos através das rampas pedimentadas que se orientam para os cursos d'água. Decorre daí o entulhamento dos fundos de vales que agrava consideravelmente as enchentes das correntes fluviais, à época das chuvas excepcionais, com graves problemas para as cidades ribeirinhas e para as lavouras de vazante.

A faixa litorânea é igualmente afetada de maneira expressiva pela atuação de processos atuais.Neste caso, as conseqüências mais importantes para a paisagem são motivadas pela dinâmica eólica e pelas variações de mares, que constituem importantes fatores de retificação do litoral. Sendo das mais significantes de ENE mobiliza-os para OSO durante a maior parte do ano, conduzindo à formação de dunas e cordões arenosos.

As áreas em que os processos de dissecação tendem a suplantar os efeitos da pedimentação funcional restringem-se a setores dotados de chuvas mais regulares. Localizam-se nas serras úmidas revestidas primariamente por florestas tropicais.

Nestas áreas, a morfogênese atual assume funcionalidade que contrasta nitidamente com o que foi verificado para as depressões sertanejas. Constituem-se em paisagem de excessão no contexto semi-árido. Se a morfogênese química impõe alguma semelhança entre aqueles setores de relevos elevados, as diferenciações litológicas e estruturais, aliadas aos padrões de drenagens por elas impostas, configuram feições dissecadas também diversificadas. Nas serras constituídas por rochas cristalinas, os relevos de topos convexos ou em formas de cristas prevalecem. A drenagem com padrão sub-dendrítico revela elevado poder de entalhe com amplitude topográfica superior a 20 m. Os vales têm forma de V em decorrência de maior capacidade energética dos cursos d'água que apresentam fortes declives em seus perfis longitudinais. O alargamento dos vales em pontos de suavização daqueles perfis contribui para a deposição dos sedimentos carreados com a conseqüente formação de alvéolos. Estas pequenas formas semicirculares são simultaneamente colmatadas por colúvios finos provenientes das encostas de declives íngremes das cristas e colinas.

Na Ibiapaba, o fraco caimento topográfico para oeste, em coadunação com o mergulho estratigráfico, condiciona uma rede de drenagem de padrão paralelo. Resulta então uma morfologia dissecada em largos interflúvios tabulares que separam os setores de planícies fluviais formadas pela drenagem conseqüente. Os pequenos cursos d'água, que tomam orientação oposta e de natureza obseqüente, justificam as irregularidades do **rebordo** escarpado da cuesta.

A par das inúmeras hipóteses e constatações apontadas a respeito da dinâmica das paisagens por variáveis climato-hidrológicas, não se pode deixar de referir que a aceleração dos processos degradacionais, tem assumido proporções relevantes. As mudanças ambientais exibem características alarmantes, com sérios prejuízos para os recursos naturais renováveis. São derivações de uma ocupação humana inadequada, que se traduzem nos processos de desertificação.

Conforme Vasconcelos Sobrinho (1978) é difícil dar uma definição precisa do termo desertificação. Isto se justifica pelas causas distintas que podem condicioná-la. Destaca que a desertificação é devida essencialmente à fragilidade dos ecossistemas das terras secas em geral, que, em decorrência da pressão excessiva exercida pelas populações humanas, perdem sua produtividade e a capacidade de recuperar-se.

Detectar a expressão do processo de desertificação ou de degradação ambiental, estaria a exigir pesquisas mais profundas, que deverão decorrer do atual Projeto dc Zoneamento Agrícola do Ceará. Os resultados perseguidos devem contemplar a gama de processos físicos, biológicos e sociais que caracterizam os ecossistemas sujeitos à desertificação.

Vasconcelos Sobrinho (op. cit.) enumera algumas finalidades básicas para a organização e coordenação de programas contra a desertificação. Discrimina as seguintes:

1. Avaliar a vulnerabilidade à desertificação;
2. Prever o começo da desertificação antes que ele se inicie;
3. Vigiar o processo nas regiões que sofrem a desertificação e nas que se considere que correm perigo;
4. Avaliar os efeitos dos processos de desertificação e dos programas para combatê-los.

Os problemas que implicam na adoção de uma política conservacionista para o Ceará pressupõem algumas colocações de base.

De início, há necessidade de enfatizar as nuances oriundas do dilema entre produção e conservação da natureza. É o que constitui, em última instância, o problema capital da questão envolvendo a economia e a ecologia. Para Góes (1973) não se pode raciocinar em termos de preponderância de uma sobre a outra. Segundo ele, nem o ecologismo nem o economismo. O ecologismo manda conservar a natureza, reservando-a à função de paraíso ambiental. O economismo manda transformar o capital ecológico em consumo, acelerando o esgotamento dos recursos. Acentua então que o ponto de equilíbrio será encontrado na planificação racional, que compatibiliza os objetivos de crescimento da economia com a proteção e desenvolvimento da constelação de recursos naturais, em proveito de metas a um só tempo econômicas e ecológicas.

Incontestavelmente, e a maneira mais séria e objetiva para que se chegue a um consenso na maneira de abordar o assunto. Tem-se de convir, no entanto, que o ponto de equilíbrio a que Góes se referiu, **é** algo difícil de ser alcançado. É falo comum - principalmente numa área que oferece serias limitações naturais - que os setores espaciais de melhores potenciais tenham os seus recursos naturais renováveis degradados, por uma exploração agrícola predatória. Refere-se particularmente às serras úmidas e às porções de solos mais férteis das depressões sertanejas.

Algumas práticas agrícolas tem-se revelado especialmente nefastas para o conservacionismo ambiental. Tal **é** o caso de lavouras que conduzem a um acelerado esgotamento dos solos sem o necessário sombreamento, como a cultura cafeeira no planalto da Ibiapaba; o plantio em linhas que seguem a direção do escorrimento superficial das águas; o pastoreio excessivo sem a renovação dos pastos nativos; a inexistência quase total de rotações de culturas; a coivara indiscriminada incluindo a queima dos restos orgânicos deixados pelas plantas nativas ou pelas culturas; o desmatamento nas áreas de nascentes fluviais ou em pontos de acentuada dissecação do relevo, constituem enfim, fatores de desperdício e de degradação.

Ab'Sáber (1977), tratou com muita propriedade a respeito do caráter diferencial das diretrizes para uso e preservação da natureza, a nível regional, no Brasil. Em suas considerações sobre o Nordeste seco, afirma que "os problemas de preservação da natureza, em termos de áreas de reserva e defesa ecológica, são muito mais complexos do que em qualquer região do país". Mas acrescenta que "as caatingas, por uma feliz compensação, têm um comportamento resistente em relação à degradação antrópica. Tal como foram preparadas para resistir ao processo natural das secas, elas resistem às ações antrópicas predatórias, de caráter rotineiro". É indiscutível, contudo, que as espécies da caatinga arbórea, típicas das manchas de solos bruno não cálcicos ou dos podzólicos de pés-de-serra, rareiam de modo quase irreversível dando margem à proliferação de plantas invasoras como a jurema-preta e o marmeleiro.

Os problemas ligados ao conservacionismo da natureza no território questionado assumem, conseqüentemente, proporções em que o "ponto de equilíbrio" focalizado por Góes (op. cit.) está longe de ser atingido.

Com a finalidade de melhor sistematizar as discussões, serão enfocados os aspectos oriundos dos problemas de conservação dos recursos pedológicos, hidrológicos e de vegetação.

Do ponto de vista dos recursos de solos, os problemas estão afetos à ação erosiva de ablação dos horizontes superficiais, à perda de elementos nutrientes, à compactação do solo e à salinização.

A ablação dos horizontes superficiais deriva de uma ruptura do equilíbrio morfodinâmico, motivada pelo desmatamento e pelo pronunciamento de processos como o escoamento difuso, o escoamento em lençol, a reptação e a solifluxão. Os dois primeiros têm maior incidência sobre os solos do sertão. Os dois últimos atuam nos relevos dissecados de serras com topografias acidentadas. Nas planícies fluviais, após a retirada das florestas ribeirinhas, e comum a aceleração do solapamento da base dos diques marginais afetando solos aluviais. A adoção de práticas conservacionistas, através de técnicas agrícolas adaptadas a cada tipo de ambiente, poderia contribuir para minorar ou atenuar a manifestação desses **processos.** Nas serras úmidas, o problema assume proporções mais graves, motivado pelo desmatamento em regra, sem qualquer preservação do revestimento primário.

Da perda de elementos nutrientes resulta o esgotamento dos solos. A lixiviação é o principal meio para tal. A adubação verde e o pousio poderiam possibilitar um prolongamento da capacidade produtiva dos solos afetados indistintamente pelo esgotamento.

A compactação do solo é causada pelo pisoteio do gado após o período de colheita. Duque (1949) justifica-a também através da lavoura. Segundo ele, com o tempo, os solos cultivados tornam-se mais compactos do que os solos virgens, de vegetação nativa; a razão e que, em igualdade de composição física, a vegetação nativa mais densa perfura o solo em todas as direções, de modo ininterrupto, formando canais de penetração da água. A recuperação da estrutura original é possível a partir do aumento da umidade e de revitalização da vida microbiana.

A salinização afeta principalmente os solos das planícies fluviais além de planossolos e solonéticos. A capacidade técnica de superá-la revela-se, quase sempre, anti-econômica.

A conservação dos recursos hidrológicos assume importância ponderável objetivando prevenir os efeitos provenientes de condições climáticas desfavoráveis. Os sérios problemas que afetam os recursos hídricos no Ceará são dependentes, sobremaneira, dos seguintes fatores: dissecamento das fontes proporcionado pelo desmatamento nas áreas de nascentes e baixa substancial ou desaparecimento do lençol subterrâneo à jusante dos grandes reservatórios, além daqueles inerentes ao clima regional.

Os desmatamentos verificados de modo indiscriminado por lodo o território configuram a sua realização, à margem de qualquer critério conservacionista. Seus efeitos são sentidos mais imensamente nas serras cristalinas de relevos dissecados. Isto pela abundância de vertentes rochosas, de solos delgados e da grande freqüência de matações recobrindo

encostas semi-desnudas. Na Ibiapaba, a área primariamente revestida pela floresta tropical serrana, está sendo pouco a pouco invadida por plantas do "carrasco". Nas serras de Baturite, Meruoca, Matas, Maranguape, etc, as plantas invasoras da caatinga galgam gradativamente os níveis mais elevados. Poucas são, no momento, as espécies que testemunham as características de composição primitiva de flora. Fisionomicamente, a paisagem vegetal dos compartimentos elevados de relevo tem agora, maior semelhança com o que se verifica no sertão seco.

Nas áreas de solos férteis do sertão, nota-se a ausência quase que generalizada da caatinga arbórea densa. De mais sério considera-se que é através da inobservância total dos requisitos conservacionistas que os recursos naturais renováveis vão sendo degradados. Compromete-se irreversivelmente a capacidade do já debilitado potencial ecológico, alargando os espaços **subordinados** à desertificação antrópica.

Tricart (1977) propôs uma classificação ecodinâmica dos meios ambientes, considerando três grandes tipos de meios morfodinâmicos, com base na incidência dos processos atuais. Considerou os meios estáveis, os meios ***intergrades e*** os meios fortemente instáveis.

Os meios estáveis se caracterizam por uma evolução lenta. São áreas de fraca atividade do potencial erosivo. O balanço pedogenese x morfogênese favorece a pedogenese.

No Ceará, os setores espaciais que encerram tais características se situam nos tabuleiros pré-litorâneos, no reverso imediato da Ibiapaba, nas Chapadas do Apodi e Araripe e mesmo em porções das depressões sertanejas, revestidas por caatingas arbóreas.

Como diretriz de ordem conservacionista há de ser considerada a manutenção de uma cobertura vegetal, cuja densidade seja equivalente à vegetação original.

Nos meios ***intergrades*** a dinâmica atual caracteriza-se pelas interferências pedogênese x morfogênese. O balanço pode favorecer uma ou outra, mas sempre de maneira pouco sensível. Verificando-se predomínio da pedogenese, passa-se aos meios estáveis; quando favorece à morfogênese, passa-se aos meios instáveis. Os diversos casos formam uma série contínua na qual as rupturas são arbitrárias.

Tais características abrangem setores das depressões sertanejas, áreas menos acidentadas dos maciços sertanejos e porções da planície litorânea com dunas fixas.

Os meios fortemente instáveis têm predominância da morfogênese sobre a pedogênese. São as áreas em que a expansão dos processos de degradação tendem a assumir maiores proporções. Incluem-se nesse terceiro tipo de meio: os relevos residuais despidos de solos e de

vegetação, os vales e encostas secos, os chãos pedregosos do sertão, os campos de dunas móveis do litoral, alem de setores restritos que se dispersam nos mais variados tipos de ambientes.

4. Alternativas de natureza conservacionista

Das considerações a respeito dos informes complementares sobre o quadro físico ambiental, da avaliação do potencial erosivo e da expansão da degradação da natureza, e possível discutir a respeito de alguns pressupostos básicos para uma política de caráter conservacionista.

De início, ressalta-se que a diversificação do ambiente natural cearense assume proporções de relevo. Cada ecossistema ou geossistema resulta de uma coordenação da vida e meio juntos como um sistema derivado de interações - dos organismos vivos entre si e destes com o meio físico.

Por outro lado, cada um desses setores espaciais e dotado de potencialidades e limitações próprias. Os planos de manejo deverão assim respeitar as peculiaridades de cada ecossistema com base num planejamento articulado, multidisciplinar, como requisitos capazes de deter a expansão dos processos de degradação da natureza. Através do Zoneamento Agrícola de culturas adaptadas às condições fisiográficas e ecológicas do Ceará, persegue-se a um só tempo objetivos econômico-sociais e ecológicos. Há de considerar, igualmente, que certas porções espaciais estarão a merecer uma preservação rigorosa e permanente sob pena de comprometer irreversivelmente a qualidade ambiental.

Nessa ordem de idéias propõem-se alternativas que se adequem à conservação da natureza:

- A planície litorânea com dunas móveis e fixas, e as planícies flúvio-marinhas revestidas por mangues devem ser preservadas rigorosa e permanentemente, em função de sua instabilidade (área de dunas) e importância florística e faunística (mangues). São áreas que, de resto, podem viabilizar a atividade turística e fortalecer a função de estâncias balneárias em inúmeras cidades do litoral. Essa perspectiva se amplia na medida em que, tanto nas dunas como nas planícies flúvio-marinhas recobertas por mangues, as limitações à agricultura são mais agudas;

- As porções mais acidentadas dos relevos serranos com encostas, cujos declives ultrapassem a 35-40%, devem ter também preservação permanente. Trata-se do modo mais eficaz para deter ou atenuar a aceleração da degradação dos recursos naturais renováveis, em serras como as de Baturite, Meruoca-Rosário, Matas, Machado, Pereiro, São Pedro, Maranguape, entre outras de menor expressão;

- Fiscalização de novas devastações das matas de serras úmidas, orientando o uso agrícola dos solos, através de técnicas condizentes com a conservação de natureza;

- Limitar o uso de áreas desmatadas nas serras cristalinas ou nos planaltos sedimentares, viabilizando, em parte a reconstituição do revestimento natural;

- Melhoramento das pastagens nativas das depressões sertanejas, através da introdução de plantas forrageiras dotadas de valor nutritivo e adaptadas às condições geo-ecológicas do sertão. Com o enriquecimento dessas pastagens há viabilidade para o pastoreio rotacional;

- Preservação da vegetação ciliar dos diques marginais dos rios, de modo a deter ou minimizar os efeitos das cheias fluviais derivadas de chuvas excepcionais. Nessas ocasiões, compromete-se o rendimento das lavouras de vazante e agravam-se os problemas de inundações em cidades ribeirinhas situadas nos baixos terraços dos rios - Sobral, Iguatú, Aracati, Itaiçaba, etc;

- Irrigação de solos das planícies fluviais, através de métodos capazes de conduzir ao uso racional dos recursos hídricos, conjugado a sistemas de drenagem e de manejo que evitem a salinização e perda de solos dotados de boa potencialidade agrícola;

- Selecionar áreas dotadas de solos agricultáveis do sertão, para o desempenho de atividades agrícolas e pecuárias de pequeno e médio portes, com o emprego de técnicas simples capazes de empregar mais mão de obra, evitando as conseqüências do êxodo rural;

- Desenvolver a adubação orgânica, através de técnicas adaptadas ao ambiente semi-árido, contribuindo para a melhoria das condições físicas e químicas dos solos e atenuando os efeitos da evapotranspiração;

- Mapeamento dos ambientes homogêneos, a partir da consideração integrada de todos os componentes naturais. Com base nesse requisito, adquire-se os elementos inerentes a um reconhecimento real a respeito das potencialidades ecológicas e das limitações ao uso ofertadas por cada setor espacial delimitado;

- Prática de uma agricultura ecológica, capaz de substituir a agricultura itinerante;

- Fiscalização rigorosa da agricultura que envolve o uso excessivo de adubos químicos. Conforme Feitosa (1982) o "uso excessivo de agrotóxicos vem provocando efeitos perniciosos no ambiente, inclusive com a morte de trabalhadores causada pela manipulação descuidada dos venenos agrícolas, que são tóxicos para o homem e os animais, como também para a micro-fauna do solo. Os resíduos venenosos são carregados para os cursos d'água, se acumulando nos açudes onde

provocam a morte de peixes, como é o caso de açudes nos Inhamuns e em Quixeramobim". Alerta ainda que "com os venenos agrícolas empregados em culturas como as do café, do cajueiro, do feijão, do milho e das hortaliças, sem o devido controle, além de oferecer um perigo à saúde humana e animal, desequilibra a população de insetos úteis à agricultura, por serem predadores das pragas que atacam as plantas cultivadas";

- Adotar medidas preventivas contra os desmatamentos indisciplinados, que contribuem de modo inexorável para a queima e retirada da matéria orgânica dos horizontes superficiais dos solos; para o trânsito acelerado dos componentes mineralógicos; para os efeitos predatórios das enxurradas e do escoamento difuso; para a ocorrência de processo como a reptação e a solifluxão (derretidos); para a diminuição gradativa das colheitas com sérios prejuízos, enfim, para a economia rural e todas as conseqüências sociais decorrentes - empobrecimento do agricultor, êxodo rural, "inchação" dos núcleos urbanos de médio e grande portes;

- Incentivar a criação de reservas ecológicas em pontos criteriosamente selecionados, capazes de defender a flora e a fauna contra os efeitos da ocupação humana inadequada. **É** inquestionável que a expansão do processo de degradação ambiental - tanto nas depressões sertanejas com **caatingas** de diferentes fisionomia e flora, como nos níveis elevados e no litoral - se efetua sobretudo por **influência** antrópica;

- Promover e incentivar a expansão das lavouras xerófilas, resistentes às deficiências hídricas e prestando-se em alguns casos para o reflorestamento. Segundo Duque (1964), as plantas xerófilas resistem à escassez de água, defendendo-se da deficiência hídrica, e, assim, suportando a seca. Têm como vantagens o fato de não requererem irrigação artificial e de algumas delas serem arbóreas superiores, adequadas ao reflorestamento. Algumas espécies têm, além disso, e a vantagem de apresentar elevado significado econômico. Discrimina como plantas plenamente adaptadas ao **quadro** ecológico cearense as seguintes: algodão mocó, carnaubeira, oiticica, cajueiro, goiabeira, palma, faveleira, algabora, umbuzeiro, dentre outras;

- Diagnosticar, através de estudos aprofundados, as possibilidades dos recursos hídricos atuais, como meio indispensável para ampliá-los, conservá-los e melhor utilizá-los;

- Implementar a expansão da política dc açudagem em função da larga primazia de terrenos impermeáveis e da pequena exequibilidade de recursos hidrogeológicos. A açudagem no Ceará tem contribuído decisivamente para ampliar o volume de água armazenada. As

possibilidades decorrentes de uma densa rede hidrográfica com cursos d'água ainda não barrados favorecem a adoção daquela prática.

Considerações Finais

O alerta para a expansão do processo dc degradação ambiental representou a preocupação fundamental do presente trabalho. A concretização de metas conservacionistas estará na dependência da orientação e educação do homem, bem como da adoção de medidas de âmbito oficial.

Pesquisas multidisciplinares futuras, deverão ser empreendidas no sentido de proporcionar às populações meios que conduzem a uma maior resistência às limitações naturais. A vulnerabilidade da economia rural do Ceará reside, em grande parte, na falta de uma tecnologia adaptada ao seu ambiente. Para que se atinjam resultados profícuos e permanentes no planejamento integrado das zonas rurais, dois aspectos deverão merecer a devida atenção: primeiramente, uma base espacial seletiva que se apoie em um zoneamento ambiental, definindo-se suas potencialidades e limitações; em segundo lugar, a utilização de técnicas de manejo adequadas a cada setor espacial e consubstanciadas em práticas conservacionistas.

Bibliografia

-AB'SABER, A.N. -Participação das superfícies aplainadas nas paisagens do Nordeste brasileiro. ***Geomorfologia*** (19), IGEOG-USP, São Paulo, 1969.

- Províncias geológicas e domínios morfoclimáticos do Brasil. ***Geomorfologia*** (20), IGEOG-USP, São Paulo, 1970.

- O caráter diferencial das diretrizes para uso e preservação da natureza, a nível regional rio Brasil-II. ***Geog. e Plan.*** (30), IGEOG-USP, São Paulo, 1977.

- DUQUE. J. G. - ***Solo e água no polígono das secas.*** DNOCS, bol. (148), Fortaleza, 1949.

- Agricultura, in ***Diagnóstico Sócio-Econômico do Ceará. I*** Vol. Imp. Univ., Fortaleza, 1964.

- FEITOSA, J. C. ***- Desterrando.*** Art. publ. no Jornal O Povo, Fortaleza, 1982.

- GÓES, W. - Recursos Naturais: uma política para o Brasil. ***Geog. e Plan.*** (9), IGEOG-USP, São Paulo, 1973.

-MELO, Mário L. -Política de programas integrados em áreas do Nordeste. Conferência pronunciada no "Seminário sobre Pólos de Desenvolvimento", Recife, 1966.

SOUZA, M. J. N. - Geomorfologia do Vale do Choro (Cc). ***Série Teses e Monografias*** (17), São Paulo, 1975.

- Geomorfologia e condições ambientais dos vales do Acaraú-Coreaú (Cc). **Ed.** do Autor, São Paulo, 1981.

- et alii - Compartimentação topográfica do Ceará. ***Ciênc. Agron.*** (9), Fortaleza, 1979.

TRICART, J. ***-La Terre, planèle vivaníe.*** P.U.F., Paris, 1972.

-Ecodinâmica, FIBGE - SUPRHN, Rio dc Janeiro, 1977.

VASCONCELOS Sobrinho, J. - Metodologia para identificação de processos de desertificação. **Encontro** dos órg. de pres. e **contr.** ambiental do Nordeste, Recife, 1978.

Resenha

A GEOGRAFIA DAS LUTAS NO CAMPO.
Aulor: Ariovaldo Umbelino de Oliveira
Co-Edição Editora Contexto-EDUSP, São Paulo, 1988.

A Geografia das Lulas no Campo faz parle da coleção recém-lançada pela Editora Contexto: *Repensando a Geografia.* O autor expõe de forma clara e objetiva (e às vezes até poética, pois é característico do autor colocar trechos ou partes inteiras de poesias ou letras de músicas que expressam a realidade da população estudada) a problemática das lutas no campo, tanto no tempo quanto no espaço.

Para a introdução **ao** estudo de Geografia Agrária, este é um livro necessário se não fundamental. É através de retrospectiva histórica que o autor recupera a História dos Vencidos, discutindo as lutas das Nações Indígenas e dos Quilombos, avança na História das lutas da terra e pela luta dos frutos da terra, como por exemplo: de Canudos e Contestado até as lulas dos colonos nas fazendas de café. Ariovaldo trabalha lambem com os conflitos mais recentes, como por exemplo, a lula de Trombas e Formoso, as lulas pela terra no Paraná e a formação das Ligas Camponesas.

Após esta **introdução** à Geografia das Lutas no Campo feita nos dois primeiros capítulos, o autor discute no capítulo três a questão agrária pós-64, mostrando a intensidade dos conflitos e o número de trabalhadores rurais mortos **no** período de 1964 a 1986, que é subdividido em três momentos distintos: o primeiro momento de 1964-73, enfocando a desestruturação dos movimentos camponeses pelo governo; o segundo momento de 1974-83, correlacionando as principais áreas de conflito de terra com as principais áreas de desenvolvimento dos projetos agropecuários; e, o terceiro momento de 1984-86, estudando a contínua violência da Nova República. Utilizando-se de gráficos, tabelas e mapas, Ariovaldo faz visualizar as principais áreas de conflitos de terra no Brasil.

No capítulo 4 é apresentada a situação atual dos movimentos no campo, neste momento já com novos personagens surgidos das transformações que ocorreram no campo e também dos personagens que resistiram no decorrer da História - as Nações Indígenas. Entram em cena, agora, os peões e a peonagem ou trabalho escravo, a resistência dos camponeses contra a subordinação à indústria. Os brasiguaios, os bóias-frias, os acampados, são lutas no campo, no espaço geográfico.

No quinto e último capítulo o autor discute a reforma agrária, o PNRA, o surgimento da UDR e todo o trâmite armado pelo governo da Nova República que fez sucumbir a reforma agrária.

Ariovaldo fecha seu livro com a letra da música A Grande Esperança (que para os despossuídos da terra é o hino da reforma agrária) que está na voz dos Sem Terra e na mente daqueles que pretendem, um dia, realizar um trabalho chamado: a Geografia da Vida no Campo.

Este livro pode ser facilmente trabalhado com alunos do 2° grau, principalmente na 3ª serie, quando ensinamos Geografia no Brasil. É importante na finalização deste estudo (como sugere o autor) que o professor com os alunos visitem uma ou mais propriedades rurais para que possam verificar a realidade do trabalho no campo. O professor poderá escolher duas propriedades distintas para visita: uma grande e uma pequena. Assim terá a oportunidade de comparar os processos que formam e caracterizam as duas propriedades, o trabalho assalariado na grande e o trabalho familiar na pequena.

Bernardo Mançano Fernandes, Aluno de pós-graduação do DG-USP, Professor de Geografia de **1°** **e** 2° Graus, Coordenador de Publicação AGB-Nacional.

ANEXO

A Diretoria Executiva Nacional da Associação dos Geógrafos Brasileiros deliberou tornar público o estatuto que condensa as normas do seu funcionamento.

Estatuto da Associação dos Geógrafos Brasileiros*

TÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO E OBJETIVOS

Art. 1º - A ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS - AGB - é uma entidade civil, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade dc São Paulo, Estado de São Paulo, constituída, por tempo indeterminado, e regida pelo presente ESTATUTO tendo por âmbito o território nacional.

Parágrafo Único - A AGB contará com SEÇÕES locais que terão por finalidade congregar os sócios de diferentes pontos do país e do Exterior e promover a realização dos objetivos da Associação.

Art. *2º* - A AGB tem como principais objetivos:

I - Promover o desenvolvimento da Geografia no Brasil, pesquisando e divulgando assuntos geográficos, principalmente brasileiros.

II - Estimular o estudo e o ensino da Geografia, propondo medidas para seu **aperfeiçoamento.**

III - Promover e manter publicações de interesse geográfico, periódicas ou não.

IV - Manter intercâmbio e colaboração com outras entidades dedicadas à pesquisa geográfica ou de interesse correlato, ou ainda à sua aplicação, visando o conhecimento da realidade brasileira.

Aprovado em Assembléia Geral Extraordinária em 27 de julho de 1988 durante o VII Encontro Nacional de Geógrafos em Maceió.

V - Organizar e renovar periodicamente um cadastro dos geógrafos nacionais com seus currículos e realizações no âmbito da ciência geográfica.

VI - Propugnar pela maior compreensão e mais estreita colaboração com os profissionais e os estudantes de disciplinas afins.

VII - Analisar atos dos setores público ou privado que interessem e envolvam a ciência geográfica, os geógrafos e as instituições de ensino e pesquisa da Geografia, e manifestar-se a respeito.

VIII - Congregar os geógrafos e os estudantes de Geografia do país para defesa e prestígio da classe e da profissão.

IX - Promover encontros, congressos, exposições, conferências, simpósios, cursos e debates, bem como o intercâmbio profissional, mantendo contato com entidades congêneres e afins no Brasil e no estrangeiro, de modo a favorecer a troca de observações e experiências entre seus associados.

X - Procurar representar a Geografia brasileira e o pensamento de seus sócios junto aos poderes públicos e às entidades de classe, culturais ou técnicas.

Art. 3° - A AGB poderá manifestar-se publicamente partindo do conhecimento da realidade nacional, no sentido de equacionar e esclarecer problemas sociais, econômicos, políticos e do espaço físico brasileiro.

TITULO II

DOS ASSOCIADOS

Art. 4° - Poderão filiar-se à AGB pessoas interessadas no ensino, pesquisa e aplicação da Geografia, bem como entidades cujas finalidades identifiquem-se, no lodo ou em parte, com os objetivos da Associação.

Art. 5" - Cada sócio será admitido mediante apresentação de proposta formal do interessado, submetido à aprovação da Diretoria Executiva e Assembléia Geral da Seção local a que pretende filiar-se.

Parágrafo Único - Desde que aprovada a proposta, o candidato passará a figurar, automaticamente, no quadro social da entidade, devendo o secretário da Seção Local cientificar, à secretaria nacional da AGB, a admissão do novo sócio.

Art. 6ª - Os sócios pagarão à AGB através das respectivas Seções locais uma anuidade a ser fixada pelas Assembléias Gerais locais.

Parágrafo Único - Os sócios, enquanto estudantes a nível de graduação, terão direito a um desconto dc 50% relativo à anuidade aprovada.

Capítulo 1 - Dos Direitos e Deveres do Sócio

Art. 7° - São direitos do sócio quites com a tesouraria da respectiva Seção Local:

I - Participar dos Encontros Nacionais e Congressos Brasileiros de Geógrafos.

II - Receber publicações e comunicações da AGB.

III - Votar nas Assembléias Gerais da AGB e nas de sua respectiva Seção Local.

IV - Ser votado para a Diretoria Executiva da AGB ou para os cargos de direção de sua respectiva Seção Local.

V - Integrar qualquer comissão para qual tenha sido votado pela Assembléia Geral Nacional ou Local.

VI - Propor à Comissão Diretora Nacional, diretamente ou através de sua Seção Local, a discussão de teses ou comunicações referentes a assuntos relevantes para a classe ou para a vida da entidade.

VII - Reclamar, por escrito, de qualquer resolução tomada pela Diretoria Executiva nacional ou local, diretamente a eles ou à Assembléia Geral nacional ou local.

VIII - Requerer à Diretoria Executiva convocação de Assembléia Geral Extraordinária nacional, de acordo com o artigo 20 deste Estatuto.

§ Iª - As entidades a que se refere o Art. 4ª deste Estatuto, para participarem dos eventos indicados pelos incisos I, III e V deste artigo, deverão designar representantes, na proporção de um por entidade, credenciando-o formalmente junto à Seção Local, que disso dará ciência à secretaria nacional.

§ 2- - As entidades referidas no parágrafo anterior não poderão, por sua natureza coletiva, ser votadas para quaisquer cargos.

Art. 8° - São deveres de todo sócio:

I - Prestigiar a AGB comparecendo às suas reuniões nacionais e locais.

II - Não se antecipar, publicamente, às decisões da AGB quando das suas manifestações como entidade representativa dos geógrafos e dos interesses da Geografia.

III - Efetuar o pagamento de suas contribuições, com pontualidade, uma vez ciente de sua admissão, considerando-se quites aquele que não tenha debito com a tesouraria de qualquer anuidade vencida ou vincenda.

IV - Manter conduta ética em sua vida profissional.

V - Respeitar e cumprir o presente Estatuto, o Regulamento da Seção Local a que pertencer, as decisões da Diretoria das Gestões Coletivas e das Assembléias Gerais.

VI - Cumprir com espírito público e consciência de seus deveres, ou mandatos para os quais for eleito.

VII - Participar, por escrito, à sua respectiva Seção Local, a mudança de endereço, tanto comercial como residencial.

Ari. 9° - Poderá ser excluído o sócio que infrigir os princípios expressos no Ari. 8° do presente Estatuto.

Parágrafo Único - A exclusão será efetuada após parecer de uma comissão designada pela Comissão Diretora, a pedido da Diretoria da Seção Local a que se filie o associado, ouvida a Assembléia Geral local.

TÍTULO III
DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA

Art. 10 - A AGB será organizada nos seguintes níveis: nacional e local.

Ari. 11 - A nível nacional será constituída pela Assembléia Geral Nacional, pelas Reuniões da Gestão Coletiva e administrada pela Comissão Diretora, composta pelos Diretores de Seções Locais ou por quem regularmente o substitui e pela Diretoria Executiva Nacional.

Art. 12 - A nível local, denominada Seção, será constituída pela Assembléia Geral local e administrada por uma Diretoria Executiva.

Art. 13 - Os membros de qualquer cargo de direção da AGB, a nível nacional e local, não receberão qualquer remuneração.

Capítulo I - Das Assembléias Gerais e Extraordinárias

Art. 14 - A AGB promoverá, a cada dois anos, a sua Assembléia Geral nacional, reunião administrativa e de assuntos variados, envolvendo os interesses da classe e os rumos da Geografia brasileira, simultaneamente com um Encontro Nacional dc Geógrafos.

Art. 15 - A Assembléia Geral Nacional, de conformidade com o Estatuto, terá poderes para resolver todos os assuntos pertinentes ao cumprimento das finalidades da AGB e para tomar decisões que julgar convenientes à defesa destas e ao desenvolvimento de suas atividades.

Parágrafo Único - As deliberações tomadas pela Assembléia Geral Nacional serão consideradas aprovadas se obtida a maioria simples dos votos dos sócios presentes.

Art. 16 - A Assembléia Geral Nacional será convocada pela Diretoria Executiva com a antecedência mínima de sessenta dias, fixando-se no edital da convocação o local e a data da reunião.

Art. 17 - Poderão participar da Assembléia Geral Nacional e com direito a voto, todos os sócios quites com a tesouraria, e no gozo de seus direitos estatutários.

Parágrafo Único - É vetado o voto por procuração e por correspondência.

Art. 18 - A Assembléia Geral nacional somente se instalará em primeira convocação com a presença dc dois terços, no mínimo, dos sócios com direito a voto e em segunda convocação uma hora depois, com qualquer número.

§ 1ª - Para verificação de quorum, o sócio deverá inscrever seu nome no livro dc Registro de Presença ao ingressar no local

onde se realizará a Assembléia, depois de provada a sua qualidade de sócio da entidade, quite com a tesouraria.

§ 2° - Constatada a satisfação das exigências estatutárias, o Presidente da AGB declarará legalmente instalada a Assembléia Geral Nacional.

§ 3º - A mesa que presidirá os trabalhos será integrada pelos membros da Diretoria Executiva em exercício.

Art. 19 - A Assembléia Geral nacional compete:

I - Discutir e deliberar sobre os atos da Diretoria Executiva nacional e o relatório do Presidente.

II - Propor à Diretoria Executiva Nacional a criação de comissões abrangendo os seguintes assuntos: técnicos, administrativos, editoriais, de defesa dos interesses da classe e de estudos sobre os rumos da Geografia brasileira, assim como a contribuição da mesma para desenvolvimento nacional.

III - Deliberar sobre proposta de realização de Congressos Brasileiros de Geógrafos.

IV - Aprovar seu próprio Regimento, o dos Encontros Nacionais e Congressos Brasileiros de Geógrafos.

V - Apresentar sugestões referentes ao programa bienal de atividades da Associação e sobre a política editorial da AGB.

VI - Eleger a Diretoria Nacional.

VII - Fixar data e local das Assembléias Gerais e dos Encontros Nacionais ou Congressos Brasileiros de Geógrafos.

VIII - Aprovar, em última instância, a instalação de novas Seções **locais.**

IX - Escolher, pelo sufrágio direto, os sócios que comporão comissões técnicas ou **outras.**

Art. 20 - A convocação de Assembléia Geral Extraordinária poderá ser proposta pela Diretoria Executiva ou por, no mínimo, cem sócios, quites com a tesouraria e em pleno gozo de seus direitos estatutários, através de requerimento assinado e dirigido à Diretoria Executiva da AGB, no qual dever-se-á declarar os assuntos a serem discutidos.

Art. 21 - A Assembléia Geral Extraordinária realizar-se-á, com indicação prévia da ordem do dia e a sua convocação e

instalação far-se-ão da mesma forma prevista para a Assembléia Geral nacional, conforme artigos, 16, 17 e 18 deste Estatuto.

Parágrafo Único - A Assembléia Geral Extraordinária que tiver por objeto a reforma do Estatuto será convocada de acordo com o parágrafo único do artigo 61 do presente Estatuto.

Art. 22 - Na Assembléia Geral Extraordinária somente serão tratados os assuntos constantes da convocação, sendo suas deliberações tomadas de acordo com o parágrafo único do artigo 15, com excessão **do** previsto pelos artigos 60, 61 e 62 deste Estatuto.

Capitulo II - Da Comissão Diretora.

Art. 23 - A Comissão Diretora da AGB será composta conforme o Artigo 11 do presente Estatuto.

Art. 24 - O mandato da Comissão Diretora será de dois anos, a contar da Assembléia Geral Nacional, quando será empossada.

Art. 25 - A Comissão Diretora deverá realizar reuniões **ordinárias** pelo menos uma vez semestralmente.

§ 1°- Poderão ser convocadas reuniões extraordinárias, com antecedência mínima de três semanas.

§ 2º - As reuniões extraordinárias terão sua ordem do dia limitada aos assuntos indicados no ato convocatório das mesmas.

Art. 26 - Compete à Comissão Diretora:

I - Apreciar e julgar interpostos da decisão da Diretoria Executiva.

II - Emitir pareceres técnicos ou científicos nas questões que lhes forem submetidas pela Diretoria Executiva ou por grupos de, pelo menos, trinta (30) sócios.

III - Submeter à votação da Assembléia Geral Nacional um elenco de nomes de associados, candidatos à composição das comissões técnicas.

IV - Receber e divulgar, com a colaboração da secretaria da AGB, a lista dos candidatos que comporão as chapas concorrentes à eleição da Diretoria Executiva, de acordo

com as sugestões apresentadas pelas Seções Locais ou por grupos de, pelo menos, trinta sócios.

V - Emitir pareceres sobre as propostas de criação de novas Seções locais, remetidas pela Diretoria Executiva.

VI - Emitir pareceres sobre a compatibilidade entre os regulamentos das Seções Locais e o Estatuto da AGB.

VII - Opinar sobre o relatório e o balancete anuais apresentados pela Diretoria Executiva, encaminhando-os à Assembléia Geral Nacional.

Capítulo III - Das Reuniões de Gestão Coletiva.

Art. **27** - O fórum deliberativo inter Assembléias Gerais são as Reuniões de Gestão Coletiva.

Ari. **28** - As RGCs terão a seguinte composição:

I - Um delegado de cada seção local, escolhido por Assembléia local, com direito à voz e voto.

II - Um delegado da Diretoria Executiva Nacional, escolhido por seus membros, com direito à voz e voto.

III - Sócios das Seções Locais e membros da DEN, com direito a voz.

Ari. **29** - A Diretoria Executiva compor-se-á, no mínimo, dos seguintes membros: Presidente, Vice-Presidente, **1º e 2º** secretários, **1° e 2º tesoureiros,** Coordenador de Publicações e respectivo suplente.

§ lº - A Diretoria Executiva será eleita, mediante sufrágio direto, pela Assembléia Geral nacional e terá mandato de dois anos.

§ 2º - Novos cargos poderão ser criados por propostas da Comissão Diretora à Assembléia Geral Nacional.

Art. 30 - São atribuições da Diretoria Executiva:

I - Fixar data e local de reuniões ordinárias no intervalo das Assembléias Gerais.

II - Elaborar seus próprios Regimentos.

III - Propor a realização de Congressos Brasileiros de Geógrafos.

IV - Elaborar e apreciar o regimento das Assembléias Gerais, dos Encontros Nacionais e Congressos Brasileiros de Geógrafos.

V - Autorizar, apreciado o parecer da Comissão Diretora a instalação de novas Seções locais, "ad referendum" da Assembléia Geral Nacional.

VI - Criar comissões técnicas ou outras.

VII - Designar, ouvida a Comissão Diretora, representantes credenciados perante Comissões, Congressos, Conselhos, Entidades nacionais ou estrangeiras.

VIII - Convocar Assembléias Gerais Extraordinárias por iniciativa própria ou quando solicitadas pelos sócios, conforme o Artigo **20** do presente Estatuto.

Art. **31** - Ao Presidente competente:

I - Tratar dos interesses gerais da AGB, representando-a em juízo ou fora dele, podendo em ambos os casos delegar poderes a outros membros da Diretoria Executiva, mediante procuração que esclareça os poderes específicos outorgados e prazo de mandato.

II - Presidir as reuniões da Diretoria Executiva, das Gestões Coletivas, da Comissão Diretora e da Assembléia Geral Nacional.

III - Deliberar, nos casos de extrema urgência, 'ad referendum' da Assembléia Geral Nacional, da Comissão Diretora e das reuniões de Gestões Coletivas.

IV - Firmar como **1º** Tesoureiro os documentos da receita e da despesa, e, na ausência deste, com o **2º** Tesoureiro.

V - Firmar com o **1º** Secretário, e na ausência deste com o **2º** Secretário, as atas das reuniões da Comissão Diretora, Diretoria Executiva e da Assembléia Geral.

VI - Apresentar ao término de seu mandato, à Assembléia Geral Nacional, relatório sobre as atividades da AGB durante o período abrangido pelo mesmo, após parecer da Comissão Diretora.

Art. **32** - Ao Vice-Presidente compete:

I - Substituir o Presidente nos impedimentos ocasionais e sucedê-lo na vaga até o fim do mandato.

II - Dirigir e orientar os trabalhos de comissões técnicas ou outras criadas pela Diretoria Executiva.

Art. **33** - Ao lº Secretário compete:

I - Despachar o expediente e, de acordo com o Presidente, administrar a AGB, segundo as diretrizes delineadas pela Assembléia Geral, pela Comissão Diretora e pela Diretoria Executiva.

II - Secretariar as reuniões da Comissão Diretor a da Diretoria Executiva e firmar com o Presidente as atas das aludidas reuniões, assim como as das Assembléias Gerais.

III - Organizar e conservar em ordem o arquivo e a Secretaria.

IV - Substituir o Vice-Presidente em seus impedimentos.

Art. 34 - Ao 2º Secretário compele substituir o lº Secretário em seus impedimentos e participar efetivamente das tarefas da Secretaria sobretudo nas Assembléias Gerais, Encontros e Congressos.

Art. 3 5 - Ao 1º Tesoureiro compele:

I - Cuidar dos interesses financeiros da AGB.

II - Efetuar pagamentos previamente autorizados pelo Presidente.

III - Fazer escriturar a receita e despesa e o movimento global do fundo social da AGB.

IV - Superintender a cobrança das anuidades, mediante informações trimestrais e anuais das Tesourarias das Seções.

V - Organizar o balanço anual e demonstração de contas da **receita e** despesa e do fundo social.

VI - Firmar com o Presidente os documentos da receita e despesa e do fundo social.

Art. 36 - Ao 2° Tesoureiro compete auxiliar o lº Tesoureiro em suas atividades e substituí-lo em seus impedimentos.

Art. 37 - Ao Coordenador de Publicações compele propor e fazer cumprir o programa editorial da AGB conforme as disposições deste Estatuto.

Art. 38 - Ao Suplente do -Coordenador de Publicações compete auxiliar o mesmo e substituí-lo em seus impedimentos.

Art. 39 - A representação da AGB junto ao Sistema CONFEA/CREA's deverá ser efetuada por geógrafos devidamente habilitado naquele Sistema.

Parágrafo Único - O representante, e seu suplente, junto ao Sistema CONFEA/CREA's serão eleitos nas Assembléias Nacionais Ordinárias ou Congressos como cargo específico.

Capítulo IV - Da Eleição e Posse da Diretoria Executiva

Art. 40 - A eleição da Diretoria Executiva realizar-se-á durante as Assembléias Gerais da AGB, conforme o § 1 do Artigo 29 do presente Estatuto.

Art. 41 - Os candidatos aos cargos da Diretoria Executiva deverão constituir-se em chapas, de forma a que sejam preenchidos todos os cargos dc acordo com o Artigo 29 e seus parágrafos lº e 2º.

§ 1º- As inscrições deverão ser encaminhadas à Secretaria da Diretoria Executiva pelas Seções locais ou por grupos de pelo menos trinta sócios, devidamente assinadas pelos candidatos, até vinte e quatro horas antes da realização das eleições.

§ 2º- As chapas só poderão ser aceitas mediante apresentação de programa de trabalho.

Art. 42 - Serão considerados eleitos e empossados os candidatos que na forma dos Artigos 40 e 41 parágrafos 1º e 2º, na eleição, obtiverem maioria simples dos votos dos presentes.

Art. 43 - As eleições processar-se-ão através de voto direto e secreto, não sendo admitidos os votos por procuração ou correspondência.

Capítulo V - Das Seções Locais

Art. 44 - As Seções Locais poderão organizar-se mediante requerimento de, pelo menos, dez (10) sócios, à Diretoria Executiva Nacional, ouvidas as RGCs, a Comissão Diretora e a Assembléia Geral Nacional, conforme o artigo 19 inciso VIII combinado com o artigo 26 inciso V.

§ lº- O requerimento deverá ser acompanhado de informações a respeito das atividades profissionais dos signatários, bem como do projeto de Regulamento, de conformidade com este Estatuto, seguir-se-á a eleição da primeira Diretoria Executiva da Seção local.

Art. 45 - Nenhum município poderá ter mais de uma Seção Local.

Art. 46 - As Seções Locais terão existência autônoma em tudo o que disser respeito ao seu peculiar interesse, observados os lermos do presente Estatuto.

Art. 47 - As Seções Locais deverão enviar à Tesouraria nacional, trimestralmente, o total correspondente à alíquota mínima de 20% das anuidades por elas recebidas, acompanhado de um demonstrativo contábil sumário, sem prejuízo das prestações de contas anuais.

Parágrafo Único - Este percentual poderá ser alterado mediante demonstração das necessidades efetivas da Tesouraria nacional, bem como das Seções Locais em Assembléia Geral Extraordinária devidamente convocada para esse fim.

Art. 48 - Cada Seção Local será administrada por uma Diretoria Executiva, cujos membros serão eleitos mediante sufrágio direto pela Assembléia Geral da Seção Local.

Parágrafo Único - São membros da Diretoria Executiva da Seção Local, no mínimo, Diretor, Vice-Diretor, lº e 2º Secretário e lº e 2º Tesoureiros.

Art. 49 - A eleição da Diretoria Executiva da Seção Local antecederá de um mês as Assembléias gerais nacionais e deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria Executiva da AGB.

Art. 50 - O Diretor da Seção Local deverá submeter à Comissão Diretora da AGB relatórios anuais das atividades da mesma.

Art. 51 - Os membros da Diretoria Executiva da Seção Local terão as suas atribuições fixadas por Regulamento próprio.

Ari. 52 - As Seções Locais poderão realizar Encontros Anuais Locais ou regionais, sendo o Local e a programação dos mesmos decididos pelas Assembléias Gerais Locais.

Art. 53 - As Seções Locais procurarão realizar Assembléias Gerais ordinárias mensais.

TÍTULO IV
DOS ENCONTROS NACIONAIS E CONGRESSOS BRASILEIROS DE GEÓGRAFOS

Art. 54 - Os encontros Nacionais de Geógrafos, destinados a congregar os associados da AGB e especialistas de ciências afins terão caráter cultural, científico e técnico, e realizar-se-ão a cada dois anos, simultaneamente com a Assembléia Geral Nacional.

§ lº - A AGB poderá promover Congressos Brasileiros de Geógrafos por propostas da Diretoria Executiva, aprovada pela Assembléia Geral Nacional.

§ 2º - Poderão participar dos Encontros Nacionais e dos Congressos Brasileiros, geógrafos e outros especialistas que, não sendo **sócios** da AGB, tenham sido convidados pela Diretoria Executiva ou pelas Seções Locais.

Ari. 55 - Das atividades programadas para o Encontro Nacional de Geógrafos poderão constar sessões destinadas à discussão de teses e comunicações, simpósios ou mesas-redondas e trabalhos e pesquisa local.

Parágrafo Único - Será dada ênfase, na programação dos Encontros às sessões que destinam à troca de experiências e à discussão de métodos de pesquisa no campo exclusivamente geográfico, ou no interdisciplinar.

Ari. 56 - Não haverá limitação quanto ao número de participantes dos Encontros Nacionais, de modo de garantir a essas reuniões um caráter verdadeiramente nacional.

TÍTULO V
DAS PUBLICAÇÕES

Art. 57 - A AGB manterá, a nível nacional, uma publicação seriada destinada à difusão dos seus trabalhos, sob o título geral de Anais.

Parágrafo Único - Os Anais terão sempre uma seção destinada a matérias encaminhadas pelas Seções Locais.

Art. 58 - A AGB, a nível nacional e Local, poderá editar periódicos, livros e outras publicações especiais.

TÍTULO VI
DO PATRIMÔNIO

Art. 59 - O patrimônio da AGB será formado pela renda líquida das contribuições dos sócios conforme artigo 47 deste Estatuto, pelas subvenções e doações públicas ou privadas que lhe forem feitas c outras receitas provenientes de suas atividades, além de bens móveis e imóveis.

Art. 60 - Em caso de dissolução da AGB, seu patrimônio será entregue à instituição dedicada a assuntos geográficos que for indicada pelo voto de pelo menos, três quartos da totalidade dos sócios.

Parágrafo Único - Em caso de dissolução de Seção Local, seu patrimônio será entregue à AGB.

TÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61 - O presente Estatuto poderá ser reformado no lodo ou em parle, pelo voto favorável de dois terços dos sócios presentes a uma Assembléia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim.

Parágrafo Único - A data da realização da Assembléia Geral Extraordinária, referida neste Artigo e o projeto parcial ou total de reforma, de iniciativa da Diretoria Executiva ou de um número de sócios nunca inferior a trinta, deverão ser comunicados

com noventa dias de antecedência, a todos os sócios.

Art. **62** - A AGB só poderá ser dissolvida pelo voto favorável de pelo menos três quartos de seus sócios, em Assembléia Geral Extraordinária convocando de acordo com este Estatuto.

Art. **63** - Os associados não respondem, nem solidária nem subsidiariamente, pelos compromissos assumidos pela Comissão Diretora.

Art. **64** - Os casos omissos no presente **Estatuto** serão resolvidos pela Assembléia Nacional ou pela Comissão Diretora 'ad referendum', da mesma Assembléia.

Art. **65** - O presente **Estatuto** entra em vigor na data de sua aprovação.

Maceió, julho dc 1988.

A AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros - é uma entidade civil, sem fins lucrativos, que possui vários objetivos, entre os quais: estimular o estudo e o ensino da geografia, propondo medidas para o seu aperfeiçoamento; promover e manter publicações de interesse geográfico, periódicas ou não; congregar os geógrafos (professores e técnicos) e os estudantes de Geografia do país para a defesa e o prestígio da categoria e da profissão; promover encontros, congressos, exposições, conferências, simpósios, cursos e debates, de modo a favorecer a troca dc observações e experiências entre seus associados, bem como com entidades congêneres no Brasil e no exterior; procurar aglutinar e representar a Geografia brasileira e o pensamento dos seus sócios junto aos movimentos da sociedade civil e junto aos poderes públicos.

Apesar de possuir sua sede nacional na cidade de São Paulo - Avenida Prof. Lineu Prestes nº 338, Caixa Postal 64525, Cidade Universitária, CEP 05497, São Paulo — SP -, a Associação dos Geógrafos Brasileiros possui uma estrutura descentralizada, com base nas seções locais (em número de 32 atualmente, mas com novas seções sendo organizadas em diversas outras cidades do país).

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL:

Presidente: Arlete Moyses Rodrigues (Seção São Paulo); Vice-Presidente: Lenyra Rique da Silva (Seção Natal); 1ª Secretária: Odette Carvalho de Lima Scabra (Seção São Paulo); 2ª Secretária: Dirce Maria A. de Suertegray (Seção Porto Alegre); 1ª Tesoureira: Maria Clélia Lustosa da Costa (Seção Fortaleza); 2ª Tesoureira: Mirian Claudia Lourenção (Seção São Paulo); Coordenador de Publicações: Bernardo Mançano Fernandes (Seção São Paulo); Ewerton Vieira Machado (Seção Aracaju); Representantes no Sistema CONFEA-CREA: Pedro Costa Guedes Viana (Seção Curitiba), Claudia Vitor Pereira (Seção São Paulo).

Além da Diretoria Executiva, com o objetivo de permitir maior atuação da entidade, compõem a Diretoria ampliada as seguintes comissões: Relações Internacionais: Jan Billon (Seção Recife); Agrária: Romeu A. de A. Bezerra (Seção Natal); Urbana: Roberto Lobato Corrêa (Seção Rio de Janeiro); Ensino: Nídia Pontuscka (Seção São Paulo); Meio Ambiente: Cláudio Antônio de Mauro (Seção Rio Claro); Pós-Graduação: Zilá Mesquita (Seção Porto Alegre); Geografia Física: Célia Alves Borges (Seção Cuiabá); Assuntos Estudantis: Maria do Céu (Seção Uberlândia).

Este livro foi composto em Times corpo 10 pela PostScript e impresso pela Editora Parma para Editora Marco Zero.

Peça pelo correio o nosso catálogo e conheça os outros livros da Editora Marco Zero.

Atendemos também pelo reembolso postal. Editora Marco Zero Ltda., Rua Inácio Pereira da Rocha, 273, Pinheiros, São Paulo, CEP 05432, telefone (011)815-0093.